



FACULDADE DE ARQUITECTURA
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA

LIMITES E TRANSIÇÕES NA VIDA DA CIDADE

Dinâmicas Colectivas no Aterro da Boavista

Miguel Teixeira Moreira

Projecto para obtenção do Grau de Mestre em Arquitectura
(Mestrado Integrado em Arquitectura)

Orientador Científico: Arquitecto Especialista Pedro Pacheco

Co-orientador Científico: Professor Doutor Jorge Spencer

Júri

Presidente: Doutor Nuno Arenga

Vogal: Arquitecto José Neves

Lisboa, FAUL, Setembro, 2014

LIMITES E TRANSIÇÕES NA VIDA DA CIDADE

Dinâmicas Colectivas no Aterro da Boavista

Miguel Teixeira Moreira

Orientador: Arquitecto Especialista Pedro Pacheco

Co-orientador : Professor Doutor Jorge Spencer

Setembro de 2014

RESUMO (175 palavras)

Esta investigação propõe uma reflexão sobre os limites e os espaços de transição construídos no ambiente urbano, e sobre a sua importância na vida da cidade.

Entende-se a cidade como um território colectivo formalizado por uma estrutura que organiza o espaço e as relações sociais. Esta organização é feita através da definição de limites que articulam diferenças entre posições de aproximação e afastamento, num gesto sintético e simbólico. O estudo centra-se nestes elementos que estabelecem a possibilidade de comunicação, formalizam dinâmicas sociais e denunciam a diversidade urbana. Sugere-se que os espaços próprios que os limites constroem, capazes de activar e enriquecer o ambiente da cidade, sejam elevados a lugares que estabeleçam uma transição profunda entre os domínios público e privado, e traduzam o carácter urbano e interactivo das relações que compreendem.

Procura-se desenvolver um raciocínio, sustentado pelo projecto para o Aterro da Boavista, que sublinhe o papel que os limites e os espaços de transição desempenham nos espaços da cidade e de que forma a sua qualidade contribui para o desenvolvimento do sentido de urbanidade.

Palavras chave: Vida Urbana, Espaços Colectivos, Limite, Transição.

EDGES AND TRANSITIONS IN THE CITY LIFE

Collective Complexity in Aterro da Boavista

Miguel Teixeira Moreira

Supervisor: Arquitecto Especialista Pedro Pacheco

Co-Supervisor: Professor Doutor Jorge Spencer

September, 2014

ABSTRACT (167 words)

This research proposes a reflection on the importance of edges and transitional spaces of the urban built environment for the city life.

The city is understood as a collective ground formalized by a structure that organizes space and social relations. This organization is done by setting edges that articulate differences between positions toward and away – a synthetic and symbolic gesture. The study focuses on these elements that establish the possibility of communication and formalize an exposure to urban diversity. It is suggested that spaces of the limits themselves have ability to enable and enrich the environment of the city. Developed to proper places, they establish a profound transition between public and private domains, and reflect the urban and interactive nature of the relationships they comprise.

An argument is developed, supported by the project for the Aterro da Boavista, highlighting the role that the limits and transitional spaces play in the spaces of the city and how their quality contributes to the development of the sense of urbanity.

Keywords: City Life, Collective Spaces, Edges, In-between spaces.

The Street is a room of agreement. (...) (It) is dedicated by each house owner to the city in exchange for common services. (...) The street is a community room. (...) A long street is a succession of rooms given their distinction, room for room, by their meeting of crossing streets. The intersecting street brings from afar its infiltrates any opening it meets. One block in a stream of blocks can be more preferred because of its particular life. One realizes the deadliness of uninterested movement through our streets which erases all delicacy of character and blots out its sensitive nature given to it of human agreement. Human Agreement is a sense of rapport, of commonness, all bells ringing in unison (...).¹

¹ KAHN, L. (1973) *Louis I. Kahn - Silence and Light*. In A+U January 1973. Consultado a 4 de Setembro de 2014 <<https://www.japluu.com/news/room-street-and-human-agreement>>

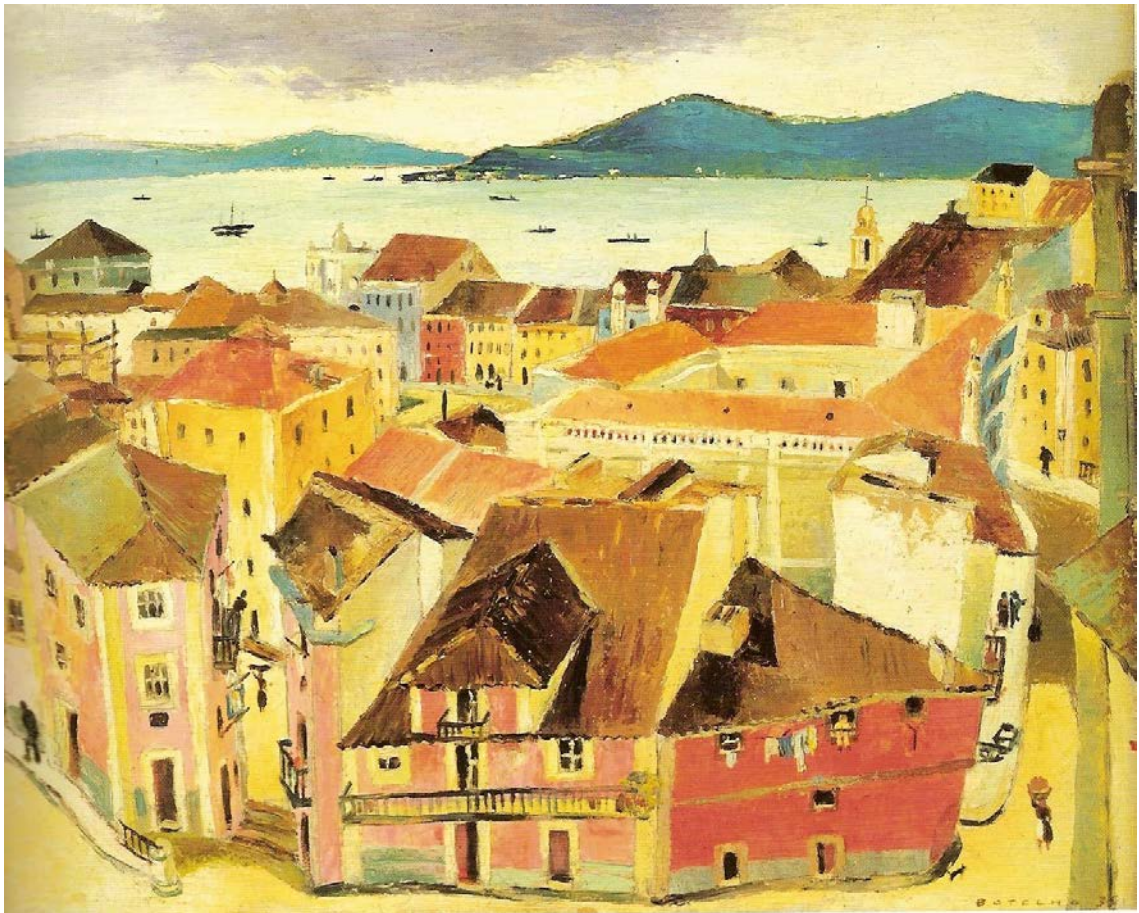


Figura 1 (verso) – Ramalhete de Lisboa (1935), Carlos Botelho. Imagem obtida em
<http://3.bp.blogspot.com/_On9lExEpmh8/S2ZP99aPY2I/AAAAAAAAAPeY/6q2tUlxtrJA/s1600-h/Carlos+Botelho2.jpg>

AGRADECIMENTOS

Ao professor Jorge Spencer, um profundo agradecimento pelo contributo incontornável que ultrapassa o percurso académico em que se insere este trabalho e ao professor Pedro Pacheco pela orientação.

À Sara, à Maria, ao Francisco, ao Bráulio, ao Rui e ao Duarte pela amizade e companhia neste trabalho e noutras coisas da vida. Em especial à Rita e à minha família pelo apoio incondicional.

I. INTRODUÇÃO	1
II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	5
Sentido de Urbanidade	5
Valor da Sociabilidade	6
Concentração de Diferenças	8
Espaço Narrativo	11
Implicações dos Limites.....	12
Dualidade Constante	13
Incentivo à Exposição	14
Provocação Urbana	15
III. VIDA COLECTIVA.....	21
Proporção do Ambiente Construído	23
Sobreposição e Diversidade Urbana	28
Estrutura Urbana	32
IV. ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO (LIMITES).....	39
Transição Profunda	39
Ambiguidade Positiva.....	44
Porosidade.....	50
Tensão Social nos Limites.....	54
V. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
BIBLIOGRAFIA.....	61

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 (verso) – Ramalhete de Lisboa (1935), Carlos Botelho. Imagem obtida em < http://3.bp.blogspot.com/_On9lExEpmh8/S2ZP99aPY2I/AAAAAAAAAPeY/6q2tUlxtrJA/s1600-h/Carlos+Botelho2.jpg >	VIII
Figura 2 – Fotogramas do filme Roma de Federico Fellini (1972) – MONTEYS , X. (et alt.), (2012). Rehabitar en nueve episodios. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación.....	8
Figura 3 – Ilustração de Yona Friedman – LEBESQUE , S., FENTENER VAN VLISSINGEN , H., (1999) Yona Friedman. Structures Serving the Unpredictable, Rotterdam: NAI Publishers. 10	
Figura 4 – Possibilidade de actividades opcionais no Largo do Carmo, Lisboa. Imagem obtida em < http://cdn1.sol.pt/fotos//fotosNG/2014/4/24/big/ng1488994_435x200.jpeg?type=L > ..	11
Figura 5 – Activação dos espaços a partir dos limites – ALEXANDER , C., ISHIKAWA , S., SILVERSTEIN , M. (1977). A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction. New York: Oxford US Press, p. 601.....	12
Figura 6 – Ambiente Urbano abrangente e didático – GEHL , J. (1987). Life Between Buildings, Using Public Space. Washington: Island Press, p. 24.	15
Figura 7 – Ambiente urbano estimulante – GEHL , J. (1987). Life Between Buildings, Using Public Space. Washington: Island Press, p. 196.....	16
Figura 8 – Esquema do Espaço Colectivo – Lawrence , R. J. <i>Public, Collective and Private Space: A Study of Urban Housing in Switzerland</i> In Kent , S. (1990). <i>Domestic Architecture and the Use of Space</i> , p. 89.	18
Figura 9 - Corte Transversal pela Rua de São Paulo, antiga linha de costa - desenho do autor.	21
Figura 10 – Ortofotomapa actual do Aterro da Boavista – Imagens obtidas em < http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/ >	22
Figura 11 – Planta de Parma e Proposta de Le Corbusier para Saint-Dié – ROWE , C., KOETTER , F. (1978) Collage City. Cambridge: MIT Press, p. 62.	23
Figura 12 (Esquerda) – Esquema de proximidade e continuidade urbana – desenho do autor.	26
Figura 13 (Direita) – Limite da continuidade urbana – GEHL , J. (1987). Life Between Buildings, Using Public Space. Washington: Island Press, p. 98.	26
Figura 14 - Rua de São Paulo - fotografia do autor.....	26
Figura 15 - Proposta de Plano Urbano – desenho do autor.	27
Figura 16 – Largo do Carmo – Imagem obtida em < https://a0.muscache.com/pictures/40762115/small.jpg >.....	30

Figura 17 – Diversidade do ambiente urbano na Rua Garrett, Lisboa – Imagem obtida em < http://3.fotos.web.sapo.io/i/Nac028dcf/2284465_8eZw7.jpeg >	30
Figura 18 – Planta ilustrativa de diversidade urbana – MONTEYS , X. (et alt.). (2012). <i>Rehabitar en nueve episodios</i> . Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 106.	31
Figura 19 - Esquema de ocupação dos pisos térreos – desenho do autor.	31
Figura 20 – Estrutura Urbana – GEHL , J. (1987). <i>Life Between Buildings, Using Public Space</i> . Washington: Island Press, p. 59.	32
Figura 21 (Esquerda) – Largo de Santo Antoninho, Lisboa – Imagem obtida em < http://www.thelissbonconnection.com/wp-content/uploads/2010/04/Bica-funicular-March-2010-restaurant-cafe.jpg >	33
Figura 22 (Direita) – Largo de Santo Antoninho, Lisboa – Imagem obtida em < https://a0.muscache.com/pictures/23732926/large.jpg >	33
Figuras 23 – Esboço do “Largo da Creche” – desenho do autor.	34
Figura 24 - Largo como alívio urbano - desenho do autor.	34
Figura 25 (Esquerda) – Pátio Bagatela – Imagem obtida em < http://1.bp.blogspot.com/-M9wxDcnUlzA/TcSLLmeQadI/AAAAAAAAAGw/CyM0VzKnBPU/s1600/buildings.jpg >	35
Figura 26 (Direita) – Pátio "A", Chiado – Imagem obtida em < http://www.portugalrestaurants.com/restaurantes/imagens/Mezzogiorno-Pizzeria.jpg >.....	35
Figura 27 – Padrões de associação urbana – SMITHSON , A. M., SMITHSON , P. (2005) <i>The Charged Void: Urbanism</i> . New York: Monacelli Press.	36
Figura 28 - Esquema da estrutura urbana proposta com padrões de associação dos diferentes espaços públicos – desenho do autor.	36
Figura 29 – Praça de Santiago e Largo da Oliveira, Centro histórico de Guimarães – Imagem obtida em < http://s84.photobucket.com/user/nop57751/media/Guimaraes%20centro%20e%20tudo/Fotografias%20Aereas/ImageMaximized3.jpg.html >	41
Figura 30 (Esquerda) – Largo da Oliveira, Guimarães – Imagem obtida em < http://c8.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/ocb07b210/9201725_pFMRe.jpeg >	41
Figura 31 (Direita) – Praça de Santiago, Guimarães – Imagem obtida em < http://4.bp.blogspot.com/-TvjDzEnUfK/AU3o2NBZvZCI/AAAAAAAAAQw/Es4czi9v4nc/s1600/guimaraes+1.jpg >	41
Figura 32 – Contacto com diferentes escalas – GEHL , J. (1987). <i>Life Between Buildings, Using Public Space</i> . Washington: Island Press, p. 140.	42
Figura 33 – Edifício Franjinhas, Lisboa – Imagem obtida em < http://payload.cargocollective.com/1/2/66424/1184845/franjinhas05.jpg >.....	42

Figura 34 – Pátio "B", Arq. Álvaro Siza, Chiado – Fotografia do autor.....	42
Figura 35 - Esboço de estudo dos atravessamentos do edifício – desenho do autor.	43
Figura 36 - Atravessamentos Urbanos. Planta de toque no solo - desenho do autor.....	43
Figura 38 – Espaço Partilhado em Drachten, Hans Monderman – Imagem obtida em < http://cameronwatson.co.nz/wp-content/uploads/2013/03/Drachten.png >.....	46
Figura 39 (Esquerda) – Rua do Carmo, separação funcional sofrida por volta de 1980 – Imagem obtida em < http://4.bp.blogspot.com/-mfDJH80_TGE/Uiwojul4C-I/AAAAAAAAAM30/aAf9fsCsLrY/s1600/rua+Carmo3.jpg >	46
Figura 40 (Direita) – Rua do Carmo, Lisboa. Caracterização actual – Imagem obtida em < http://1.bp.blogspot.com/-AMJ7tUMpoys/T4VFxZlXazI/AAAAAAAAEnU/OZNinnVla4Q/s1600/IMG_7658.jpg >	46
Figura 41 – Planta da reabilitação de Stortorget, Kalmar. Caruso St. John – Imagem obtida em < http://www.carusostjohn.com/projects/stortorget/ >	47
Figura 42 – Stortorget, Kalmar. Caruso St. John – Imagem obtida em < http://www.carusostjohn.com/projects/stortorget/ >	47
Figura 43 - Caracterização dos espaços públicos, planta de pavimentos – desenho do autor. .	48
Figura 37. Rua com horários – MONTEYS , X. (et alt.). (2012). Rehabitar en nueve episodios. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 85.	49
Figura 44 (Esquerda) – Sala de estar comunitária – HERTZBERGER , H. (1991, “2006”). Lições de arquitectura. São Paulo: Martins Fontes, p. 63.	50
Figura 45 (Direita) – Vista do interior de uma casa para o Largo de Santo Antoninho – Imagem obtida em < https://a0.muscache.com/pictures/23732926/large.jpg >.....	50
Figura 46 – Salk Institute, Louis Kahn – Imagem obtida em < https://farm2.staticflickr.com/1395/1119018310_41e6b3e952.jpg >	51
Figura 47 – Salk Institute, Louis Kahn – Imagem obtida em < http://www.wssj1.cn/uploads/allimg/110704/1-110F4192114K.jpg >	51
Figura 48 – Livraria da Vila, São Paulo. Isay Weinfeld – Imagem obtida em < http://www.perfectlounge.ch/wp-content/uploads/2010/03/bildschirmfoto-2010-03-21-um-202424.png >.....	51
Figura 49 - Esquema de prolongamento de domínios e apropriação do espaço público - desenho do autor.	52
Figura 50 – Planta pisos térreos – MONTEYS , X. (et alt.). (2012). Rehabitar en nueve episodios. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 105.	53
Figura 51 - Estudo da porosidade dos pisos térreos - desenho do autor.	53

Figura 52 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em < http://piramideselva.org/media/tumblr_n1xck7RVXs1roewbeo9_1280.jpg >.....	54
Figura 53 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em < http://urbanacupunctureblog.files.wordpress.com/2013/02/sf6.jpg >.....	54
Figura 54 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em < http://acdn.architizer.com/thumbnails-PRODUCTION/96/7d/967dc0a96061f1c63ac3096678708483.jpg >	55
Figura 55 – Atelier Pedro Pacheco, Lisboa – Imagem obtida em < https://scontent-amad.xx.fbcdn.net/hphotos-prn1/v/t1.0-9/q81/s720x720/10403151_447757125359380_9115080287730628530_n.jpg?oh=ec21d356283e728fe6197fc39bc25348&oe=54C8791D >	56
Figura 56 – Concerto no Atelier Pedro Pacheco, Lisboa – Imagem obtida em < https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/v/t1.0-9/s720x720/10482143_473334082801684_7941063392343299414_n.jpg?oh=fa2f7fdd03599b53ed35f960879b9fa5&oe=54CFBC97&__gda__=1421884017_b881c0e0a9d5455ab1397a9632e0924f >	56
Figura 57 – Tensão Social nos Limites. Planta e Corte pelos Ateliers – desenho do autor.....	57

I. INTRODUÇÃO

Esta investigação propõe uma reflexão sobre os limites e os espaços de transição construídos no ambiente urbano, e sobre a sua importância na vida da cidade. A cultura da cidade é uma questão de conviver com diferenças, provocações de 'alteridade', surpresas e estimulações, e enquanto a forma actual de construir as cidades separa as diferenças entre as pessoas, assumindo que são mais mutuamente ameaçadoras que mutuamente estimulantes, acredita-se que a cidade não só deve permitir diferenças, como deve encorajar a sua concentração.

Considerando a cidade como organização do espaço colectivo e das suas relações sociais, este trabalho incide sobre a área do Aterro da Boavista, em Lisboa, com especial ênfase nos elementos em que estas relações se tornam evidentes. Reflectidas na sua capacidade de estimular a apropriação do espaço público e formalizar encontros sociais entre tendências de concentração pública e privada, tornam-se capazes de organizar e traduzir o carácter interactivo das relações que compreendem. Na sua condição de lugares por espaço próprio, os limites têm sido predominantemente estudados no âmbito da relação de dependência mútua entre a esfera privada e o domínio público, aprofundando a transição entre estes domínios com contributos valiosos na forma de habitar a cidade que está na génese de alguns destes elementos espaciais. Não ignorando a relevância dos limites na vida privada, interessa no contexto deste trabalho tratar a sua influência na vida urbana colectiva.

Pretende-se investigar, através do projecto, as implicações da natureza urbana dos limites que definem a cidade, entendidos como elementos que organizam os domínios público e privado e enriquecem a dinâmica das relações sociais que ocorrem a partir deles. O estudo incide no papel que desempenham nos espaços públicos e a sua contribuição para o desenvolvimento do carácter de cidade de forma mais consciente.

O trabalho parte de um enquadramento teórico, que apresenta os conceitos essenciais e operacionais para o aprofundamento dos temas de trabalho através do projecto. Estabelece-se o carácter urbano da cidade, em que consiste e quais as suas principais características, e de que forma se podem fortalecer estas qualidades à luz do tema sobre o qual se propõe este exercício.

Segue-se um desenvolvimento deste raciocínio que passa a ser acompanhado da análise de casos de estudo quando se consideram pertinentes e cuja compreensão contribui para o desenvolvimento consciente de soluções de projecto adequadas. Nesta parte o exercício de

projecto surge a pretexto dos temas discutidos e estabelece a complementaridade entre as decisões projectuais tomadas e as reflexões teóricas que se apresentam. O projecto é entendido como um ensaio que materializa e torna possível a reflexão sobre temas concretos da arquitectura. É a partir do projecto que se torna possível a discussão das qualidades arquitectónicas implícitas no tema deste trabalho. Este ensaio projectual é gradualmente definido através de uma progressão natural de escalas de trabalho, associadas aos temas de trabalho que suscitam e a partir dos quais se constroem. A estrutura deste trabalho pretende realçar o valor do desenvolvimento do acto de projecto associado a uma reflexão teórica subjacente, que torna possível a tomada de decisões conscientes sobre uma realidade complexa e concreta.

Este ensaio procura, portanto, sublinhar o papel que os limites e os espaços de transição desempenham nos espaços da cidade e de que forma a sua qualidade contribui para o desenvolvimento do sentido de urbanidade. Torna-se fundamental repensar de que formas a cidade pode evoluir e atribuir ao ambiente construído valores que traduzam o seu carácter urbano, próprio da escala humana e das práticas que se desenvolvem na cidade.

II. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Sentido de Urbanidade

*Em primeiro lugar, sobressai a evidência da cidade ser um território colectivo, um território conformado para a possibilidade da vida em comum. Muitas pessoas diferentes compartilhando, dividindo, usando uma enorme estrutura construída em conjunto. Uma estrutura antiga, com as suas sucessivas alterações ancoradas na história que define, rodeia e marca as nossas próprias histórias pessoais; as nossas histórias imprevisivelmente misturadas com as diferentes histórias dos outros; a história das cidades construída com este somatório imenso sobreposto de tantas diferentes cronologias e origens.*²

A cidade é uma produção social que estrutura e testemunha a vida de uma comunidade organizada em que simultaneamente nos respeitamos e às nossas diferenças, evidenciando o sentido de *urbanidade*. A estrutura física que resulta desta produção ao longo do tempo não se resume a uma organização abstracta de funções mais ou menos ligadas entre si, mas sim numa sequência de espaços criados pelos próprios edifícios da cidade que, na sua dimensão física, não são tão relevantes quanto a própria vida³ que lhes dá origem e se serve deles como cenário. Uma recente concentração das atenções nos aspectos estéticos e formais tem provocado o desaparecimento desta qualidade fundamental da arquitectura, a tradição de manipular e organizar o espaço social de forma culturalmente significativa.⁴ (...) *a cidade moderna não oferece possibilidades de vida suficientes. As suas ruas e praças deixaram de ser lugares para o homem, tornaram-se simples meios de comunicação e os “meios” do homem tornaram-se secundários. É altura de reforçar a necessidade de recuperar o lugar urbano (...), onde os caracteres espaciais definidos estão relacionados com todas as actividades humanas.*⁵

Neste sentido e na sequência dos ideais promovidos pelo movimento moderno, Lynch alertava para a importância de recuperar a noção de que o ambiente da cidade deve ser pensado e adaptado ao modelo perceptual e ao processo simbólico do ser humano.⁶ Deve-se, também, desacreditar que a vida social ou a sua inexistência num determinado lugar, em determinada altura, corresponde às necessidades de espaços públicos dessa área ou representa as suas

² GRAÇA DIAS, M. (2006). *Manual das Cidades*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, p. 11.

³ GEHL, J. (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press, p. 29.

⁴ FRAMPTON, K. (2013). *Towards an Agonistic Architecture*. In *Domus*, consultado a 14 de Novembro de 2013 <http://www.domusweb.it/en/op-ed/2013/10/03/_towards_an_agonistic_architecture.html>

⁵ BAIRD, G., JENCKS, C. (1969). *Meaning in Architecture*. London: Barrie and Jenkins, p. 226. Tradução livre.

⁶ LYNCH, K. (1960, “2008”). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70, p. 107.

possibilidades urbanas que podem, de facto, aí existir. Isto é comprovado com o facto de que um aumento significativo de actividades ao ar livre acompanha normalmente melhorias na qualidade do espaço público⁷ e, da mesma forma que a actividade urbana se impulsiona exponencialmente a si própria, a sua ausência pode-lhe ser fatal.

Valor da Sociabilidade

Evidenciado o carácter colectivo da cidade, a presença, contacto e envolvimento social são acontecimentos intrínsecos ao seu funcionamento e estão, portanto, associados à natureza da cidade de tal forma que podem ser considerados qualidades que contribuem para o seu sucesso. Este encontro de pessoas e serviços tem tendência a gerar um *calor cívico*, virtude que representa o elemento essencial sem o qual uma cidade não será cidade e a que Gordon Cullen chama a *essência do urbano*⁸.

Qualquer actividade coloniza o lugar de que se apropria e torna-se identificável pela expressão desta vida social, que surge onde quer que as pessoas se reúnam e não está, evidentemente, limitada ao interior do edifício. Esta presença obriga a um contacto, no mínimo, passageiro por quem por ali passa, sugere o envolvimento social e estimula o ambiente urbano. Christopher Alexander realça que estas simples relações sociais, criadas quando as pessoas “roçam os ombros em público” são um dos mais importantes tipos de “cola” social na sociedade.⁹ Como lugar de encontro e socialização, os cafés de rua oferecem um cenário único em que as pessoas se podem sentar preguiçosamente enquanto observam o mundo passar diante delas, não deixando de participar neste ambiente próprio das cidades através da sua presença identificável.¹⁰ Nesta situação a vida no passeio em frente ao café é simultaneamente a razão da sua própria existência e a sua principal atracção, o que é ilustrado pelas cadeiras dos cafés de rua que, à semelhança do mobiliário urbano bem posicionado, estão normalmente orientadas para a área mais activa nas proximidades, num lugar privilegiado de observação e contacto – *envolvimento* - com a vida urbana.

Num registo semelhante, Jan Gehl aponta a ideia de que os parques infantis, com o seu equipamento lúdico, são fundamentalmente lugares de encontro, que funcionam como

⁷ GEHL, J., op. cit., p. 37.

⁸ CULLEN, G. (1983). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70, p. 137.

⁹ ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M. (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York: Oxford US Press, p. 489.

¹⁰ Idem, p. 437.

oportunidades para passar o tempo sozinho até que outras crianças cheguem e actividades mais proveitosas possam começar.¹¹ Esta interpelação social implícita nas actividades que contaminam o espaço público, introduz a noção de *espectador* que, ao assistir passiva ou activamente, pressupõe um *envolvimento social* que a presença do(s) outro(s) também constitui. Tomando como exemplo certas actividades culturais, *um espectador, praticamente, nunca está só; está acompanhado (vê “ao mesmo tempo”) e pode comentar, corrigir, ser corrigido, formular opinião, receber ecos, respostas, aumentar a dimensão das dúvidas, crescer em capacidade crítica ou maravilhar-se com os outros.*¹² A cidade e a sua oportunidade de associação colectiva sugere um território em que a imprevisibilidade, permanentemente presente, se torna apelativa pela complexidade e prazer que acrescenta ao acto solidário de viver. Contraditoriamente, este envolvimento social tem assumido concretizações que denunciam tendências sucessivamente mais individualistas na forma como influenciam o comportamento das sociedades contemporâneas e reagem frontalmente à vivência comunitária que a cidade propõe. Este confronto entre formas de envolvimento na vida urbana opostas, introduz a distinção entre *recreio*, uma actividade na qual participamos, e *entretenimento*, qualquer coisa que nos é fornecida por outros para consumo próprio. Estar entretido a “matar o tempo” é, por si, um programa solitário e passivo, enquanto a recreação pressupõe um envolvimento social dotado de fantasia, surpresa e autenticidade, pelo intervalo na rotina em que consiste e pelas contradições implícitas à sua condição de actividade social. No seu livro *Manual das Cidades*, Manuel Graça Dias sugere que alguns desses mecanismos mais individualistas surgiram como uma espécie de “defesa”, resposta à excessiva simplificação que a massificação, com a sua crescente complexidade mecânica, contraditoriamente gerou. O autor avança ainda várias comparações desta mudança no paradigma do envolvimento social através de actividades que “evoluíram” para caracteres progressivamente menos colectivos, de que são ilustrativos o caso das feiras e centros comerciais, teatros e telenovelas, rádio e *ipod*, estádios e transmissões televisivas, mercearias e supermercados, ruas e estradas.¹³

Em *Life Between Buildings*, Jan Gehl distingue três tipos essenciais de actividades no espaço público: *actividades necessárias*, *actividades opcionais* e *actividades sociais*.¹⁴ A primeira categoria consiste em actividades quotidianas, relativamente obrigatórias, decorrentes da deslocação na cidade e cujo acontecimento depende muito pouco da qualidade do espaço público; A segunda, representa actividades que surgem na eventualidade de haver tempo e

¹¹ GEHL, J., op. cit., p. 116.

¹² GRAÇA DIAS, M., op. cit., p. 15.

¹³ Idem, p. 12-16.

¹⁴ GEHL, J., op. cit., p. 11-12.

disposição por parte dos participantes – neste caso a qualidade do ambiente urbano já desempenha um papel essencial na frequência e duração dos acontecimentos – que só acontecem e se prolongam quando a qualidade do espaço público e do ambiente urbano estimula actividades como o passeio e paragens, que Guy Debord chama *ocasiones posibles*, a propósito da sua *teoria da deriva*¹⁵; e por último, as *actividades sociais*, que só têm lugar na presença de outras pessoas – como crianças a brincar, cumprimentos e conversas. Esta categoria pode ser considerada resultante dos outros dois tipos de actividades e torna implícito que as relações sociais têm um carácter espontâneo e são indirectamente incentivadas quando as condições do espaço público são favoráveis.

Concentração de Diferenças

Em *The uses of disorder*, Richard Sennet chama-nos a atenção para uma organização urbana que propunha *erradicar os conflitos sociais pelo sucessivo isolamento a que acomodaria os cidadãos; cidades menos densas, mais programadas, zonadas, divididas em partes funcional, social, étnica e economicamente «coerentes», tentando evitar todo o tipo de misturas e encontros no sentido de promover a «harmonia» e poupar-nos aos confrontos e às negociações – por vezes duras – que o viver comunitário pressupõe*.¹⁶



Figura 2 – Fotogramas do filme *Roma* de Federico Fellini (1972) – MONTEYS, X. (et alt.), (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación.

¹⁵ DEBORD, G. (1958) Texto publicado no nº. 2 da revista Internacional Situacionista em Dezembro de 1958.

¹⁶ SENNETT, R., In GRAÇA DIAS, M., op. cit., p. 14-15.

No filme *Roma* (1972), Federico Fellini retrata a convivência de usos no sul da Europa ao mostrar a cidade como um aglomerado de relações e actividades em aparente desordem¹⁷ (figura 2). A cidade é o lugar do encontro com a diferença por natureza, não existem grupos fechados – o que caracteriza a estrutura social da sociedade contemporânea é uma alta densidade de estratos populacionais que se interceptam¹⁸. O ambiente urbano, rico em diferenças, tem a capacidade de contrariar a tendência individualista de que já se falou, através das experiências de alteridade que provoca. Promovida por uma cidade inclusiva, esta diversidade urbana tem o poder de incentivar o ser humano à transcendência pessoal no contacto com a diferença, ao “virar as pessoas para fora de si mesmas”, por oposição à familiaridade de fortes relações de amizade. Estas experiências de alteridade têm a capacidade de provocar surpresas e de se tornarem mutuamente estimulantes através dos contactos sociais espontâneos numa cidade.¹⁹

Ao propor que a concepção da cidade não só permita diferenças como encoraje a sua concentração, estabelece-se um ambiente urbano em que *por virtude dos seus diferentes interesses suscitados por diferentes aspectos da vida social, o indivíduo torna-se membro de vários grupos divergentes, cada qual que funciona apenas com referência a uma parte particular da sua personalidade*²⁰ (figura 3).

¹⁷ MONTEYS, X. (et alt.), (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación.

¹⁸ ALEXANDER, C., (1965). *A City is not a Tree*. Architectural Forum, April 1965.

¹⁹ SENNETT, R., (1990, “1992”). *The Conscience of the Eye: the design and social life of cities*. London: W. W. Norton & Company Ltd, p. 123-126.

²⁰ WIRTH, L., *Urbanism as a Way of Life*, in SENNETT, R., op. cit., p. 127. Tradução livre.

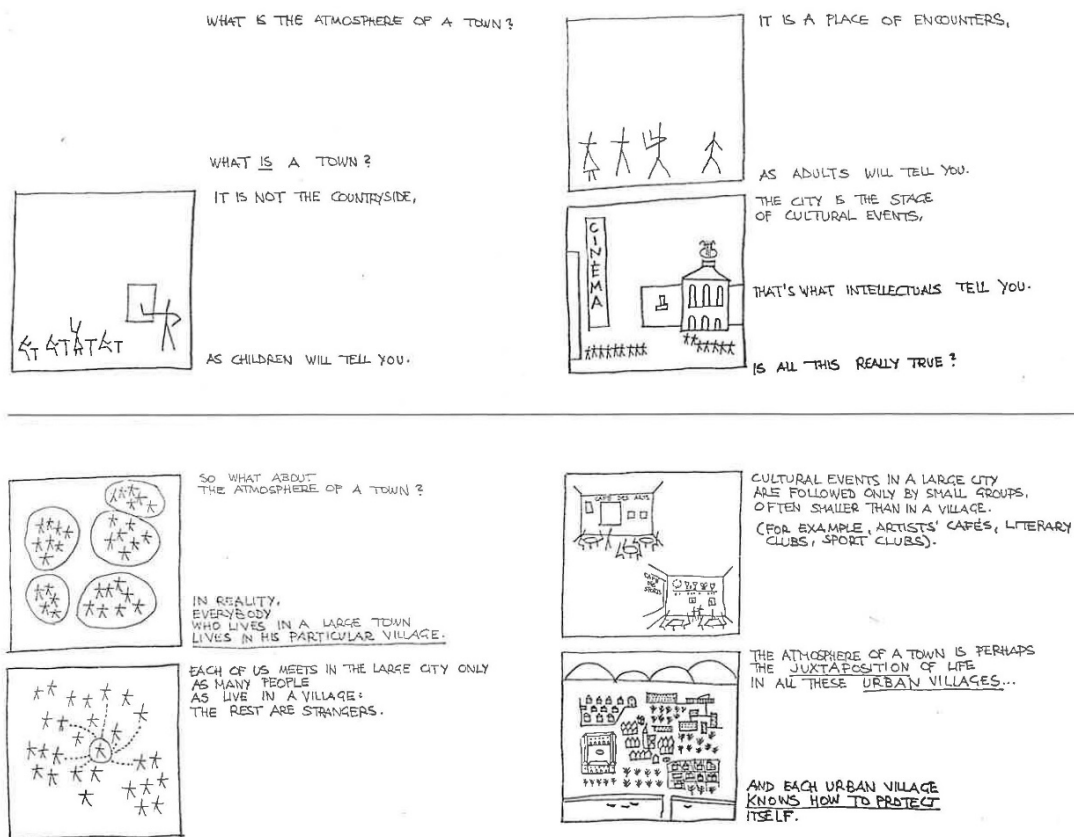


Figura 3 – Ilustração de Yona Friedman – LEBESQUE, S., FENTENER VAN VLISSINGEN, H., (1999) Yona Friedman. *Structures Serving the Unpredictable*, Rotterdam: NAI Publishers.

Espaço Narrativo

A noção de que o contacto com a diferença só pode ser alcançado pela sua sobreposição física imediata deve ser desmentida. Para o espaço público permitir a sobreposição de diferenças é essencial o factor *tempo* que Richard Sennett introduz ao propor o *espaço narrativo*²¹ - uma forma para o tempo no espaço, através da integração da dimensão temporal num desenho urbanístico e arquitectónico mais humano. Desta forma, o espaço público torna-se capaz de permitir que certas propriedades de narrativas operem no dia-a-dia e construam a vida dos lugares que lhe conferem carácter.

Percepções de espaço e tempo são, portanto, inseparáveis, de tal forma que a percepção da mudança radical do carácter de um lugar apela à experiência do tempo e à sua capacidade de transformação dos lugares. Com esta qualidade acrescida do espaço público estabelecem-se condições para que lugar e ocasião criem oportunidades para actividades opcionais na vida da cidade.

*Seja qual for o significado do espaço e do tempo, lugar e ocasião significam mais. Pois o espaço na imagem do homem é lugar, e o tempo na imagem do homem é ocasião.*²²



Figura 4 – Possibilidade de actividades opcionais no Largo do Carmo, Lisboa. Imagem obtida em http://cdn1.sol.pt/fotos//fotosNG/2014/4/24/big/ng1488994_435x200.jpeg?type=L

²¹ SENNETT, R., op. cit., p. 190-191.

²² VAN EYCK, A., apud. HERTZBERGER, H., (1991, "2006"). *Lições de arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 192/193.

Implicações dos Limites

São recorrentes, no discurso arquitectónico, referências à *forma* como propriedade física de certos *espaços* ou *objectos*. No entanto, para que determinado *espaço* exista e seja identificável, é necessário que lhe seja dada uma *forma* ou, por outras palavras, que haja uma *delimitação* – que seja contido através da definição de *limites*. Segundo Nietzsche, a *forma* não é mais que um *limite*, é o próprio *limite*, ao mesmo tempo que o *limite* assinala o fim da *forma*, do território circunscrito em que *forma* e *limite* são um só.²³ Da mesma maneira que o limite define o espaço, é a partir dele que o espaço é activado e as actividades se desenvolvem a partir do limite do espaço público para o seu interior, de tal forma que, quando os limites falham, a vida urbana não contamina o espaço público.

*Um limite não é onde algo termina, mas a partir de onde algo inicia a sua presença.*²⁴

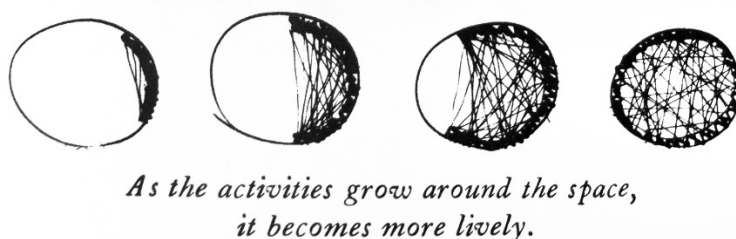


Figura 5 – Activação dos espaços a partir dos limites – ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M. (1977). A *Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York: Oxford US Press, p. 601.

*O significado de uma coisa está naquilo que ela reúne*²⁵, tanto que a identidade dos espaços é construída pelas circunstâncias reunidas nos limites que os definem. Em termos arquitectónicos, o impacto emocional está relacionado com a *acção* – a fenomenologia da arquitectura baseia-se em verbos e não em objectos na sua dimensão física ou visual. A própria definição de *limites* implica uma *acção* que traduz uma posição relativa aos universos que ela *aproxima* e *afasta*. Separar e relacionar não são mais que dois lados do mesmo acto,²⁶ que *exige acção, participação activa traduzida em actos, gestos e acontecimentos, como no-la testemunha toda a gramática da arquitectura (...).*²⁷

²³ NIETZSCHE, F., In COLOMINA, B., (1994). *Privacy and Publicity: Modern architecture as mass media*. Massachusetts: MIT Press, p. 21.

²⁴ SHARR, A. (2007). *Heidegger for Architects*. London: Routledge, p. 50-51. Tradução livre.

²⁵ NORBERG-SCHULZ, C., (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, New York, Rizzoli.

²⁶ SIMMEL, G. (1903). *Bridge and Door*. In LEACH, N. (1997, “2005”) *Rethinking Architecture*. London: Taylor & Francis e-Library, p. 65.

²⁷ TAÍNHA, M. (2000) *Manuel Tainha: Textos de Arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópio, p. 49.

Habitar a cidade trata-se simplesmente de definir limites que articulam diferentes domínios no mesmo gesto, num acto de maior ou menor hostilidade com o ambiente urbano.²⁸ A título de exemplo, o vão representa o *limite* e a sua própria transgressão. A expressão deste elemento, que relaciona diferentes realidades, pode assumir várias *formas* consoante as diferentes intenções e práticas que o informam. A porta representa uma variação elucidativa desta profundidade simbólica dos gestos nela implícitos. Como limite, desperta duas direcções – segurança e liberdade – existem dois seres na porta, é duas vezes simbólica.²⁹ Robert Venturi defende precisamente que a força da arquitectura se produz precisamente neste encontro entre as forças interiores e exteriores, de uso e de espaço.³⁰

Dualidade Constante

A falsa noção que se criou de que, em qualquer lugar da cidade e a qualquer momento do dia, o homem tem a possibilidade de escolha e é *livre* de optar entre o *individualismo ou colectivismo*,³¹ denuncia a predominância do domínio privado em detrimento do domínio público na produção social da cidade e tem como consequência a separação do indivíduo da comunidade. Neste contexto, o direito de opção traduz -se na *liberdade de escolha entre qualidades*, liberdade que em qualquer sociedade tem os seus limites.

Como já se evidenciou, o significado dos limites está precisamente na dependência mútua dos domínios que organizam e que lhes conferem determinados valores numa expressão significativa.³² Esta organização da realidade urbana é prejudicada pelo afastamento da noção de cidade como território colectivo, por sua vez reflexo da fragilidade das relações sociais que a hostilidade das barreiras presentes nos espaços da cidade de hoje alimentam. Por outras palavras, a forma como os limites do espaço público têm sido materializados na cidade contemporânea dificulta e, por vezes, impede o estabelecimento de relações e contactos sociais no ambiente urbano. Esta tendência contraria a natureza humana e social próprias da cidade e provoca o afastamento dos espaços urbanos ao homem e às suas práticas.

²⁸ COLOMINA, B., op. cit., p. 21.

²⁹ BACHELARD, G. (1957, “2008”). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes, p. 226

³⁰ VENTURI, R. (1966, “2004”). *Complexidade e Contradição em Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 119.

³¹ BUBER, M., *apud*. HERTZBERGER, H., op. cit., p.13.

³² BAIRD, G., JENCKS, C., op. cit., p. 221-223.

Agravado por esta oposição, o sucessivo confronto com um exterior de diversidade e caos retirou-lhe a dimensão de valor moral e consciência colectiva para o ser humano em contraste com um espaço interior tornado espaço de definição pessoal³³, assinalando uma descontinuidade espiritual e física que Nietzsche assinalava como *um estranho contraste entre uma vida interior a que nada exterior corresponde e uma existência exterior dissociada do que está dentro*.³⁴

Incentivo à Exposição

Como já foi dito, a cultura moderna sofre de uma separação entre individual e colectivo, interior e exterior – entre experiência subjectiva e colectiva – a partir da qual Richard Sennett identifica um ignorado medo de *exposição*.³⁵ Actualmente, o ambiente urbano tende a separar as diferenças entre os seus habitantes, assumindo que estas diferenças são mais mutuamente ameaçadoras do que mutuamente estimulantes, retirando a “ameaça” de contacto social. *Exposição* assume assim uma conotação mais associada à possibilidade de perigo do que à possibilidade de estímulo.

O valor de testemunhar diversidade e dificuldade tem, tradicionalmente, o valor de uma construção individual gradual através da exposição ao mundo. Esta exposição aos outros tem um valor didáctico e a cidade deve ser um lugar de aprendizagem. É necessário ver diferenças nas ruas e em pessoas para nos tornarmos mais conscientes e capazes de lidar e aprender com a complexidade urbana. Numa sociedade que incentiva a aprendizagem acima do ensino, crianças e adultos tornam-se mais activos e capazes de pensar e agir autonomamente.³⁶

³³ SENNETT, R., op. cit., p. 19.

³⁴ NIETZSCHE, F., *apud*. SENNETT, R., op. cit., p. 39. Tradução livre.

³⁵ SENNETT, R., op. cit., p. xii-xiv.

³⁶ ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M. (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York: Oxford US Press, p. 100.



Figura 6 – Ambiente Urbano abrangente e didáctico – **GEHL, J.** (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press, p. 24.

A visualização da acção é um incentivo à própria acção (figura 6). Quando as pessoas conseguem ver os espaços interiores através da rua e vice-versa, o seu mundo é mais rico, favorece a aprendizagem e entendimento, estabelece-se a possibilidade de comunicação e as relações sociais no ambiente urbano tornam-se mais profundas e abrangentes.³⁷

Provocação Urbana

Em *The conscience of the eye*, Richard Sennett³⁸ alerta para o perigo de os encontros sociais espontâneos de uma cidade não funcionarem como um estímulo activo e perderem a sua capacidade de comunicação e relacionamento social. Na *deriva* pela cidade, as diferentes pessoas no ambiente urbano estão protegidas pela disjunção interior/exterior - individual/colectivo ou espiritual/físico – que transforma o contacto social com a diferença numa experiência impessoal e passiva ausente de socialização.

A capacidade de estimular a consciência da complexidade da realidade humana através do contacto visual nos encontros sociais da cidade pode tornar-se insignificante quando, num

³⁷ **MONTEYS, X.** (et alt.), op. cit.

³⁸ **SENNETT, R.**, op. cit., p. 128-129.

ambiente em que as diferenças são um incontornável facto sociológico, o contacto com a *diferença* é encarado com *indiferença* e a *diversidade* é substituída, aos olhos do homem, por *variedade*. Hannah Arendt aponta a transcendência de identidade como condição enriquecedora do significado do contacto com as acções e assim conclui que *quem está na rua importa menos que as acções que desempenham*.³⁹ A presença de outras pessoas e actividades é uma das qualidades fundamentais dos espaços públicos, descrita por Jan Gehl a propósito dos *pintores de rua (que) reuniram uma larga multidão enquanto trabalhavam, mas quando abandonaram o espaço, os transeuntes passavam pelas pinturas sem hesitação. O mesmo se aplica à ignorada música proveniente das colunas das lojas, por oposição ao interesse mostrado quando um grupo de músicos começava a tocar*,⁴⁰ reforçando a noção de que os contactos sociais inesperados são símbolo de provocação urbana: descobrir algo inesperado atribui-lhe um valor próprio, enriquece o ambiente urbano e torna as ruas “cheias de vida”⁴¹ (figura 7).



Figura 7 – Ambiente urbano estimulante – GEHL, J. (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press, p. 196.

³⁹ ARENDT, H., In SENNETT, R., op. cit., p. 137. Tradução livre.

⁴⁰ GEHL, J., op. cit., p. 29. Tradução livre.

⁴¹ SENNETT, R., op. cit., p. 151-152.

*A cidade é um sistema no qual toda a vida, e portanto a quotidiana, também mostra a tendência para se polarizar, para se desenvolver, pois, nos termos de agregado social público ou privado. Desenvolve-se uma esfera pública e uma privada, que estão em estreita relação sem que se perca a polarização. (...) Quanto mais fortemente se exercita a polarização e mais estreita é a relação de intercâmbio entre a esfera pública e a privada, mais “urbana” é, sob o ponto de vista da sociologia, a vida de um agregado. Em caso contrário, um agregado desenvolverá menos o carácter de cidade.*⁴²

Rapoport entende o privado e o público como entidades indissociáveis a partir da oposição interacção/retracção, em que a complementaridade dos dois domínios lhes atribui uma identidade que filtra culturalmente a informação social.⁴³ *Deste confronto entre esferas polarizadas, produto da relação que estabelecem, da comunicação entre ambas, verifica-se uma sobreposição, isto é, um contributo de ambos os domínios, sem perderem a sua caracterização e limites, numa zona ambígua, onde Lawrence reconhece o ‘espaço colectivo’ por excelência*⁴⁴ (figura 8). A cidade é o lugar em que o domínio privado pode ser, e frequentemente é tanto ou mais que o domínio público, um domínio social. Como elementos públicos, os edifícios privados transmitem um valor e significado social que se estende muito além do próprio edifício e carrega o seu carácter urbano.

A qualidade urbana do espaço da cidade consiste essencialmente nestes espaços colectivos que são simultaneamente públicos e privados – espaços públicos usados para actividades privadas ou espaços privados que permitem o uso colectivo, relacionando e integrando todo o espectro entre os dois domínios.⁴⁵ A caracterização destes elementos urbanos deve, por oposição ao limite como uma barreira em que algo acaba, contemplar limites de carácter interactivo, associados à *porosidade* e *ambiguidade* que deve estar presente nos espaços públicos de contacto social.

⁴² **BAHRDT**, H. P., *apud*. **ROSSI**, A., (1966, “2001”). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmo, p.127. Tradução livre.

⁴³ **RAPOPORT**, A. (1978). *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana*. Barcelona: GG, p. 264.

⁴⁴ **LAWRENCE**, R. J., In **ALBUQUERQUE**, F., (2013). *Espaços Liminares - a relação público-privado na construção do espaço arquitectónico*. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, p.26.

⁴⁵ **SOLÀ-MORALES**, M., (1992). *Public and Collective Space: The Urbanisation of the Private Domain as a New Challenge*, In *La Vanguardia*, Barcelona, 12 de Maio de 1992.

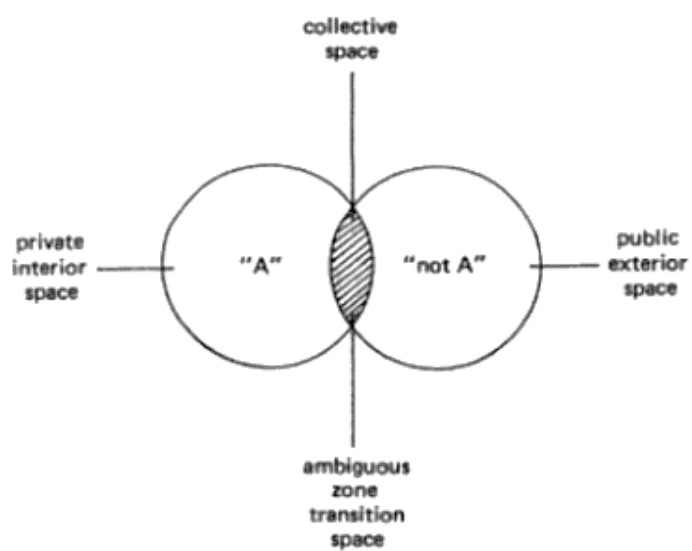


Figura 8 – Esquema do Espaço Coletivo – **Lawrence**, R. J. *Public, Collective and Private Space: A Study of Urban Housing in Switzerland* In **Kent**, S. (1990). *Domestic Architecture and the Use of Space*, p. 89.

III. VIDA COLECTIVA

A partir dos conceitos até aqui introduzidos, contextualiza-se a abordagem do projecto na aproximação ao Aterro da Boavista, desenvolvido de forma sustentada através do aprofundamento dos temas, com contributos teóricos e práticos que informam o desenho arquitectónico da proposta.

Situado entre a cidade consolidada e a frente ribeirinha de Lisboa, o Aterro da Boavista (figura 10) é interpretado como uma zona de transição com a capacidade de estabelecer relações urbanas entre as duas realidades diferentes que articula. Ao mesmo tempo que procura uma densidade urbana que preserva a vida e as qualidades da cidade antiga, acima, é capaz de organizar a imagem da cidade a uma escala mais alargada. Em tempos limite entre a cidade e o rio, é um lugar com um crescimento ao longo da história muito específico, caracterizado pela presença informal de actividades associadas ao comércio e indústria marítima. Expandiu-se de forma pouco controlada à medida que a cidade foi conquistando território ao rio, acentuando a sua origem industrial desorganizada e caracterizada por edifícios alongados de natureza industrial, que definiam os boqueirões ao *limitar* o rio e a cidade. Este limite, outrora linha de costa, sofreu alterações ao longo do tempo sem perder esta capacidade de reunir e articular diferentes realidades. Hoje Rua de São Paulo e Rua da Boavista, faz a mediação entre os bairros na Colina da Bica e o Aterro da Boavista (figura 9). A intervenção reconhece a presença destas condições específicas e explora, no diálogo entre as diferentes realidades que encontra no lugar, uma relação que interpreta a memória do lugar confrontada com os paradigmas que a vida urbana impõe neste território.

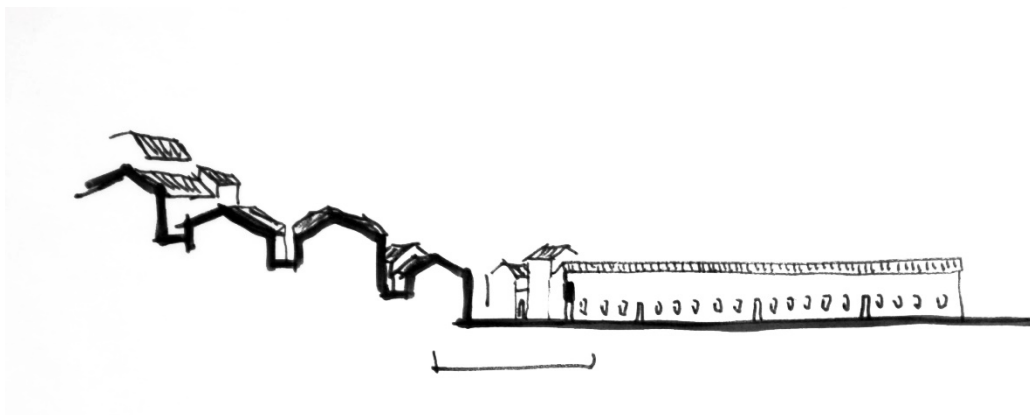


Figura 9 - Corte Transversal pela Rua de São Paulo, antiga linha de costa - desenho do autor.



Figura 10 – Ortofotomapa actual do Aterro da Boavista – Imagens obtidas em <<http://lxi.cm-lisboa.pt/lxi/>>

Proporção do Ambiente Construído

A cidade é uma estrutura construída para a possibilidade da vida colectiva na sua complexidade de negociação dos domínios público e privado. Esta negociação pressupõe, como já foi visto, a definição de limites que organizam a vida urbana para as práticas do homem e a dimensão temporal imprescindível à *produção social* que é a cidade. Neste contexto é essencial compreender que o ambiente urbano, na sua qualidade espacial, não existe dissociado das actividades humanas que o constroem, o que subentende a relação de complementaridade entre homem e cidade. Fruto desta relação, a cidade é sujeita a uma constante transformação de acordo com os paradigmas da vida do homem. Contraditoriamente, verificou-se a progressiva ausência do homem na génese das transformações do ambiente construído nas cidades “da arquitectura moderna”.

Para melhor compreender as implicações das alterações dos princípios urbanos nas cidades, Colin Rowe e Fred Koetter, em *Collage City*, confrontam os princípios da cidade tradicional com os da cidade da arquitectura moderna através da análise do ambiente urbano a partir das plantas que o representam. Na figura 11 torna-se evidente o contraste entre a forma da cidade tradicional e a da cidade da arquitectura moderna - a primeira predominantemente preta e a segunda branca, *cheio* e *vazio*. De um lado um conjunto de vazios num cheio menos controlado e do outro um aglomerado de objectos num espaço descontrolado.⁴⁶ Representativos de diferentes pressupostos propõem, por natureza, imagens urbanas opostas: *cheio* e *vazio*, *espaço* e *objecto*.

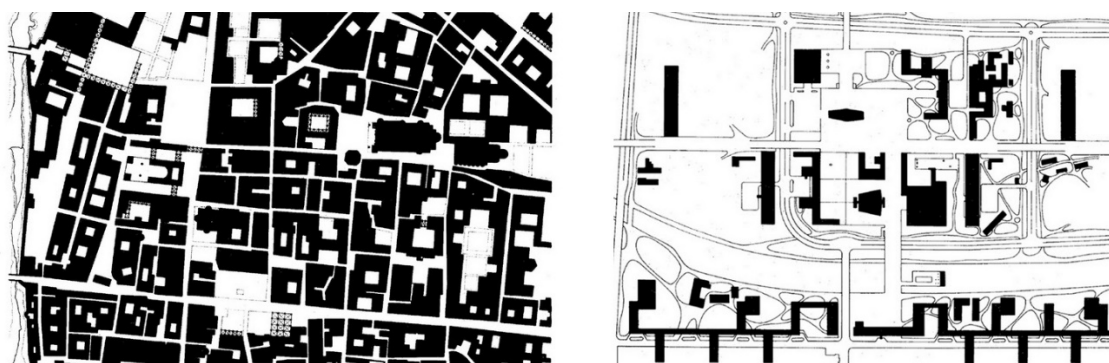


Figura 11 – Planta de Parma e Proposta de Le Corbusier para Saint-Dié – ROWE, C., KOETTER, F. (1978) *Collage City*. Cambridge: MIT Press, p. 62.

⁴⁶ ROWE, C., KOETTER, F. (1978) *Collage City*. Cambridge: MIT Press, p. 62.

A cidade tradicional apela à dimensão humana, ao espaço construído à medida do homem e das suas actividades. Produzida ao longo do tempo, não é um objectivo em si própria, mas uma ferramenta formada pelo uso⁴⁷ e constrói uma memória colectiva no diálogo que propõe entre presenças de tempos diferentes. Caracteriza-se pela densificada vida urbana que propõe em torno dos espaços públicos que organizam a cidade e permitem a concentração de situações informais e espontâneas num ambiente urbano estimulante. Gordon Cullen defende que *uma das características essenciais de um aglomerado traduz-se num encontro de pessoas e serviços tendente a gerar um ‘calor cívico’*. Por muito sobreocupadas, sombrias, sujas e asfixiantes que sejam as cidades mais antigas, na sua maioria mantêm esta virtude, que representa o elemento essencial sem o qual uma cidade não será cidade, e com o qual a falta de ar é um mal menor. Chamemos-lhe a ‘essência’ do urbano.⁴⁸ Obcecada pelas condições de salubridade dos edifícios que propunha de forma dispersa, a cidade da arquitectura moderna propunha uma estrutura pública legível, optimizada para o transporte a que a segregação funcional obrigou. Influenciada pelos novos meios de mobilidade, o espaço público perdeu a escala humana que o caracterizava em detrimento da perseguição de um conforto individual, privado. Deste confronto, imagem social e domínio privado opõem-se à estabilidade pública e imprevisibilidade privada.⁴⁹

O corpo do homem funciona como referência a partir da qual habita o espaço, de tal forma que o espaço dissociado da escala humana torna-se hostil e transmite uma sensação de impessoalidade. A partir de determinada altura o afastamento da rua torna-se demasiado para estabelecer qualquer tipo de relação significativa com o espaço público (figura 13). Jan Gehl aponta curiosamente que a própria dimensão física é usada para regular o grau de intimidade e intensidade de vários contactos sociais – “amigo próximo”, “à mão”, etc⁵⁰ e que só “a pé” é que uma situação funciona como uma oportunidade válida de contacto em que o indivíduo está disposto a demorar mais tempo, observar, parar ou envolver-se.⁵¹ A ideia de que a velocidade é uma qualidade e o tempo deve estar optimizado reflecte-se na qualidade dos espaços públicos da cidade que carecem de possibilidades e incentivos ao passeio, contemplação e recreação. *A economia, o comércio, o dinamismo da cidade também agradeceriam um pouco menos de “eficácia” automóvel e um pouco mais de eficácia urbana.*⁵²

⁴⁷ GEHL, J., op. cit., p. 41.

⁴⁸ CULLEN, G., op. cit., p. 137.

⁴⁹ ROWE, C., KOETTER, F., op. cit., p. 63.

⁵⁰ GEHL, J., op. cit., p. 67

⁵¹ Idem, p. 72.

⁵² GRAÇA DIAS, M., op. cit., p. 120.

A construção urbana deve, portanto, ser uma base versátil capaz de activar com energia a sua condição inversa, o espaço público - uma estrutura legível composta pela sucessão de praças e ruas como rótulas e alívios urbanos. Sugere-se que nem a perseguição do objecto nem do espaço sejam, por si só, atitudes válidas. Enquanto representações de ideais opostos, a situação desejada deve ser uma em que tanto os edifícios como os espaços existam num diálogo equilibrado. Diálogo em que ambas as partes coexistam como expressão de cheios e vazios capazes de conjugar *planeado e informal, previsto e acidente, público e privado, colectivo e individual*.⁵³

É a partir desta perspectiva de harmonia entre a proporção adequada entre território público e privado que é encarada a proposta para o Aterro da Boavista (figura 15). A proximidade aos bairros da Bica e do Poço dos Negros assinala a necessidade estabelecer relações de proximidade e apoio ao bairro, que introduzem este carácter doméstico e comunitário típico da vida da cidade antiga. Não obstante, a forte presença de uma rede infra-estrutural à escala da cidade assinala o carácter mais público e o movimento da cidade “moderna” com que o Aterro também se confronta. A reestruturação da área do Aterro é entendida como uma oportunidade de qualificação urbana, com a capacidade de reactivar as dinâmicas sociais das Ruas de São Paulo e da Boavista (figura 14), que foram sendo especialmente abandonadas pelo desuso e desqualificação das áreas envolventes. A organização proposta tenta atenuar o contraste entre as pequenas ruas pedonais e estreitas da cidade tradicional para as grandes *vias* marcadas pelo movimento e velocidade do automóvel. Nesta negociação há uma progressão da escala dos boqueirões na sua dimensão humana a uma escala que, contemplando as exigências da sociedade contemporânea na complexidade de elementos contraditórios que organiza, não exclui a dimensão humana. Independentemente desta variação da escala do ambiente urbano, é importante a consciência do limite a partir do qual, segundo Alexander e Gehl, o afastamento entre os domínios privados e público prejudica gravemente a continuidade urbana (figura 12).

⁵³ ROWE, C., KOETTER, F., op. cit., p. 83.

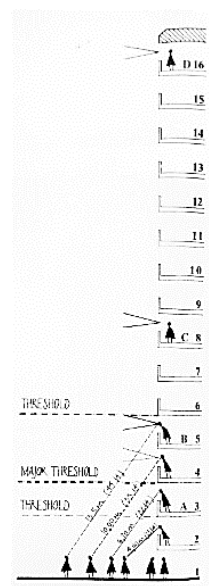
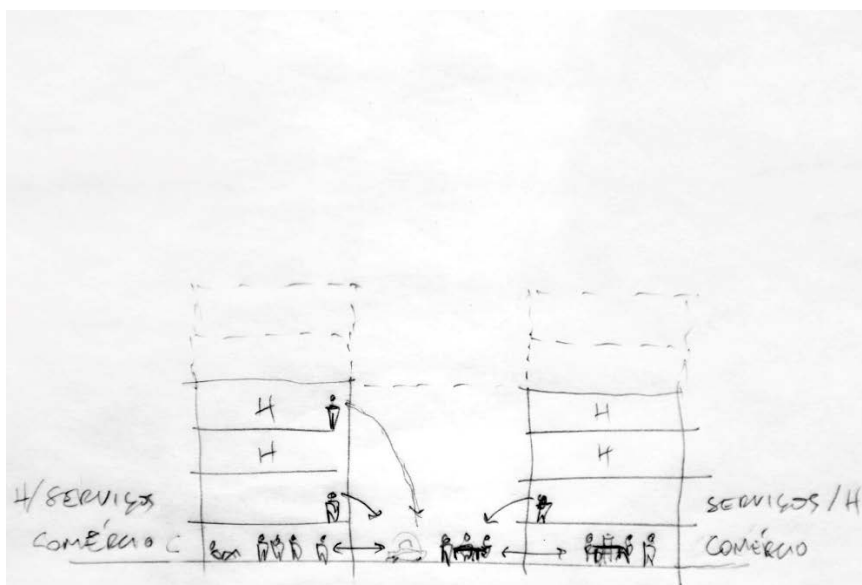


Figura 12 (Esquerda) – Esquema de proximidade e continuidade urbana – desenho do autor.

Figura 13 (Direita) – Limite da continuidade urbana – GEHL, J. (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press, p. 98.



Figura 14 - Rua de São Paulo - fotografia do autor.

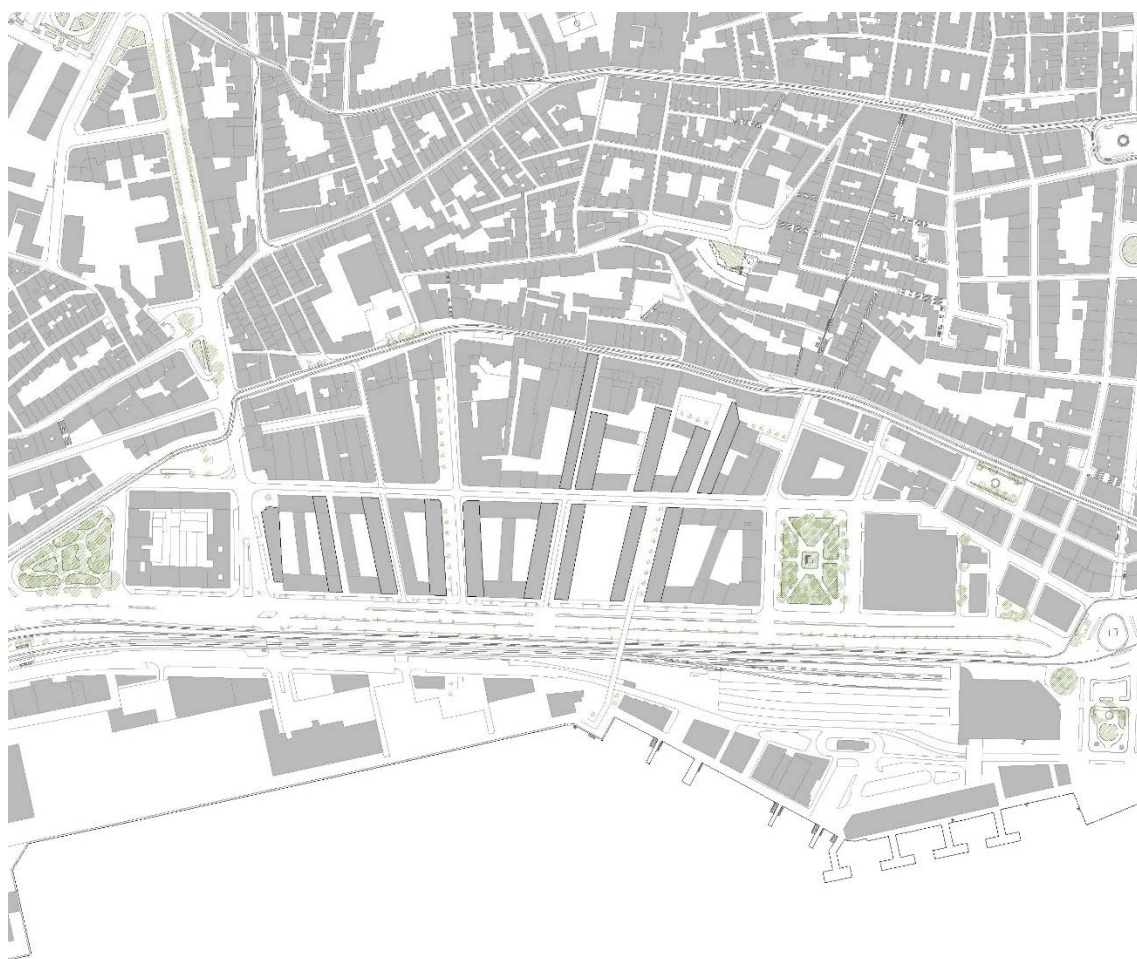


Figura 15 - Proposta de Plano Urbano – desenho do autor.

Sobreposição e Diversidade Urbana

A análise isolada dos diferentes usos da cidade, desarticulados, não se torna capaz de incentivar a *concentração de diferenças* na vida urbana. No livro *Morte e vida de grandes cidades*, Jane Jacobs formula quatro condições geradoras de diversidade urbana em que a ausência de qualquer uma inutiliza o potencial do ambiente urbano e a presença das quatro incentiva a concentração de maior diversidade. Para responder à *necessidade de usos principais combinados*, o ambiente urbano deve albergar mais que uma função principal, de preferência a mais de duas, para garantir a presença de pessoas que saiam de casa a diferentes horários e que estejam nos lugares por diferentes motivos; em segundo lugar, a *necessidade de quarteirões pequenos* visa criar oportunidades de virar esquinas frequentemente ao longo de uma rua; e por último, a *necessidade de edifícios antigos* e a *necessidade de concentração* sublinham o carácter urbano de produção temporal e social, respectivamente.⁵⁴

Rosário Brito, na tese *A transição entre privado e público no percurso do habitar*,⁵⁵ apresenta a rua, lugar de concentração de actividades sociais activada pelo comércio, serviços e equipamentos, como esqueleto articulador do ambiente urbano que constitui o *lugar de confluência dos habitantes, caracterizada pelo movimento e transacção interpessoal, (que) resume a vida de todo o bairro*. A qualidade e sucesso dos espaços públicos depende directamente da integração de pessoas e actividades no mesmo espaço. Em zonas do ambiente urbano que pelas suas funções sociais atraem pessoas durante o dia, a integração de habitações nessa área permite que o carácter residencial se misture com a vertente social e potencie a vida urbana. Só onde as casas estiverem misturadas entre outras funções é que contaminam com a sua energia as lojas, oficinas e serviços⁵⁶ e a cidade ganha dinâmicas sociais que se interpelam e cuja actividade não se limita apenas a períodos específicos do dia. O Largo do Carmo (figura 16), em Lisboa, é exemplar de uma área urbana mais alagada no que toca à mistura de pessoas diferentes num espaço público de forma estimulante ao ambiente urbano. Além da sua dimensão familiar e a escala humana que se faz notar, a presença constante – e por vezes demorada – de pessoas com diferentes propósitos assegura-se que este espaço nunca está abandonado a qualquer altura do ano e do dia. Em pleno Chiado, está rodeado por um tecido urbano que contribui, na sua enorme densidade, com a energia de comércio, serviços, equipamentos e habitação, temporária e permantente, grande e pequena. Na sua

⁵⁴ JACOBS, J. (2000). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes, p. 166-167.

⁵⁵ BRITO, R. (2011). *A transição entre privado e público no percurso do habitar*. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, p. 59.

⁵⁶ ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M., op. cit., p. 257-258.

caracterização, o Largo do Carmo cria condições que incentivam a concentração e sobreposição das actividades quotidianas e permitem que encontros sociais espontâneos se transformem em actividades sociais mais prolongadas. Entre pessoas a passear e a caminho de casa ou do trabalho vêm-se muitos – e diferentes – tipos de mobiliário que representam a convivência das actividades que aqui acontecem organizadamente, desde o mobiliário urbano fixo e permanente que convida à pausa e à socialização, às esplanadas temporárias – no sentido que têm determinadas horas de funcionamento – dos quiosques, bares, cafés e restaurantes com as suas mesas, cadeiras, toldos e chapéus.

Num cenário de prolongamento de actividades entre diferentes domínios, é imaginada uma apropriação dos espaços colectivos, junto ao toque dos edifícios no solo – pisos térreos. Esta apropriação, à semelhança dos esquemas de Xavier Monteys (figura 18), ilustra a sobreposição da diversidade de usos presentes no espaço urbano que o projecto propõe (figura 19). A nova proposta urbana é uma oportunidade – ou o momento fundamental – para incentivar a concentração de diferentes usos numa área urbana mais alargada. A presença constante de grupos de habitação e a intenção de qualificar os bairros adjacentes com serviços de apoio à comunidade representam, em conjunto com os novos locais de trabalho e comércio propostos (tanto na proposta urbana como no projecto em construção da EDP para o quarteirão adjacente a sul no Aterro da Boavista) a introdução de usos principais misturados. A concentração de todos estes usos é conseguida pelas oportunidades de encontro no espaço público, que são reforçadas pelas permeabilidades que os limites dos edifícios estabelecem como espaços colectivos da cidade.

A diversidade urbana deve-se reflectir na diversidade do tecido urbano, evitando a monotonia de áreas monofuncionais extensas e o aborrecimento de grandes áreas urbanas com uma expressão constante, projectadas pelo mesmo arquitecto. No desenvolvimento do projecto a escalas mais aproximadas aprofunda-se este pensamento no tratamento do edifício em que, através de subtis caracterizações materiais e formais, é desenhado um quarteirão que sugere poder ser percebido como um todo formado por diferentes partes. Um ambiente urbano rico em oportunidades e descobertas é uma atmosfera em que cada um – ou cada edifício – contribui da sua forma particular e individual para uma realidade colectiva e diversificada por natureza. Desta forma, a caracterização do plano urbano proposto só determina as qualidades essenciais e um intervalo de variações a que os edifícios e espaços se devem submeter para activarem, em conjunto, um ambiente urbano coerente sem que cada edifício perca a sua identidade própria.



Figura 16 – Largo do Carmo – Imagem obtida em < <https://a0.muscache.com/pictures/40762115/small.jpg>>



Figura 17 – Diversidade do ambiente urbano na Rua Garrett, Lisboa – Imagem obtida em
<http://3.fotos.web.sapo.io/i/Nac028dcf/2284465_8eZw7.jpeg>

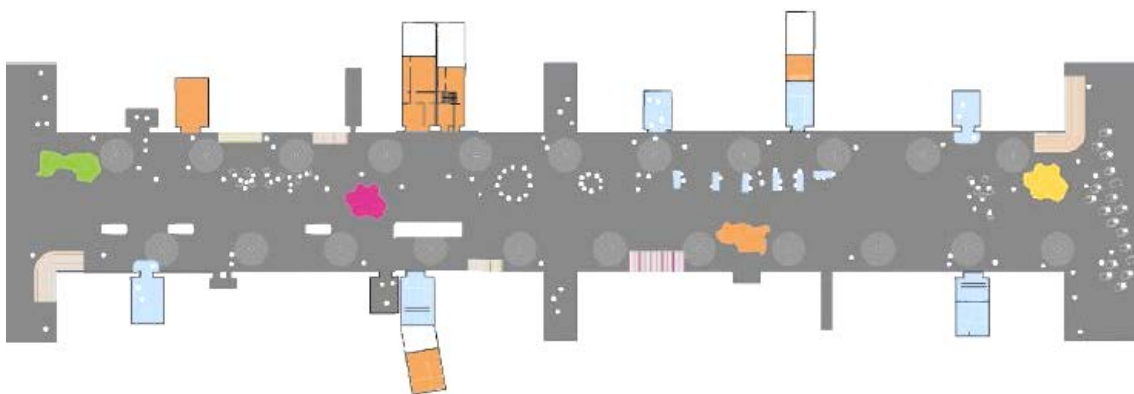


Figura 18 – Planta ilustrativa de diversidade urbana – **MONTEYS, X.** (et alt.). (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 106.



Figura 19 - Esquema de ocupação dos pisos térreos – desenho do autor.

Estrutura Urbana

Quando os padrões de associação que estruturam a cidade como suporte físico correspondem à estrutura social que organizam, as relações sociais que se estabelecem livremente na área de vizinhança são, maioritariamente, descomprometidas e livres de constrangimentos e complicações. Estabelecem uma *unidade de vizinhança*⁵⁷ na qual os membros se encontram em terreno conhecido para desenvolver actividades sociais primárias e contactos sociais espontâneos ou organizados. *É possível conviver bem nas calçadas com pessoas que são bastante diferentes entre si e, com o passar do tempo, é possível até a convivência pública familiar com elas. Tais relacionamentos podem durar, e duram, anos a fio, décadas; nunca poderiam ter-se formado sem aquele limite, muito menos ser prolongados. Formam-se exactamente porque estão ao alcance das pessoas em suas saídas costumeiras*⁵⁸ e têm um papel importante na vida quotidiana dos habitantes, ao conferir um carácter de familiaridade ao ambiente urbano mais próxima da área de residência, actividade ou trabalho. Esta condição de estrutura social correspondida por uma estrutura física estabelece uma transição gradual de espaços privados para espaços progressivamente mais públicos (figura 20), alargando a percepção do espaço pessoal ao espaço colectivo da cidade⁵⁹ e consequentemente aumentando a facilidade de apropriação individual do espaço público e a sensação de pertença na cidade.

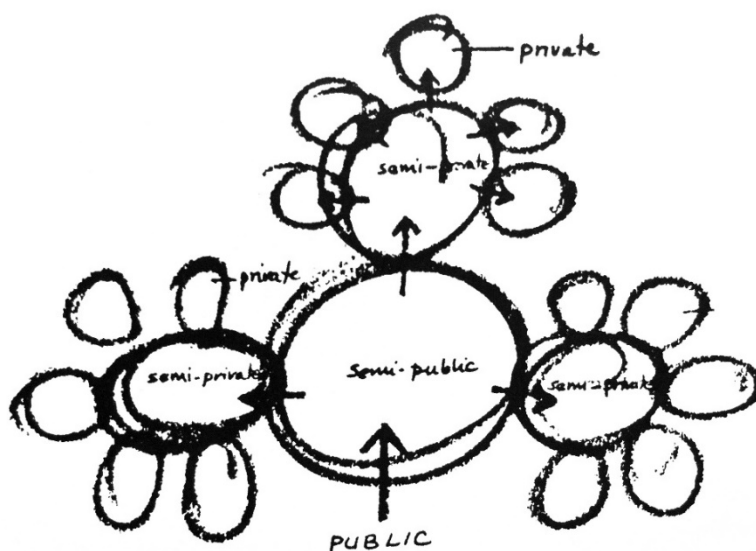


Figura 20 – Estrutura Urbana – GEHL, J. (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press, p. 59.

⁵⁷ LAMAS, J. R. G. (2004, "2011"). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 318.

⁵⁸ JACOBS, J., op. cit., p. 66 -67.

⁵⁹ GEHL, J., op. cit., p. 59.

De carácter mais íntimo, o Largo de Santo Antoninho em Lisboa (figuras 21 e 22), subentende no seu desenho e na sua escala o entendimento de um espaço colectivo como sala de estar comunitária. Afastado do ruído e aceleração da cidade, oferece um ambiente mais próximo da escala da casa que se sujeita à domesticidade próxima que nele encontra a estimulante possibilidade de expansão do território privado. Um espaço desta natureza pontua a transição de espaços urbanos de maior colectividade para espaços afectos a grupos sucessivamente menores e fortalece as relações de vizinhança que neles se tornam possíveis de estabelecer. Procura-se estabelecer um ambiente com alguma semelhança ao deste Largo, na definição do “Largo da Creche”, espaço público que o quarteirão trabalhado cria a norte da zona de intervenção e a sul do Largo de Santo Antoninho (ambos assinalados na figura 24). Conformado pelo diálogo entre actividades diferentes em edifícios novos e antigos, deve o seu carácter à presença de uma sensação de maior domesticidade e da creche (proposta para este lugar) neste território colectivo, que caracterizam uma atmosfera de troca e partilha que valoriza o contacto com a diferença e a aprendizagem através do olhar para a cidade. A acessibilidade ao Largo é formalizada por espaços de transição que marcam a mudança de carácter dos espaços e acentua a diferença entre as ruas movimentadas, não muito longe, e o Largo, afastado do ruído e da “pressa” da cidade que se apresenta mais distante (figura 23). A sensação de pertença à cidade é fortemente reforçada num espaço deste carácter, em um campo visual tão abrangente gera uma noção de inclusão deste espaço na cidade.

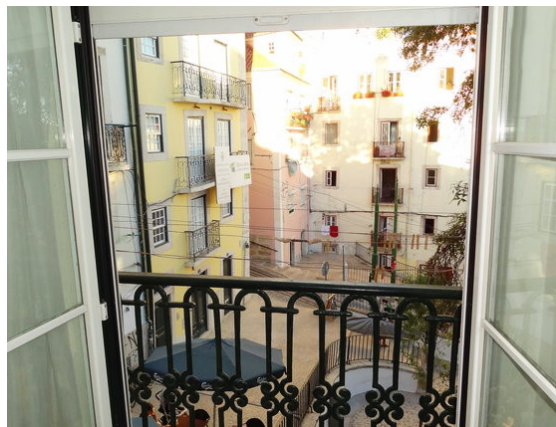
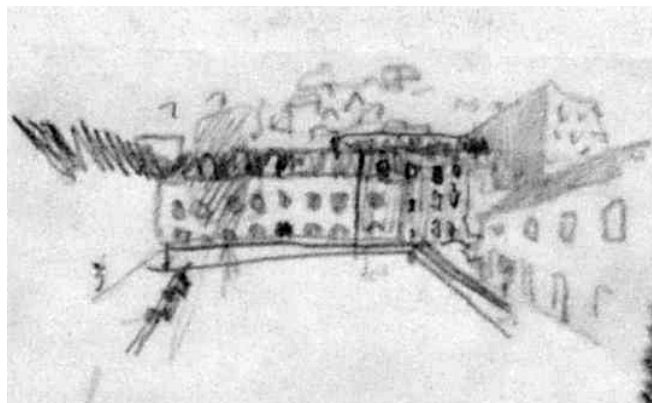


Figura 21 (Esquerda) – Largo de Santo Antoninho, Lisboa – Imagem obtida em
<<http://www.thelisbonconnection.com/wp-content/uploads/2010/04/Bica-funicular-March-2010-restaurant-cafe.jpg>>

Figura 22 (Direita) – Largo de Santo Antoninho, Lisboa – Imagem obtida em
<<https://a0.muscache.com/pictures/23732926/large.jpg>>



Figuras 23 – Esboço do “Largo da Creche” – desenho do autor.

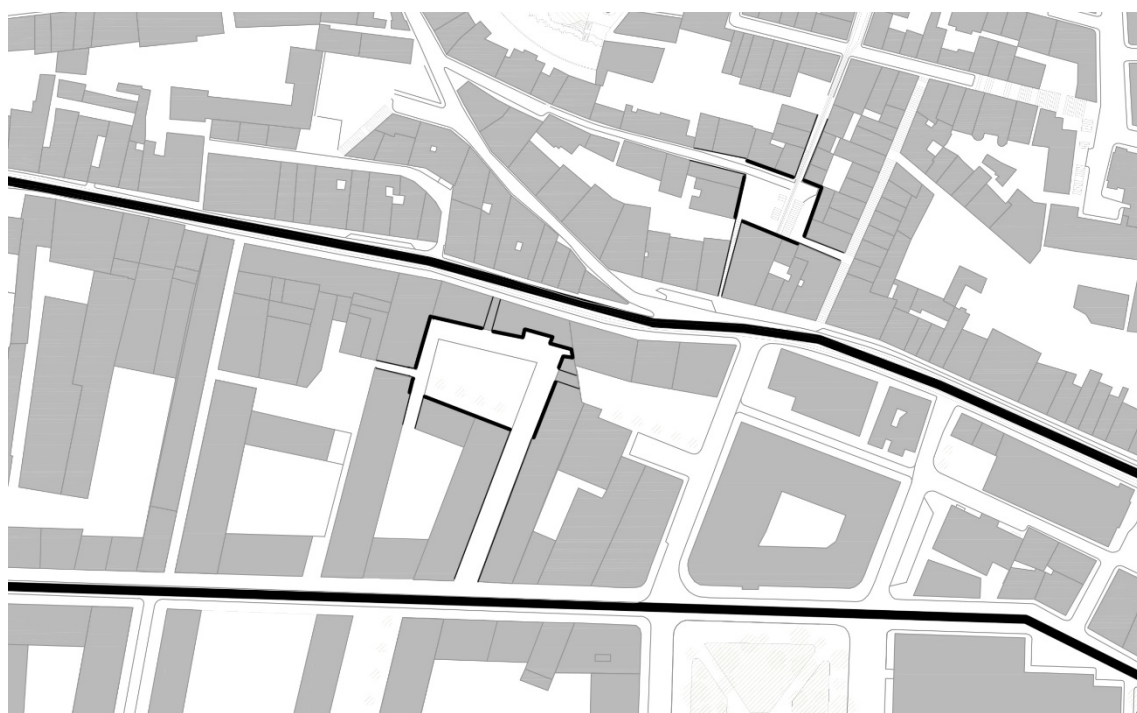


Figura 24 - Largo como alívio urbano - desenho do autor.

Reconhecida a importância da presença de diferenças na cidade através da concentração de diversidade, substituem-se os padrões de zonamento funcional por padrões de associação do domínio privado aos espaços colectivos de organização social, desde a casa, à rua, ao bairro e à cidade (figura 27). Christopher Alexander realça que num ambiente urbano de diversidade, estes padrões de associação devem abranger, além da habitação, os espaços de trabalho como uma comunidade que incentiva a construção de grupos de trabalho em torno de espaços colectivos mais alargados que contribuem com lojas, serviços e “lugares para almoçar” durante o dia.⁶⁰ Quando os limites do território definem de forma menos absoluta os espaços colectivos que articulam, a incerteza acentua a *tensão* entre os domínios público e privado e enriquece a dinâmica das relações sociais que se estabelecem. Tornam-se espaços que, não obstante serem propriedade pública ou privada, são igualmente acessíveis aos dois domínios.⁶¹

No referido Largo de Santo Antoninho tem-se a percepção da presença de uma intimidade que atribui, contraditoriamente, um carácter mais privado a um espaço claramente público na estrutura da cidade. A situação inversa pode ser sentida ao percorrer o Pátio Bagatela, também em Lisboa (figura 25), ou os pátios no Chiado redesenhados pelo Arquitecto Siza Vieira (figura 27). Apesar de propriedade(s) privada(s) há a percepção de uma continuidade da vida urbana.⁶² Esta associação de grupos de diferentes escalas em torno de espaços públicos caracterizados de forma ambígua quanto à sua propriedade é explorada no projecto (figura 28), em que a percepção do carácter de cada lugar conduz o comportamento social, aumenta a sensação de pertença à cidade e alarga o reconhecimento de uma realidade urbana mais complexa.



Figura 25 (Esquerda) – Pátio Bagatela – Imagem obtida em <<http://1.bp.blogspot.com/-M9wxDcnUlzA/TcSLLmeQadI/AAAAAAAAAGw/CyM0VzKnBPU/s1600/buildings.jpg>>

Figura 26 (Direita) – Pátio "A", Chiado – Imagem obtida em <<http://www.portugalrestaurants.com/restaurantes/imagens/Mezzogiorno-Pizzeria.jpg>>

⁶⁰ ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M., op. cit., p. 225.

⁶¹ HERTZBERGER, H., op. cit., p. 40.

⁶² BRITO, R., op.cit., p. 89.

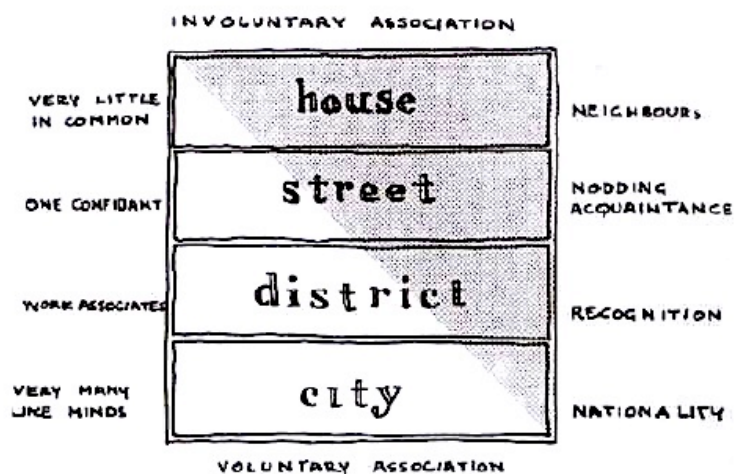


Figura 27 – Padrões de associação urbana – SMITHSON, A. M., SMITHSON, P. (2005) *The Charged Void: Urbanism*. New York: Monacelli Press.



Figura 28 - Esquema da estrutura urbana proposta com padrões de associação dos diferentes espaços públicos – desenho do autor.

IV. ESPAÇOS DE TRANSIÇÃO (LIMITES)

Transição Profunda

O papel de transição que os limites e os espaços de natureza colectiva desempenham na cidade e tem vindo a ser abordado neste trabalho é descrito por Maurice Merleau-Ponty como um território em que é universalmente possível reunir as coisas, ou *in-between reality*.⁶³ É algo mais intangível que lugares de actividades e acontecimentos, uma realidade complexa que emerge da percepção de sucessivas sobreposições de espaços e limites. A continuidade urbana está implícita no discurso de Steven Holl a propósito de *Questions of perception*:

*When we sit at a desk in a room by a window, the distant view, light from the window, floor material, wood of the desk, and eraser in hand begin to merge perceptually. This overlap of foreground, middle ground, and distant view is a critical issue in the creation of architectural space. We must consider (...) an experiential continuum (...) a complex interlocking of time, light, material, and detail creates the “whole” of cinema wherein we can no longer distinguish individual elements.*⁶⁴

Henri Lefebvre, na obra *O direito à cidade*, abre os olhos para a vida quotidiana *daquele que corre da sua habitação para uma estação próxima ou distante, para o metro apinhado, para um escritório ou uma fábrica, para regressar ao fim do dia pelo mesmo caminho e em casa recuperar as forças para recomeçar no dia seguinte*.⁶⁵ Habitar a cidade pressupõe uma sucessão de espaços de diferentes escalas para a vida quotidiana que marcam física e psicologicamente o percurso e a distância entre o íntimo da casa e o público da cidade.⁶⁶ Percurso este que, por sua vez, também pressupõe a presença de possibilidades enriquecedoras - espaços de descanso, de encontro, de comunicação e de acontecimentos - que compõem um conjunto de estímulos implícitos à continuidade da vida colectiva.

À semelhança da forte relação de continuidade entre o Largo da Oliveira e a Praça de Santiago em Guimarães (figuras 29, 30 e 31), que podem ser percebidos como um espaço único subentendido em dois, o projecto propõe relações de maior ou menor continuidade entre os

⁶³ MERLEAU-PONTY, M., *apud*. HOLL, S., PALLASMAA, J., PÉREZ-GOMÉZ, A. (2006). *Questions of Perception, Phenomenology in Architecture*. San Francisco: William Stout Publishers, p. 45.

⁶⁴ HOLL, S., PALLASMAA, J., PÉREZ-GOMÉZ, A., *op. cit.*, p. 45-46.

⁶⁵ LEFEBVRE, H. (1968, “2012”). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre, p. 120.

⁶⁶ BRITO, R., *op. cit.*, p. 53.

espaços que conforma, dando liberdade a que eventos e actividades sociais possam *atravessar* o edifício ou, ainda mais importante, comunicar *através* dele denunciando a presença da realidade distante (figuras 36). É fundamental para o sucesso do ambiente urbano que estes *espaços de transição*, na sua condição de *limite*, explorem a capacidade articuladora e activadora da vida urbana. O toque dos edifícios no solo – *soleira* – é entendida por Hertzberger como um lugar por direito próprio – intervalo – que representa a condição espacial para o encontro e diálogo entre universos de domínios diferentes.⁶⁷ Quando os pisos térreos acolhem novas actividades, os limites concretos entre o público e o privado, aqui simultaneamente presentes, têm tendência a diluir-se numa *transição profunda* que permite o descanso, contemplação, actividades e socialização.⁶⁸ O deslocamento ao longo de um limite, por oposição ao atravessamento do espaço que define, oferece certas vantagens na sua qualidade de lugar. Ao andar *na* fachada da rua, torna-se possível observar ao mesmo tempo o espaço “maior” e os “pequenos” detalhes da fachada do edifício (figura 32).⁶⁹

O edifício Franjinhas do arquitecto Nuno Teotónio Pereira, em Lisboa (figura 33), propõe um novo entendimento da cidade ao romper a fachada para o contacto social através da penetração da rua no edifício. Este limite é formalizado num jogo de galerias e escadas nos três primeiros pisos destinados ao comércio, formalizando um lugar privilegiado de recolhimento e contacto com diferentes escalas e realidades. Numa condição inversa, sobressai a qualidade urbana da vida proposta pela ETIC, escola profissional que está instalada em dois edifícios separados no Aterro da Boavista e que se apropria das ruas da cidade como corredores e dos seus alívios como salas de aula. O projecto (figura 35) referencia-se nestas qualidades, também presentes nas passagens dos pátios do Arquitecto Siza Vieira já mencionados (figura 34). Investe-se na permeabilidade dos limites dos edifícios que oferecem parte do seu território à cidade e contagiam, com a sua capacidade de atravessamento e descoberta, os espaços públicos que servem. Esta acção de atravessamento ganha uma unidade mais abrangente, ao serem reactivadas passagens por edifícios antigos que se encontram actualmente encerradas. Quando abertas, a estrutura urbana é enriquecida pelas suas permeabilidades que relacionam e qualificam os espaços da cidade.

⁶⁷ HERTZBERGER, H., op. cit., p. 32.

⁶⁸ MONTEYS, X. (et alt.), op. cit.

⁶⁹ GEHL, J., op. cit., p. 142.



Figura 29 – Praça de Santiago e Largo da Oliveira, Centro histórico de Guimarães – Imagem obtida em <http://s84.photobucket.com/user/nop57751/media/Guimaraes%20centro%20e%20tudo/Fotografias%20Aereas/imageMaximized3.jpg.html>

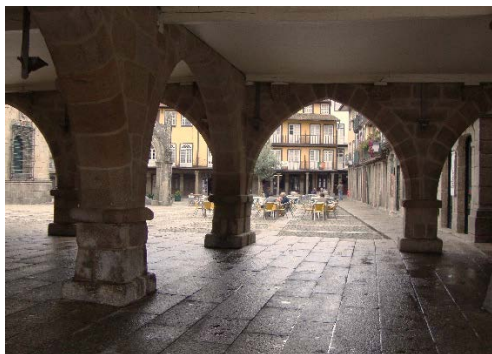


Figura 30 (Esquerda) – Largo da Oliveira, Guimarães – Imagem obtida em http://c8.quickcachr.fotos.sapo.pt/i/ocb07b210/9201725_pFMRe.jpeg

Figura 31 (Direita) – Praça de Santiago, Guimarães – Imagem obtida em <http://4.bp.blogspot.com/-TvjDzEnUfKA/U3o2NBZvZCI/AAAAAAAAAQw/Es4czi9v4nc/s1600/guimaraes+1.jpg>



Figura 32 – Contacto com diferentes escalas – **GEHL, J. (1987).** *Life Between Buildings, Using Public Space*.
Washington: Island Press, p. 140.



Figura 33 – Edifício Franjinhas, Lisboa – Imagem obtida em
<<http://payload.cargocollective.com/1/2/66424/1184845/franjinhas05.jpg>>

Figura 34 – Pátio "B", Arq. Álvaro Siza, Chiado – Fotografia do autor.



Figura 35 - Esboço de estudo dos atravessamentos do edifício – desenho do autor.



Figura 36 - Atravessamentos Urbanos. Planta de toque no solo - desenho do autor.

Ambiguidade Positiva

O espaço urbano não se resume ao palco da vida da cidade, é uma produção social em que actividades e acontecimentos não podem ser dissociados do espaço em que ocorrem, de tal forma que as relações sociais só existem no espaço e através dele.⁷⁰ Assinalada a sua dependência, torna-se legítimo referirmo-nos a um espaço através de uma actividade e, inversamente, a uma actividade através de um espaço.

Sob o olhar funcional presente nas cidades de hoje, há o risco de que formas *abertas* sejam confundidas com formas *vazias*. Charles Jencks e George Baird explicam, em *Meaning in Architecture*,⁷¹ que a arquitectura reúne diferentes aspectos de uma realidade complexa numa forma *sintética* e alertam que não é fácil perceber nem praticar uma actividade sintética num período de excessiva especialização, mas que *actividades sintéticas são essenciais para a interacção e desenvolvimento culturais*. O papel do arquitecto não é, portanto, ‘fazer o menos possível’, mas sim criar formas com uma capacidade adequada. Por sua vez, a capacidade das formas define o seu potencial signifiicante e o ambiente urbano é enriquecido – segundo o pressuposto que acções estão associadas a lugares – à medida que permite o acontecimento de situações diferentes e repetidas. Lefebvre desenvolve esta associação ao traduzir o conceito de *ambiguidade* pela condição de *pluralidade de significações*.⁷² A arquitectura moderna propõe, normalmente, espaços desenhados de forma excessivamente especializada para serem usados sem pensar, que aparentam só poder ser usados de uma forma e não contemplam a iniciativa individual ou colectiva.⁷³ Para contrariar esta tendência supressiva do espaço urbano o espaço público deve sugerir um uso mais aberto através da caracterização ambígua e indeterminada dos limites urbanos. Se forem criados os incentivos adequados⁷⁴ as pessoas apropriar-se-ão, por iniciativa própria, do espaço de formas imprevisíveis sublinhando o direito à apropriação, bem diferente o direito à propriedade, que está implícito no direito à cidade.⁷⁵

*(...) disse que não acredito que a arquitectura redima o mundo, mas, contraditoriamente, nós também sabemos que há certo tipo de coisas que acontecem em certos sítios onde há uma arquitectura, e noutros sítios não acontecem. É uma contradição.*⁷⁶

⁷⁰ LEFEBVRE, H. (1974). *The Production of Space* (Extracts). In Leach, N. (1997, “2005”) *Rethinking Architecture*. London: Taylor & Francis e-Library.

⁷¹ BAIRD, G., JENCKS, C., op. cit., p. 226-229.

⁷² LEFEBVRE, H. (1968, “2012”). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre, p. 93.

⁷³ MONTEYS, X., (et. alt.), op. cit., p. 124.

⁷⁴ HERTZBERGER, M., op. cit., p. 164.

⁷⁵ LEFEBVRE, H., op. cit., p. 135.

⁷⁶ FIGUEIREDO, V., apud. ARENGA, N. (2012). *Vitor Figueiredo: Fragmentos de um discurso*.

Hans Monderman introduz o conceito de *espaço partilhado* (figura 38), que consiste fundamentalmente na inversão da segmentação funcional e da prioridade dos automóveis em relação ao homem. O desenho de um espaço público mais ambíguo e indeterminado aumenta as possibilidades de uso – com a responsabilidade social associada – de um território colectivo, que incentiva a mistura e convivência das actividades. Esta atitude representa uma atitude em relação ao domínio dos meios de transporte e relembra a importância que o homem e as actividades humanas devem ter no desenho do espaço da cidade.

Apesar de esquecida em muitas intervenções contemporâneas na cidade, esta caracterização do espaço público não é novidade: na Rua do Carmo, em Lisboa (figura 40), a reacção imediata de aversão às alterações morfológicas que sofreu no final do séc XX (figura 39) pela restrição que impunham ao uso deste espaço para a instalação de esplanadas e espaços de estar pré-determinados provocou o retrocesso à sua configuração original. Mais recentemente, uma reabilitação de Caruso St. John na Suécia (figuras 41 e 42) é extremamente elucidativa das potencialidades sugestivas e estimulantes da indeterminação do espaço – ou melhor, da determinação adequada – na simples forma como o desenho da própria mudança de pavimento constitui um limite na percepção de diferentes lugares dentro de um mesmo território. No desenho do espaço público do projecto (figura 43), a capacidade de apropriação e imaginação são estimuladas através da criação ponderada de pequenos incentivos na caracterização do espaço que contemplam igualmente actividades organizadas e contactos sociais espontâneos, contaminação de actividades e sobreposição de acontecimentos no *tempo* (figura 44), repetição constante e ocasiões excepcionais.



Figura 37 – Espaço Partilhado em Drachten, Hans Monderman – Imagem obtida em
<<http://cameronwatson.co.nz/wp-content/uploads/2013/03/Drachten.png>>



Figura 38 (Esquerda) – Rua do Carmo, separação funcional sofrida por volta de 1980 – Imagem obtida em
<http://4.bp.blogspot.com/-mfDJH80_TGE/Uiwojul4C-I/AAAAAAAAAM30/aAf9fsCsLrY/s1600/rua+Carmo3.jpg>

Figura 39 (Direita) – Rua do Carmo, Lisboa. Caracterização actual – Imagem obtida em <http://1.bp.blogspot.com/-AMJ7tUMpoyS/T4VFxZlXazI/AAAAAAAAEnU/0ZNinnVla4Q/s1600/IMG_7658.jpg>

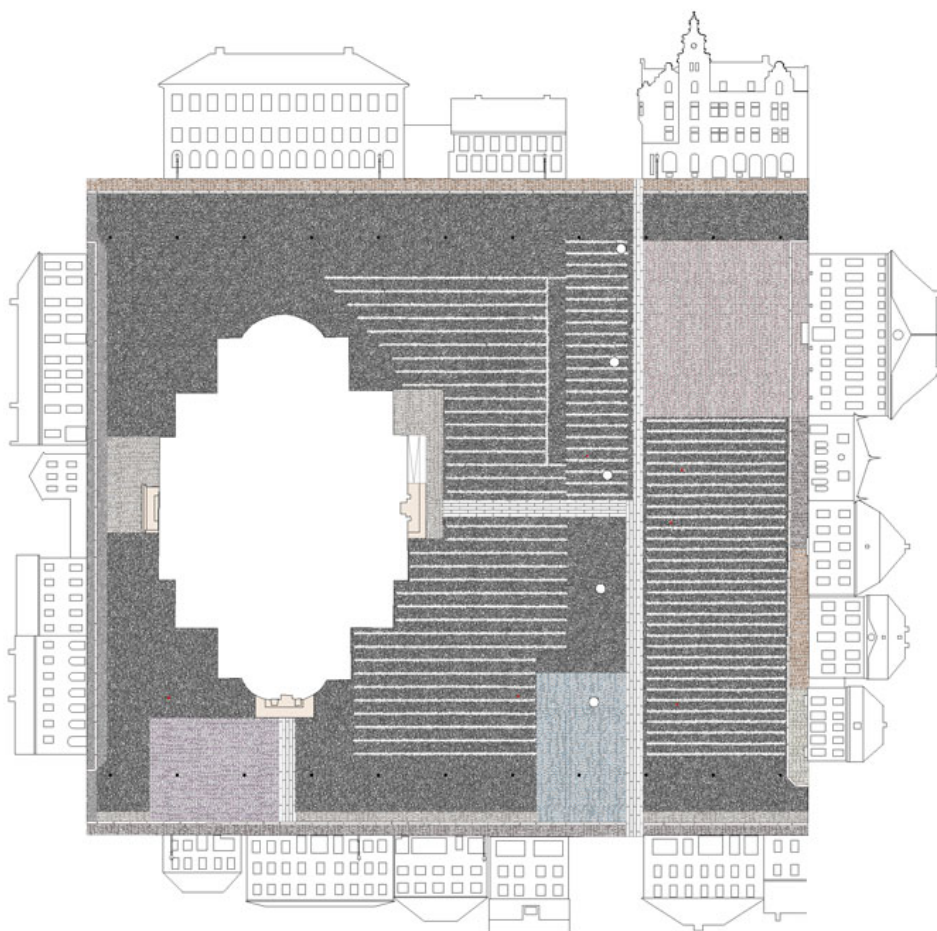


Figura 40 – Planta da reabilitação de Stortorget, Kalmar. Caruso St. John – Imagem obtida em <http://www.carusostjohn.com/projects/stortorget/>



Figura 41 – Stortorget, Kalmar. Caruso St. John – Imagem obtida em <http://www.carusostjohn.com/projects/stortorget/>



Figura 42 - Caracterização dos espaços públicos, planta de pavimentos – desenho do autor.

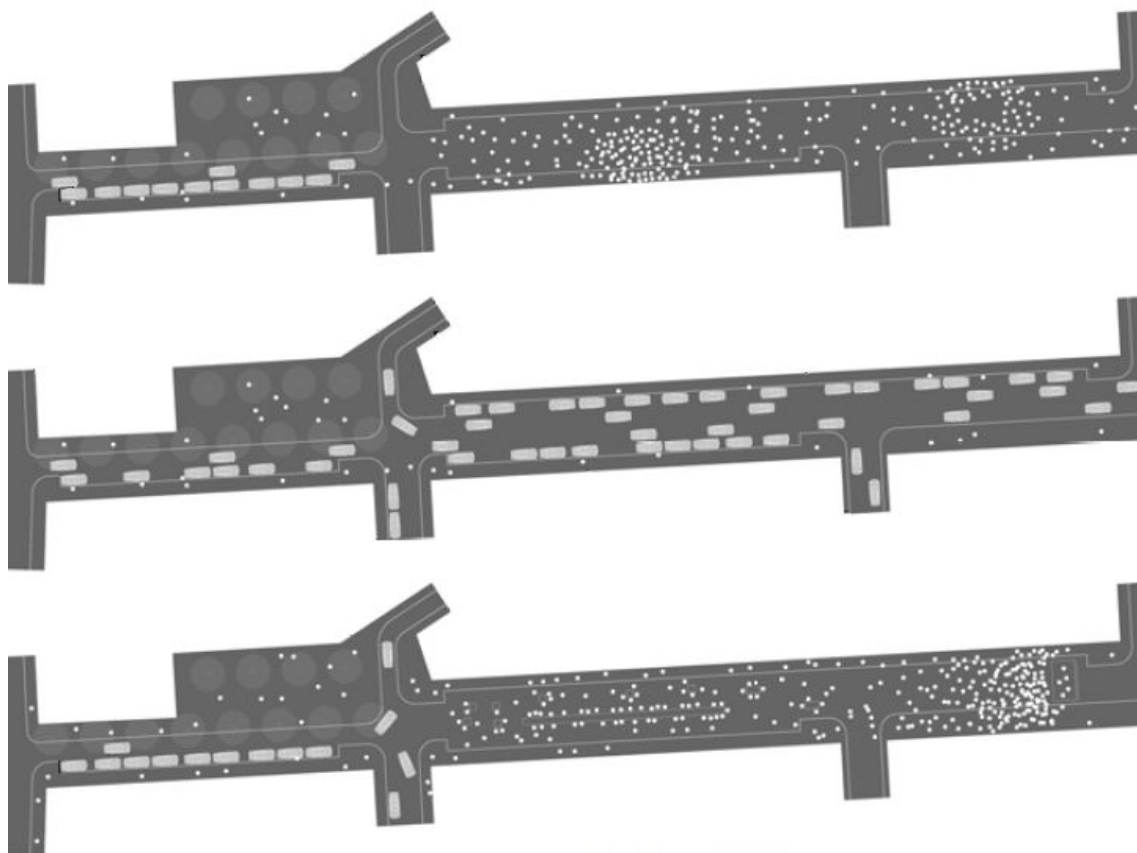


Figura 43. Rua com horários – MONTEYS, X. (et alt.). (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 85.

Porosidade

Walter Benjamin denominou ‘porosidade’ esta qualidade deliberadamente ambígua dos limites do domínio público (...) em que a construção e a acção se sobrepõem nos pátios, galerias e escadas (...). Da mesma forma, a sala reaparece na rua com as suas cadeiras (...) e a rua, de forma muito mais ruidosa, aparece na sala.⁷⁷



Figura 44 (Esquerda) – Sala de estar comunitária – **HERTZBERGER**, H. (1991, “2006”). *Lições de arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes, p. 63.

Figura 45 (Direita) – Vista do interior de uma casa para o Largo de Santo Antoninho – Imagem obtida em <<https://a0.muscache.com/pictures/23732926/large.jpg>>

O *limite*, além dos dois lados habitados que relaciona, cria um espaço próprio que pode ser habitado temporariamente. Exemplo ilustrativo desta expressão é o vão, capaz de reclamar um espaço próprio, contaminar os espaços adjacentes, e de exigir espaços complementares como as varandas ou os bancos de soleira. O vão permite a comunicação ou afastamento e filtra o lugar, o clima, o ruído, a luz, as práticas e consequentemente a vida urbana.⁷⁸ No Salk Institute de Louis Kahn (figuras 46 e 47), a forma dos pilares influencia e altera o carácter do espaço de transição que a galeria constitui. Os pilares transformam o espaço da galeria numa sequência de salas interligadas que mantêm a função de circulação⁷⁹ e criam lugares intermédios que sugerem – tal como a livreria de Isay Weinfeld (figura 48) – a permanência ou o prolongamento do interior do edifício para se apropriar do exterior.

⁷⁷ **MONTEYS**, X., (et. alt.), op. cit. Tradução livre.

⁷⁸ **BRITO**, R., op. cit., p. 84.

⁷⁹ Idem, p. 74.



Figura 46 – Salk Institute, Louis Kahn – Imagem obtida em
<https://farm2.staticflickr.com/1395/1119018310_41e6b3e952.jpg>



Figura 47 – Salk Institute, Louis Kahn – Imagem obtida em <<http://www.wssj1.cn/uploads/allimg/110704/1-110F4192I14K.jpg>>



Figura 48 – Livraria da Vila, São Paulo. Isay Weinfeld – Imagem obtida em <<http://www.perfectlounge.ch/wp-content/uploads/2010/03/bildschirmfoto-2010-03-21-um-202424.png>>

Condensadora da vida social, a rua transcende a sua condição infra-estrutural de comunicação e transporte para se tornar um lugar de expressão social capaz de definir uma identidade social. Na caracterização do toque do edifício no solo e dos seus limites, as ruas que o projecto conforma são aproximadas desta condição de lugar e entendidas como a primeira instância da vida social urbana⁸⁰ em que a concentração de actividades depende da proximidade dos espaços de transição entre rua e fachada e entre entradas e outras funções, que contribuem com a sua energia para activar o ambiente urbano (figura 49). Jan Gehl sugere, à semelhança da representação dos pisos térreos de Monteys (figura 50), que se criem unidades estreitas e muitas portas, para que o comprimento da rua seja reduzido, as distâncias pedonais diminuídas, a concentração de actividades aumentada e a vida na rua reforçada.⁸¹



Figura 49 - Esquema de prolongamento de domínios e apropriação do espaço público - desenho do autor.

⁸⁰ MONTEYS, X., (et alt.), op. cit., p. 124

⁸¹ GEHL, J., op. cit., p. 93-94.



Figura 50 – Planta pisos térreos – **MONTEYS, X.** (et alt.). (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación, p. 105.

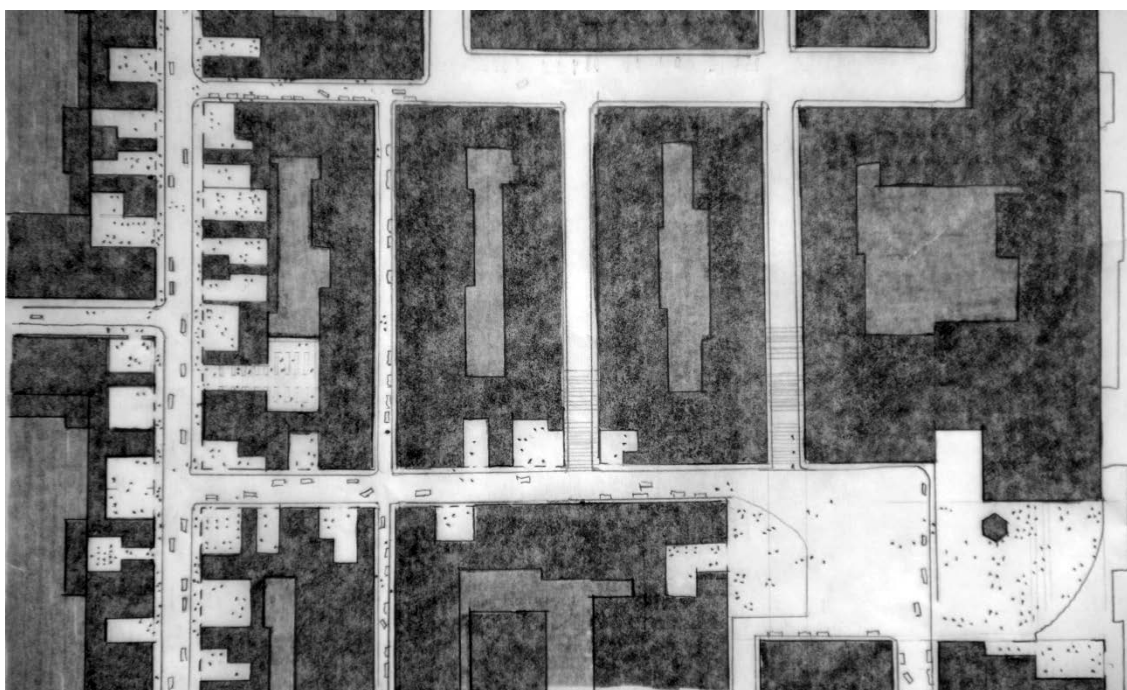


Figura 51 - Estudo da porosidade dos pisos térreos - desenho do autor.

Tensão Social nos Limites

Como foi visto, a *porosidade* pressupõe uma proximidade de diálogo de domínios diferentes alcançável exclusivamente por intermédio dos espaços de transição. Para que este diálogo tenha lugar no espaço urbano, na sua qualidade ambígua, e o espaço contemple o *tempo* como necessidade para o princípio de uma narrativa, é fundamental que se estabeleçam limites fracos em vez de paredes fortes. A presença deste poder narrativo está na *ambiguidade* do ambiente construído, para que as formas e espaços – limites – tenham a capacidade de permitir e incentivar a complexidade da sucessiva alteração quotidiana das actividades que reúne. No entanto, se esta liberdade de alteração se torna interminável ou prejudicial, o limite será facilmente descaracterizado. O carácter urbano desenvolve-se através de um diálogo que encontra uma certa resistência⁸² – *tensão* – nos limites sociais da cidade, que se devem tornar judicialmente permeáveis para permitir o contacto e relação saudáveis entre domínios de ordens diferentes.

Apesar de se tratar de um caso particular em que o programa incentiva o diálogo com a cidade, a Storefront for Art and Architecture em Nova Iorque projectada por Steven Holl (figuras 52, 53 e 54), constitui um caso notável da *provocação urbana* numa formalização muito esclarecedora do potencial dos limites para a vida da cidade.

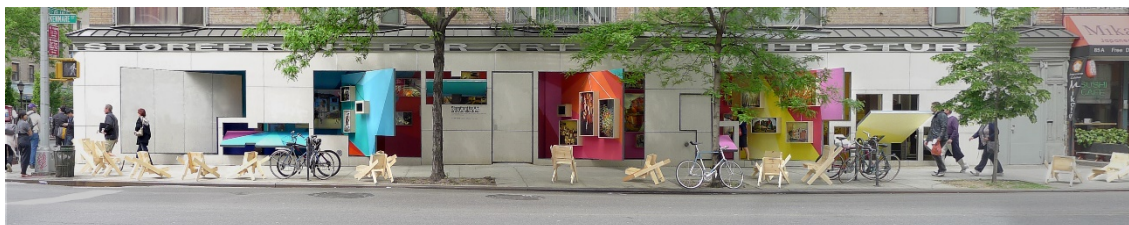


Figura 52 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em http://piramideselva.org/media/tumblr_n1xck7RVXs1roewbeo9_1280.jpg

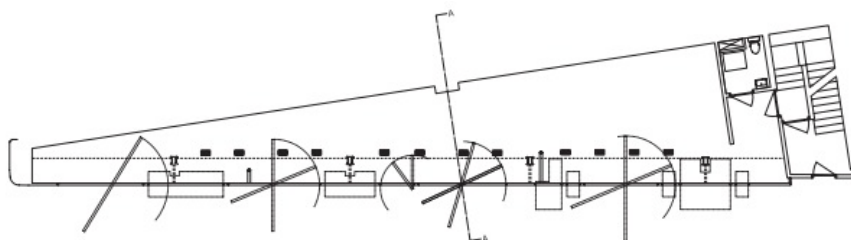


Figura 53 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em <http://urbanacupunctureblog.files.wordpress.com/2013/02/sf6.jpg>

⁸² SENNETT, R., op. cit., p. 196-197.



Figura 54 – Storefront for Art and Architecture, Nova Iorque. Steven Holl – Imagem obtida em <http://acdn.architizer.com/thumbnails-PRODUCTION/96/7d/967dc0a96061f1c63ac3096678708483.jpg>

Além da procura da *capacidade adequada*, deve ser perseguido o equilíbrio desta *tensão social* entre as condições de *proximidade* e *afastamento*. Pretende-se uma organização espacial que torne qualquer um, em qualquer situação, capaz de escolher a sua posição em relação aos outros, o que torna a abertura de certos lugares tão fundamental como a sua separação no espaço da cidade.⁸³ É o reconhecimento e a consciência provocados pelo atravessamento de um limite que lhe conferem o seu valor perceptivo e simbólico. Pedro Pacheco conta o papel fundamental que a relação de abertura do seu atelier à rua (figuras 55 e 56) tem no trabalho do dia-a-dia e no desenvolvimento de uma relação profunda com o bairro. A própria presença de um piano no espaço de trabalho do atelier, que é usado por um músico que também trata o atelier como um estúdio de ensaio e, por vezes, espectáculos, confere-lhe um ambiente de extrema proximidade nas relações sociais que cria a tantas, diferentes escalas.

A caracterização dos limites do projecto (figura 57) visa precisamente criar esta possibilidade de transgressão e articular uma sucessão de experiências como uma narrativa que enriquece a vida da cidade e evolui à medida que os limites são atravessados. Neste sentido, incentiva-se a definição de limites permeáveis que construam momentos direccionados ao confronto com a diferença e à aceitação da impermanência e imprevisibilidade da vida social da cidade – representativos da dimensão construtiva do espaço público por oposição à sua expressão permanente e precisa.⁸⁴

⁸³ HERTZBERGER, H., op. cit., p. 202.

⁸⁴ SENNETT, R., op. cit., p. 200-202.

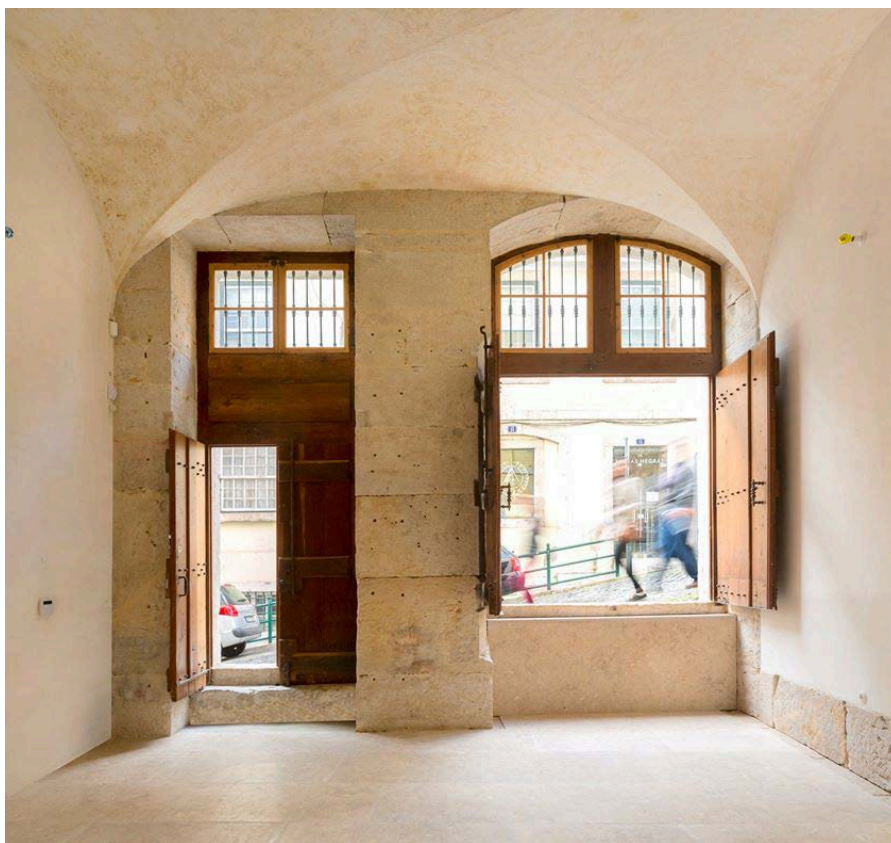


Figura 55 – Atelier Pedro Pacheco, Lisboa – Imagem obtida em <[https://scontent-a-mad.xx.fbcdn.net/hphotos-prn1/v/t1.0-](https://scontent-a-mad.xx.fbcdn.net/hphotos-prn1/v/t1.0-9/q81/s720x720/10403151_447757125359380_9115080287730628530_n.jpg?oh=ec21d356283e728fe6197fc39bc25348&oe=54C8791D)

[9/q81/s720x720/10403151_447757125359380_9115080287730628530_n.jpg?oh=ec21d356283e728fe6197fc39bc25348&oe=54C8791D](https://scontent-a-mad.xx.fbcdn.net/hphotos-prn1/v/t1.0-9/q81/s720x720/10403151_447757125359380_9115080287730628530_n.jpg?oh=ec21d356283e728fe6197fc39bc25348&oe=54C8791D)>



Figura 56 – Concerto no Atelier Pedro Pacheco, Lisboa – Imagem obtida em <[https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/v/t1.0-](https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/v/t1.0-9/s720x720/10482143_473334082801684_7941063392343299414_n.jpg?oh=fa2f7fdd03599b53ed35f960879b9fa5&oe=54CFBC97&__gda__=1421884017_b881c0e0a9d5455ab1397a9632e0924f)

[9/s720x720/10482143_473334082801684_7941063392343299414_n.jpg?oh=fa2f7fdd03599b53ed35f960879b9fa5&oe=54CFBC97&__gda__=1421884017_b881c0e0a9d5455ab1397a9632e0924f](https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-xpa1/v/t1.0-9/s720x720/10482143_473334082801684_7941063392343299414_n.jpg?oh=fa2f7fdd03599b53ed35f960879b9fa5&oe=54CFBC97&__gda__=1421884017_b881c0e0a9d5455ab1397a9632e0924f)>

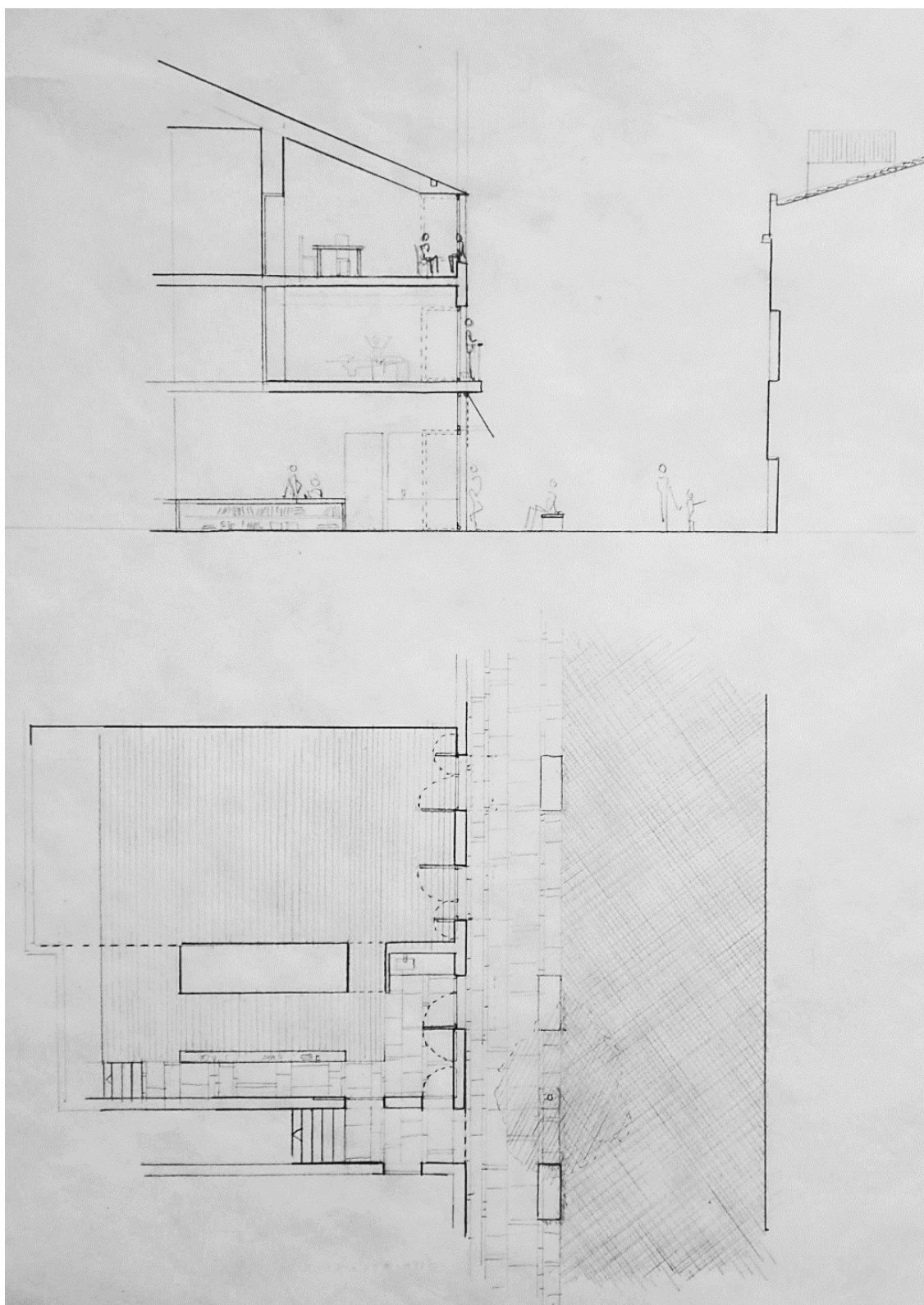


Figura 57 – Tensão Social nos Limites. Planta e Corte pelos Ateliers – desenho do autor.

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurou-se com esta investigação compreender o sentido de urbanidade e as implicações arquitectónicas dos limites que o traduzem na vida da cidade. Estabeleceu-se a evidência de que a cidade é um território colectivo conformado para a possibilidade de vida em comunidade na sua qualidade interactiva e estimulante. Foi sublinhado o valor dos contactos sociais inerentes à vida urbana e da concentração de diferenças no entendimento da realidade complexa a que se pertence. A complementaridade dos domínios público e privado, individual e colectivo, é explorada de forma a incentivar a exposição à provocação urbana em todas as qualidades que uma cidade pressupõe.

Abordou-se a cidade à escala urbana, referindo a importância da procura da proporção certa que confira a densidade necessária ao carácter urbano que a cidade deve gerar para que a sua energia contamine o ambiente urbano. Foram propostas várias estratégias de consolidação desta energia através da concentração de diversidade de pessoas e actividades, contrariando as tendências contemporâneas que se provaram fatais à natureza urbana da cidade ao promover a segregação funcional e a liberdade individual à custa da cumplicidade colectiva. Através desta análise da cidade foi realçada a importância da escala humana na caracterização do ambiente urbano para que se torne possível a associação de elementos reconhecidos pelo homem, tornando a estrutura urbana uma organização de lugares diferentes nas associações que os caracterizam.

O projecto explorou estes temas no seu contexto específico de confronto com uma área de reformulação urgente, pela localização privilegiada e proximidade à cidade consolidada. Neste contexto, as soluções de projecto procuram explorar os limites enquanto dimensão arquitectónica, entendida a diferentes escalas, assinalados como espaços de transição na vida da cidade. Comprovou-se, através de exemplos e da sua aplicação no projecto, que esta transição é o momento que confere o carácter de cada lugar na continuidade do ambiente urbano. O espaço colectivo, na sua condição de confronto dos universos privado e público, deve contemplar a oportunidade para a interpretação e iniciativa do homem através da caracterização ambígua do espaço para as suas actividades, quer seja a continuidade de actividades sociais em espaços de domínio privado, como a apropriação do espaço público para actividades privadas. Este diálogo, a que se chamou *porosidade*, representa as dinâmicas sociais que traduzem a qualidade dos espaços da cidade e provoca uma tensão social nos limites que contribui para o sucesso da cidade enquanto ambiente urbano.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, F.** (2013). *Espaços Liminares - a relação público-privado na construção do espaço arquitectónico*. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- ALEXANDER, C.**, (1965). *A City is not a Tree*. Architectural Forum, April 1965.
- ALEXANDER, C., ISHIKAWA, S., SILVERSTEIN, M.** (1977). *A Pattern Language: Towns, Buildings, Construction*. New York: Oxford US Press.
- ARENGA, N.** (2012). *Vítor Figueiredo: Fragmentos de um discurso*. Lisboa: Circo de Ideias.
- BACHELARD, G.** (1957, "2008"). *A Poética do Espaço*. São Paulo: Martins Fontes.
- BAIRD, G., JENCKS, C.** (1969). *Meaning in Architecture*. London: Barrie and Jenkins.
- BRITO, R.** (2011). *A transição entre privado e público no percurso do habitar*. Tese de Mestrado. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.
- COLOMINA, B.** (1994). *Privacy and Publicity: Modern architecture as mass media*. Massachusetts: MIT Press.
- CULLEN, G.** (1983). *Paisagem Urbana*. Lisboa: Edições 70.
- DEBORD, G.** (1958). Texto publicado no nº. 2 da revista Internacional Situacionista em Dezembro de 1958.
- FRAMPTON, K.** (2013). *Towards an Agonistic Architecture*. In *Domus*, consultado a 14 de Novembro de 2013 <http://www.domusweb.it/en/op-ed/2013/10/03/_towards_an_agonistic_architecture.html>
- GEHL, J.** (1987). *Life Between Buildings, Using Public Space*. Washington: Island Press.
- GRAÇA DIAS, M.** (2006). *Manual das Cidades*. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- HERTZBERGER, H.** (1991, "2006"). *Lições de arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes.

HOLL, S., PALLASMAA, J., PÉREZ-GOMÉZ, A. (2006). *Questions of Perception, Phenomenology in Architecture*. San Francisco: William Stout Publishers.

JACOBS, J. (2000). *Morte e Vida de Grandes Cidades*. São Paulo: Martins Fontes.

KAHN, L. (1973) *Louis I. Kahn - Silence and Light*. A+U January 1973. In *JA+U*, consultado a 4 de Setembro de 2014. <<https://www.japlusu.com/news/room-street-and-human-agreement>>

LAMAS, J. R. G. (2004, “2011”). *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

LEACH, N. (1997, “2005”) *Rethinking Architecture*. London: Taylor & Francis e-Library.

LEFEBVRE, H. (1974). *The Production of Space* (Extracts). In Leach, N. (1997, “2005”) *Rethinking Architecture*. London: Taylor & Francis e-Library.

LEFEBVRE, H. (1968, “2012”). *O Direito à Cidade*. Lisboa: Livraria Letra Livre.

LYNCH, K. (1960, “2008”). *A imagem da cidade*. Lisboa: Edições 70.

MARTINS, J. P. (2006). *O espaço e as práticas - Arquitectura e as ciências sociais: habitus, estruturação e ritual*. Tese de doutoramento. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa.

MONTEYS, X. (et alt.). (2012). *Rehabitar en nueve episodios*. Barcelona: Habitar Grupo de Investigación.

NORBERG-SCHULZ, C. (1980). *Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture*, New York, Rizzoli.

PALLASMAA, J. (1992). *Identity, Intimacy and Domicile*. The Concept of Home: An Interdisciplinary View – symposium at the University of Trondheim, 21-23 August 1992. Consultado a 22 de Março de 2014. <http://www.uiah.fi/studies/history2/e_ident.htm>

RAPOPORT, A. (1978). *Aspectos Humanos de la Forma Urbana: Hacia una Confrontación de las Ciencias Sociales con el Diseño de la Forma Urbana*. Barcelona: GG.

ROSSI, A. (1966, “2001”). *A Arquitectura da Cidade*. Lisboa: Edições Cosmo.

ROWE, C., KOETTER, F. (1978) *Collage City*. Cambridge: MIT Press.

SENNETT, R. (1970, "2009") *The Uses of Disorder: Personal Identity & City Life*. New York: Yale University Press.

SENNETT, R. (1990, "1992"). *The Conscience of the Eye: the design and social life of cities*. London: W. W. Norton & Company Ltd.

SHARR, A. (2007). *Heidegger for Architects*. London: Routledge.

SIMMEL, G. (?). *Bridge and Door*. In Leach, N. (1997, "2005") *Rethinking Architecture*. London: Taylor & Francis e-Library.

SOLÀ-MORALES, M., (1992). *Public and Collective Space: The Urbanisation of the Private Domain as a New Challenge*, In *La Vanguardia*, Barcelona, 12 de Maio de 1992.

SMITHSON, A. M., SMITHSON, P. (2001) *The Charged Void: Architecture*. New York: Monacelli Press.

SMITHSON, A. M., SMITHSON, P. (2005) *The Charged Void: Urbanism*. New York: Monacelli Press.

TAÍNHA, M. (2000) *Manuel Taínha: Textos de Arquitectura*. Lisboa: Caleidoscópio.

TÁVORA, F. (1962, "2008"). *Da organização do espaço*. Porto: FAUP Publicações.

VENTURI, R. (1966, "2004"). *Complexidade e Contradição em Arquitectura*. São Paulo: Martins Fontes.

ANEXOS

SUPLEMENTOS GRÁFICOS









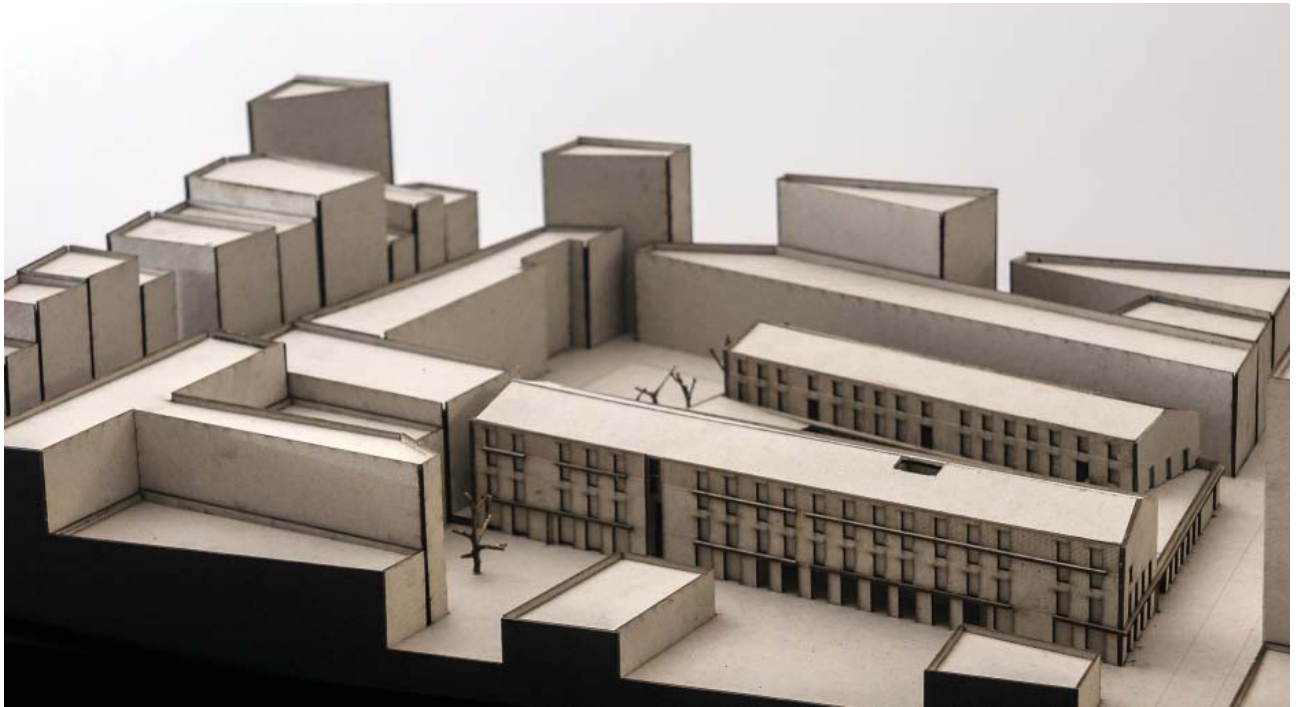












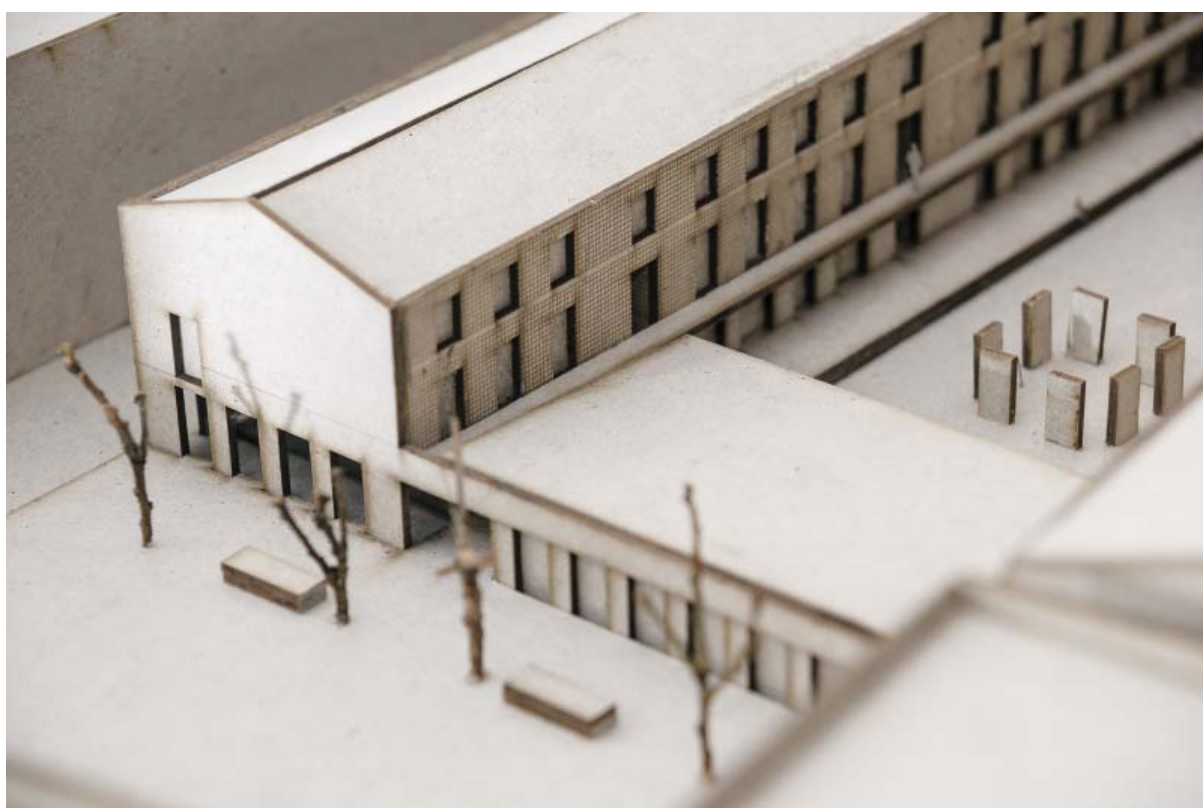


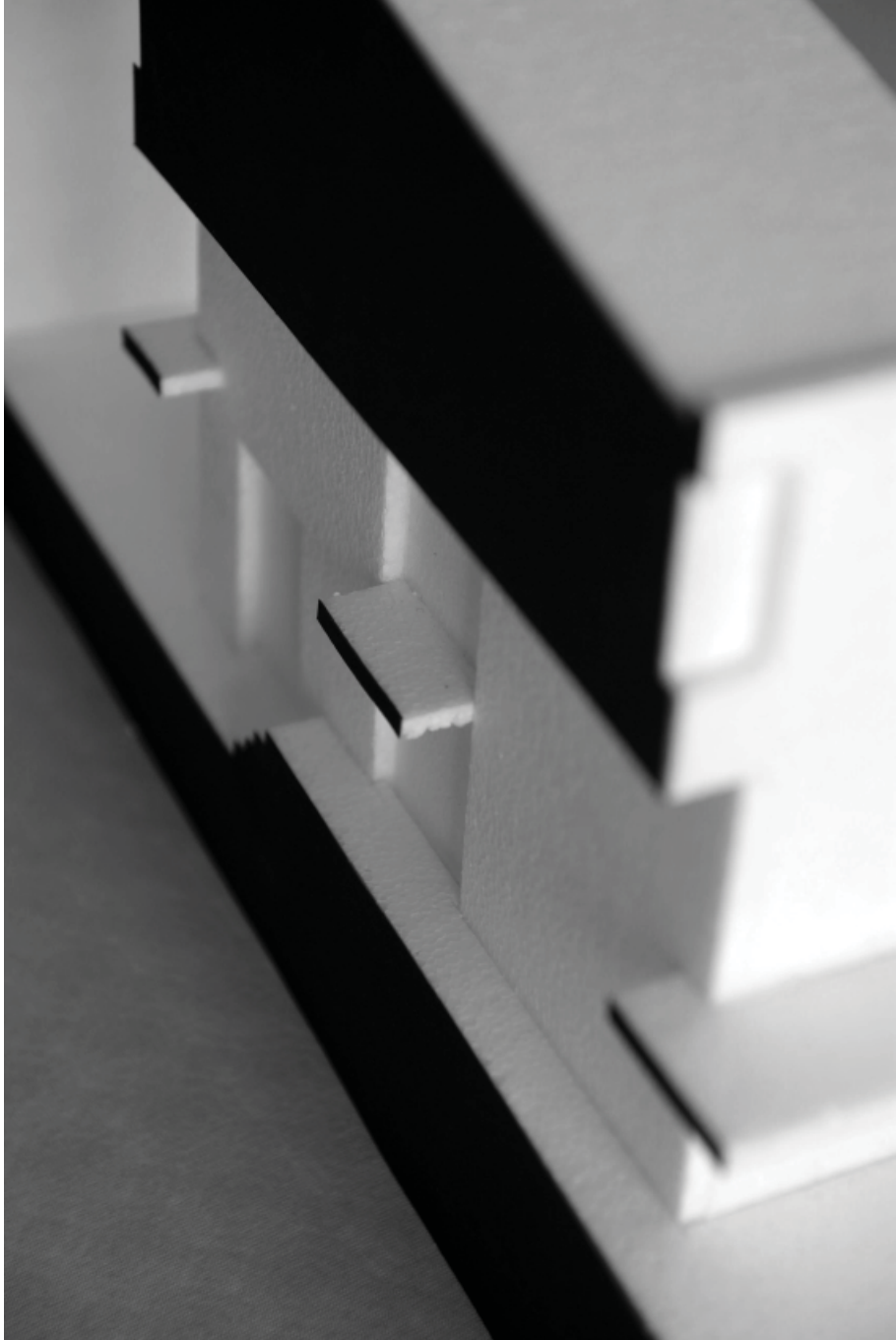


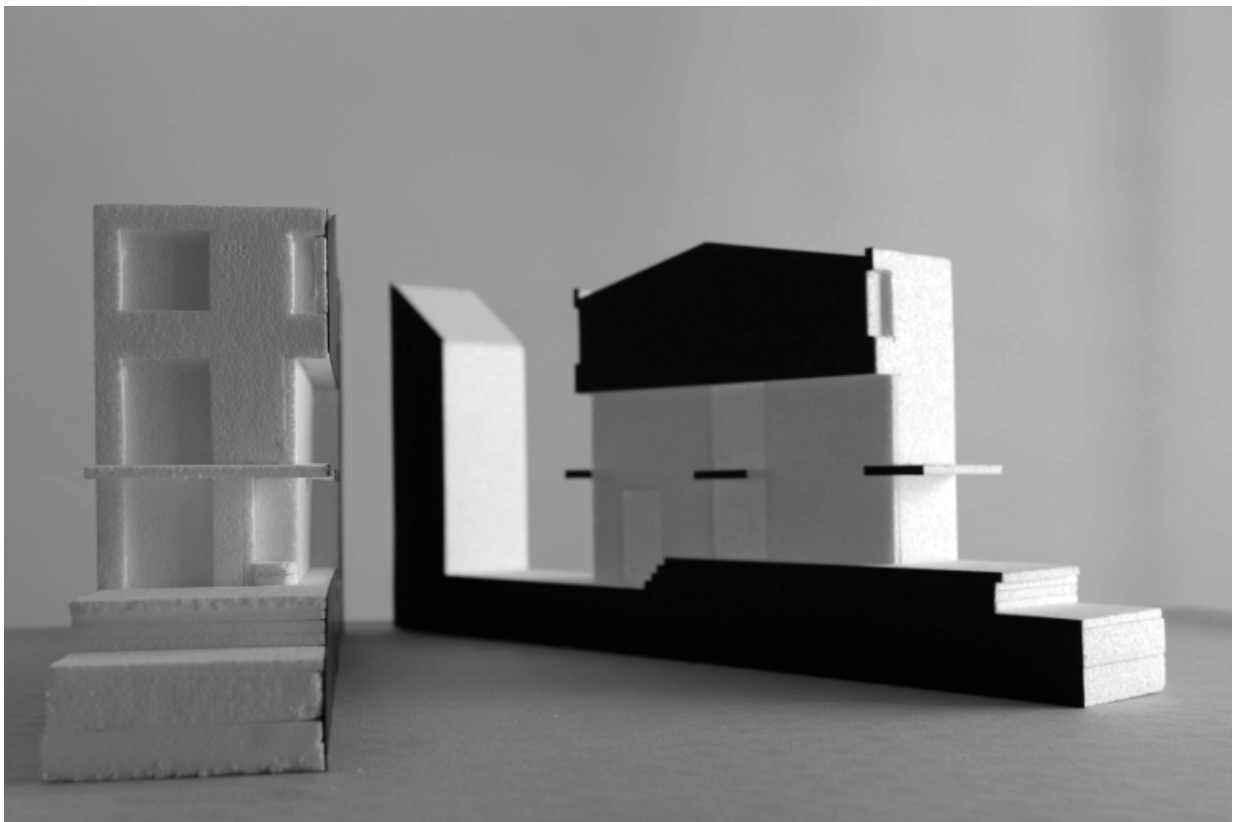


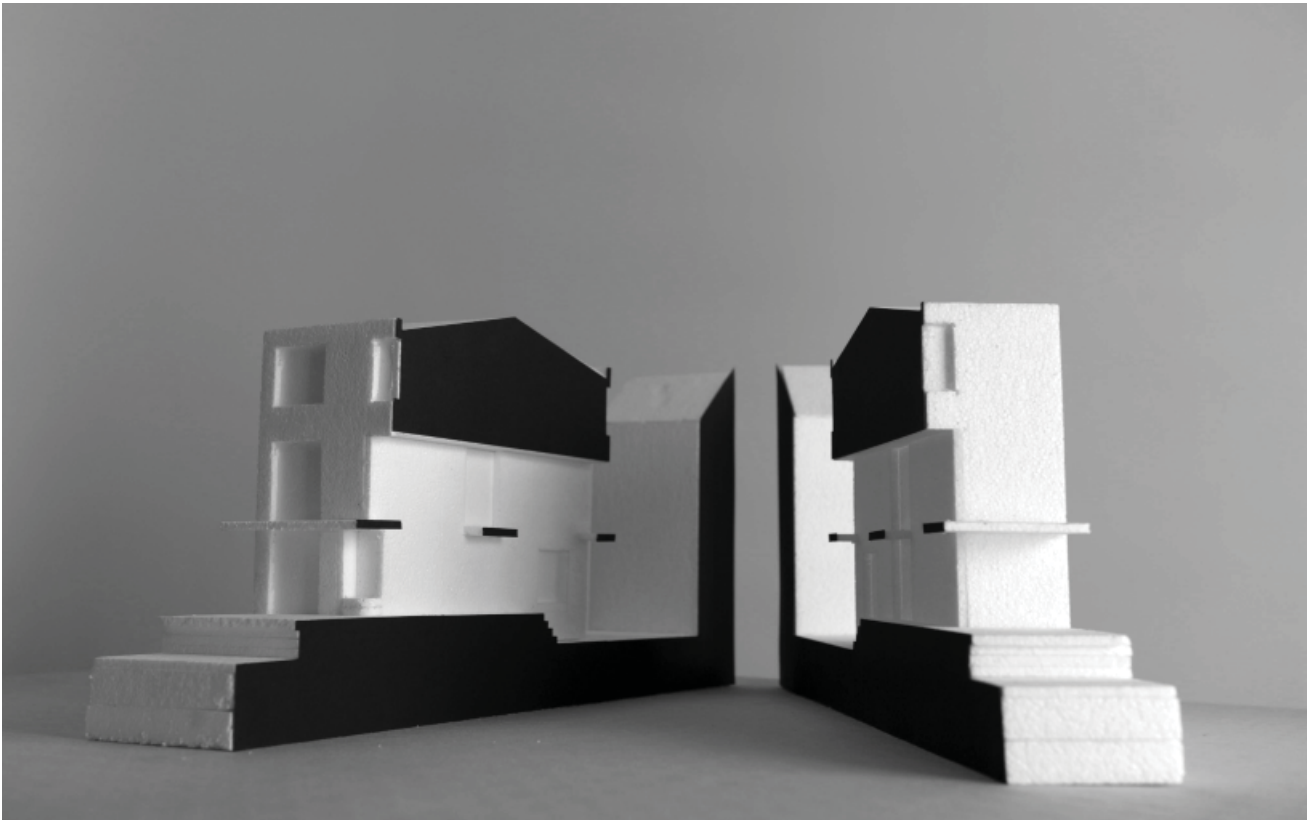


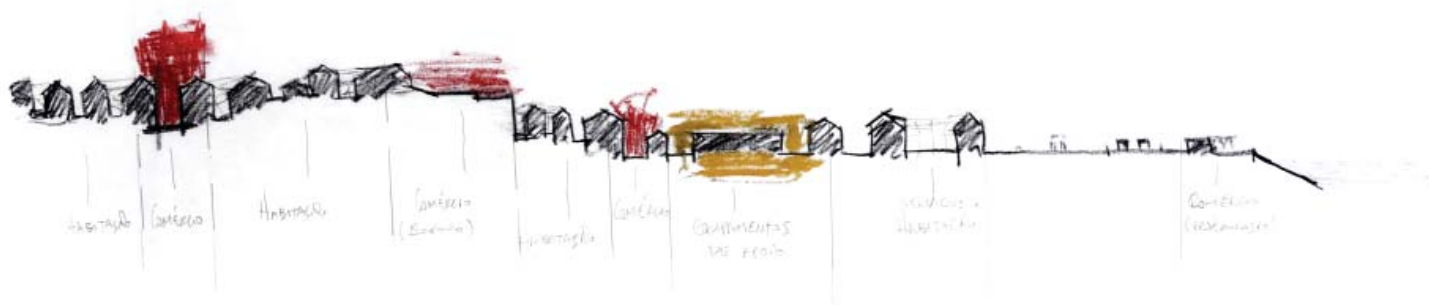


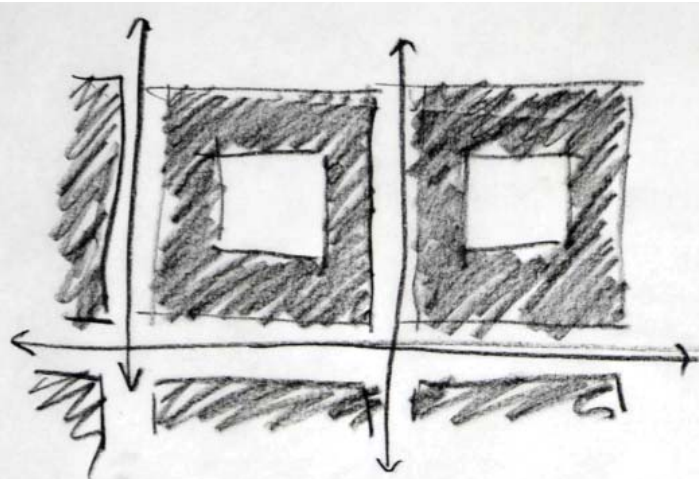




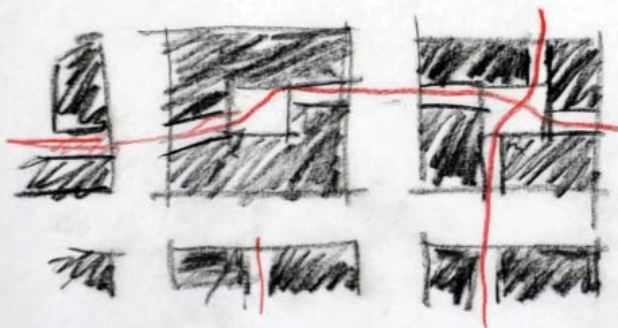






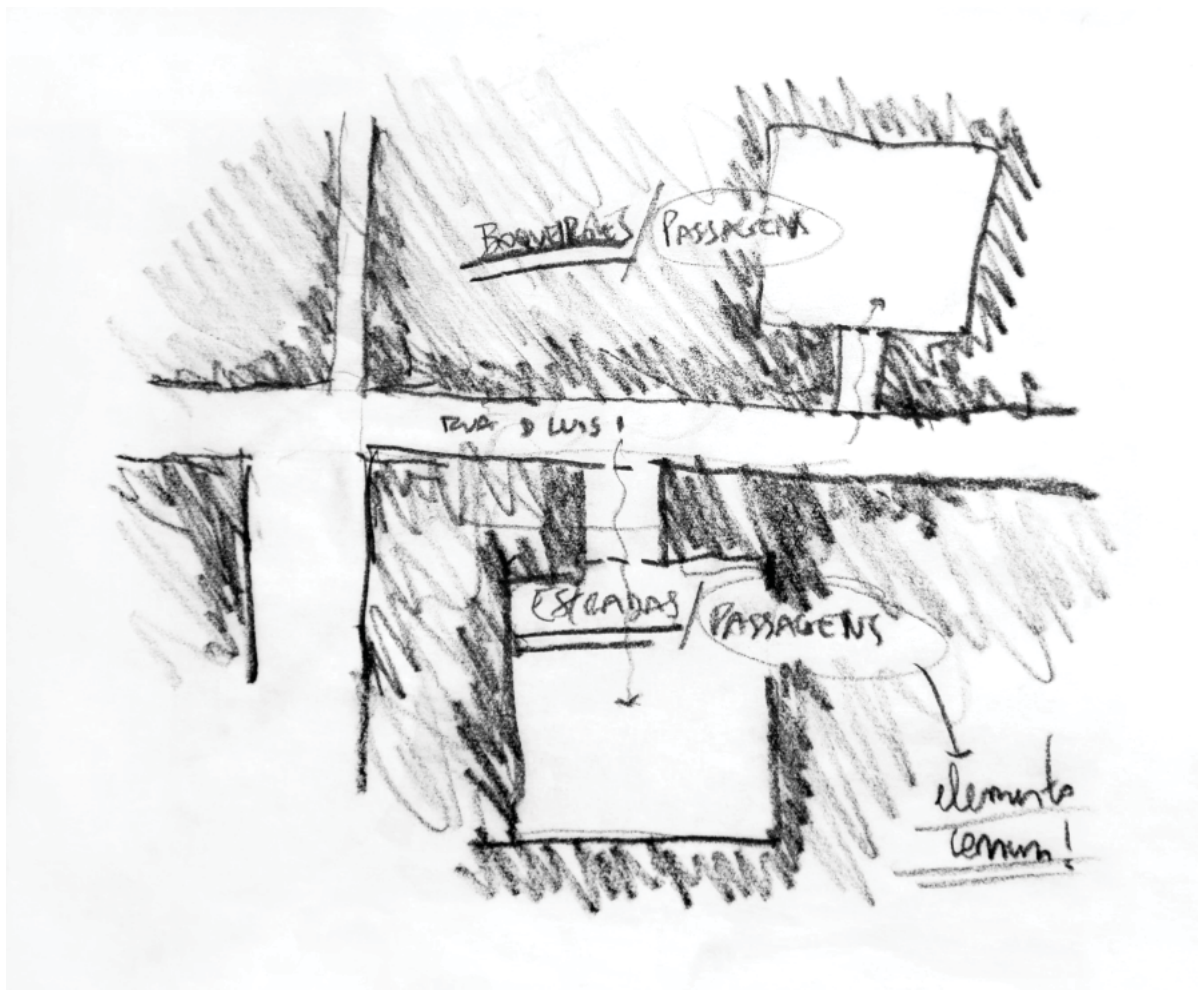


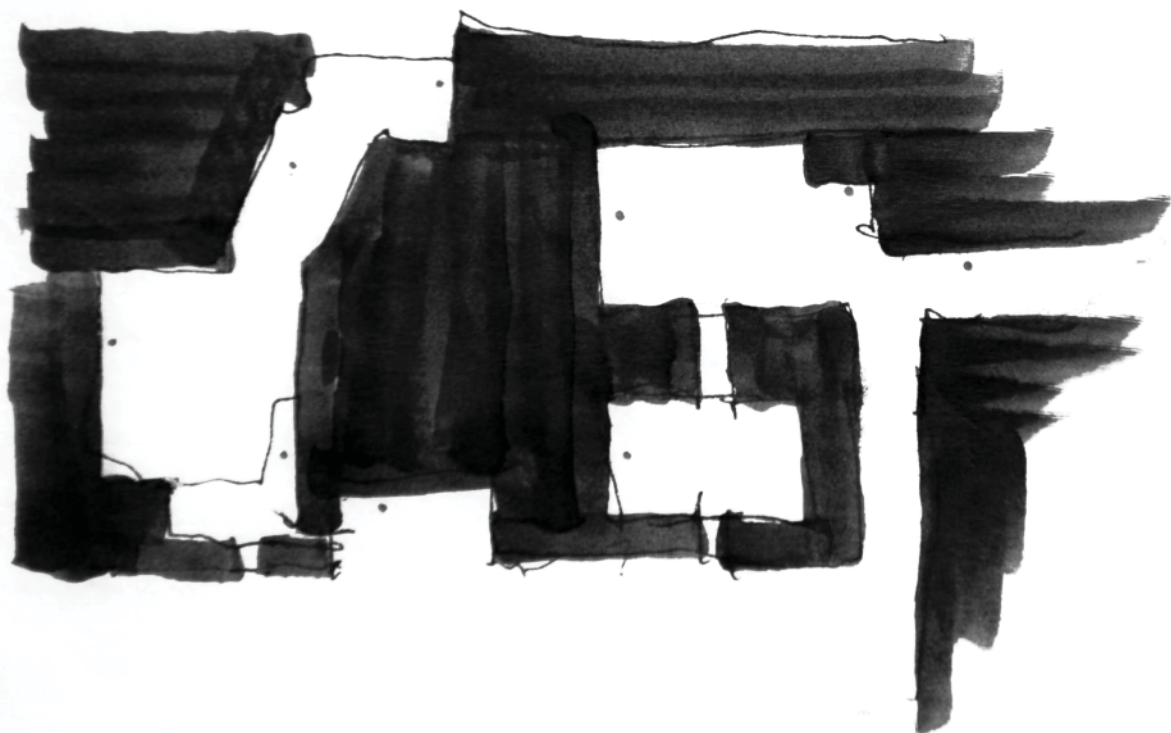
estrutura Espaço
Público Legível e
Clara
("cidade moderna")



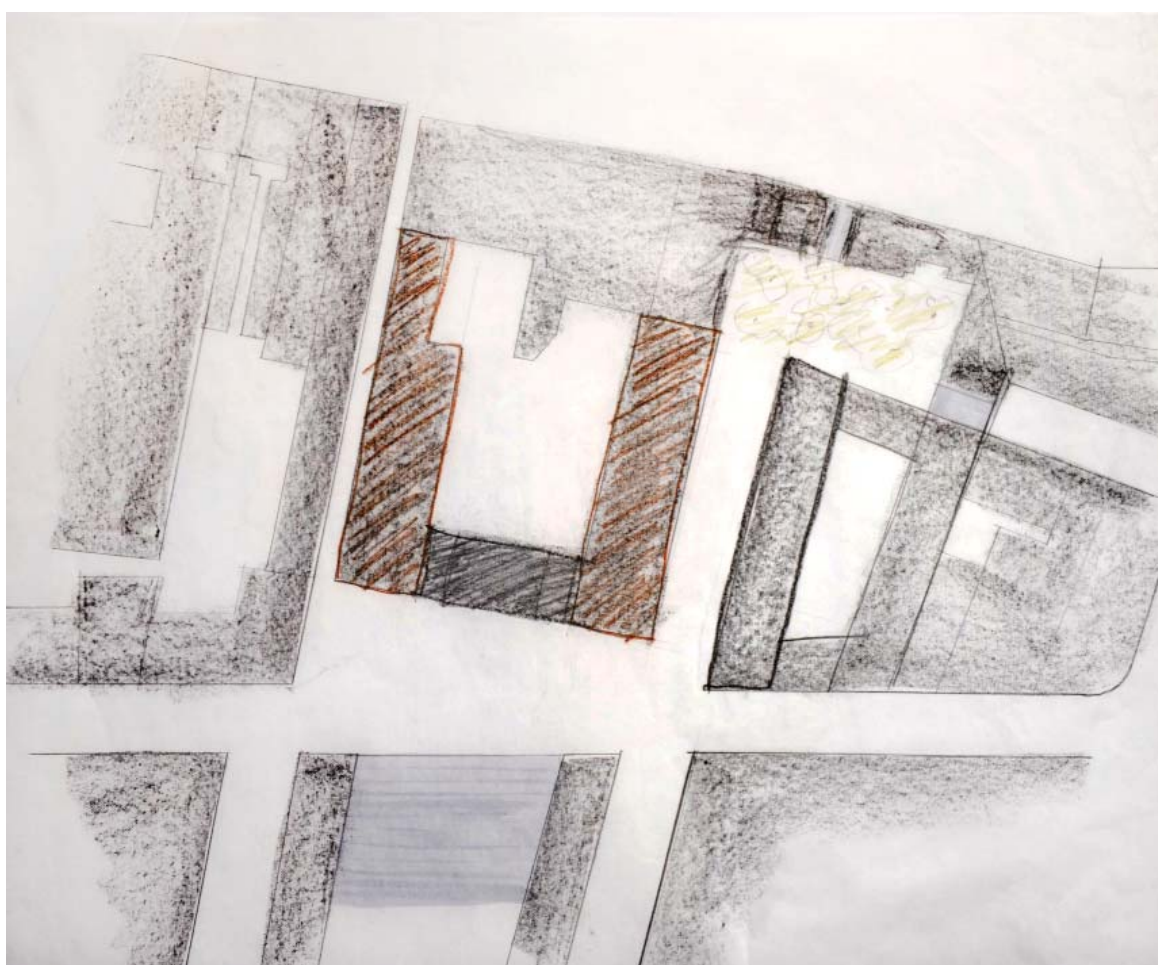
Atravessamentos
sinuosos, por descoberta, que
se intersectam.
Escala Humana Esp. Público
("cidade medieval")

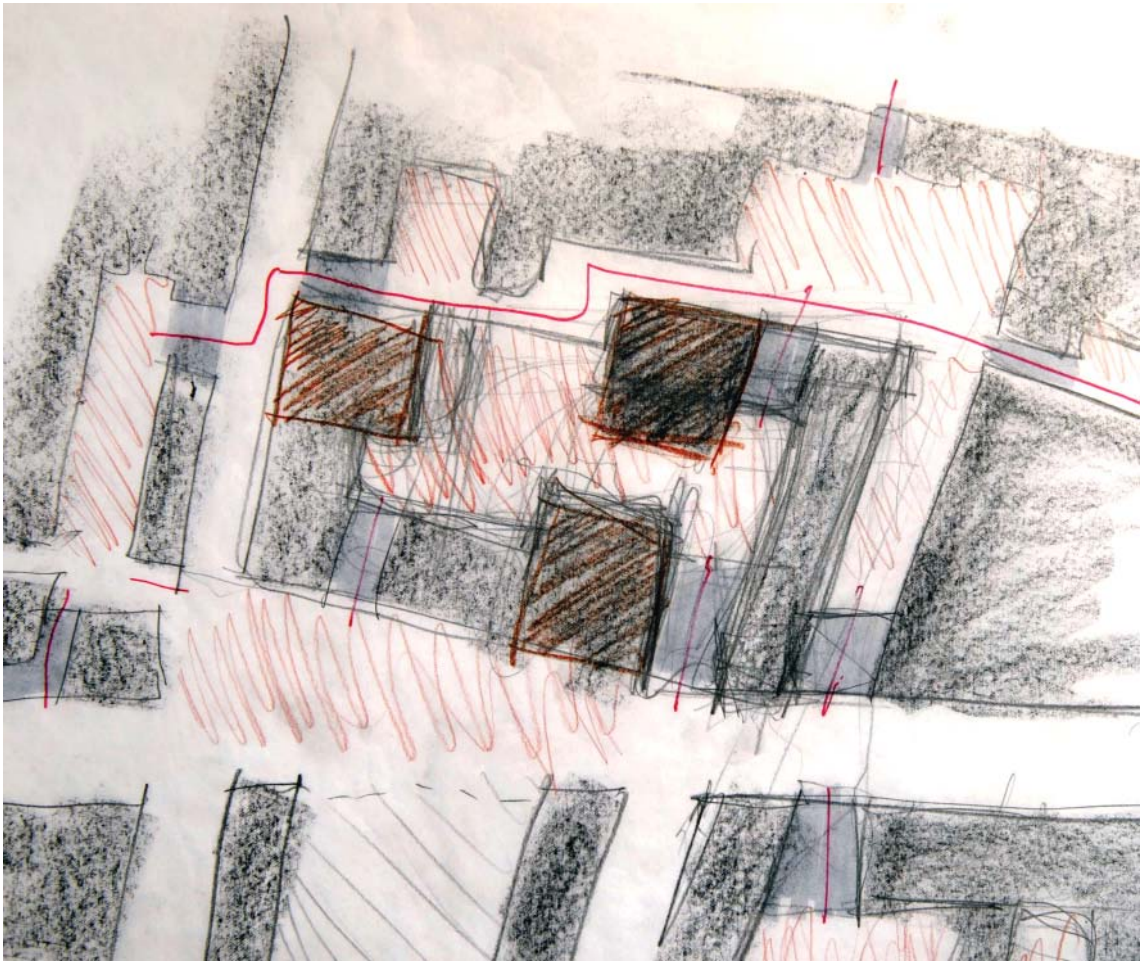
"estrutura secundária
do espaço público"



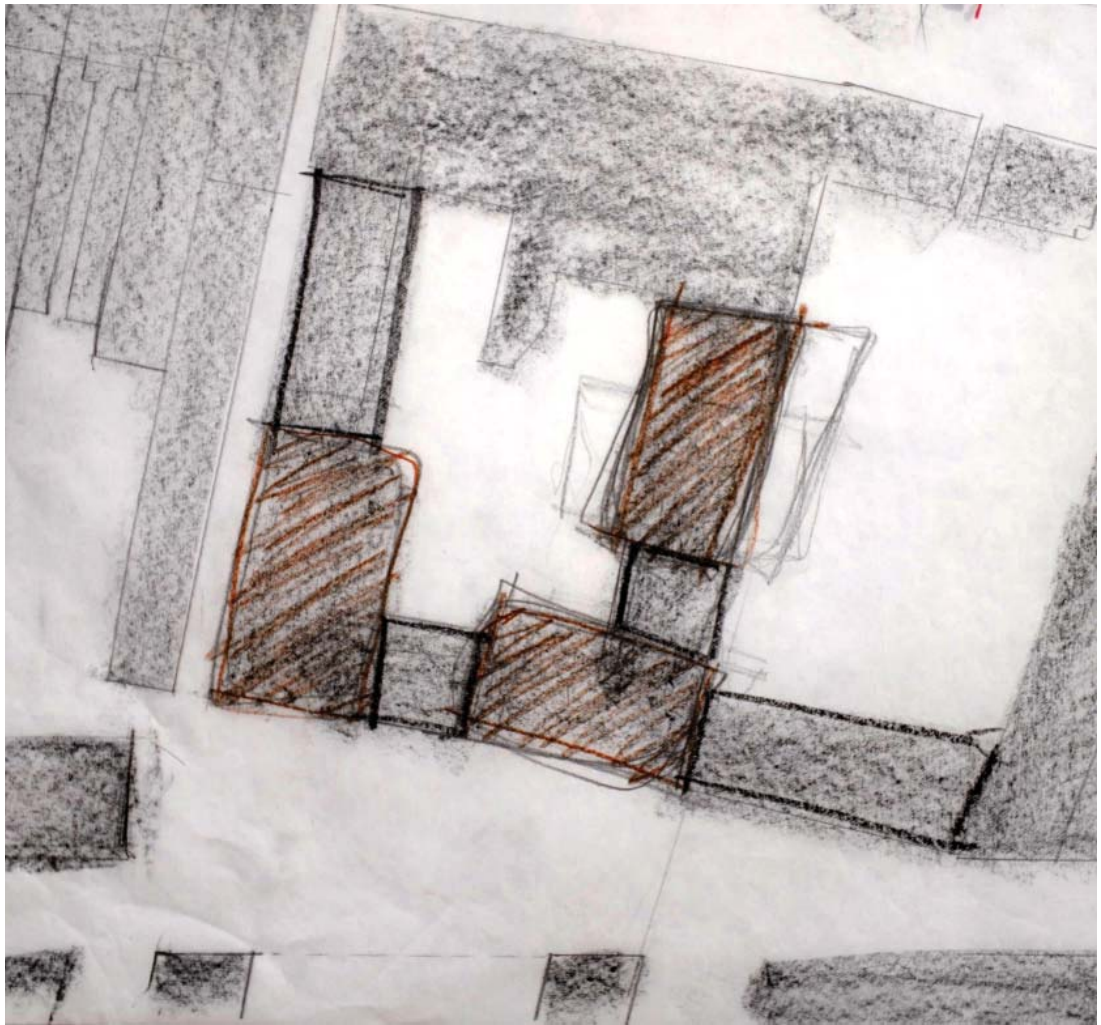


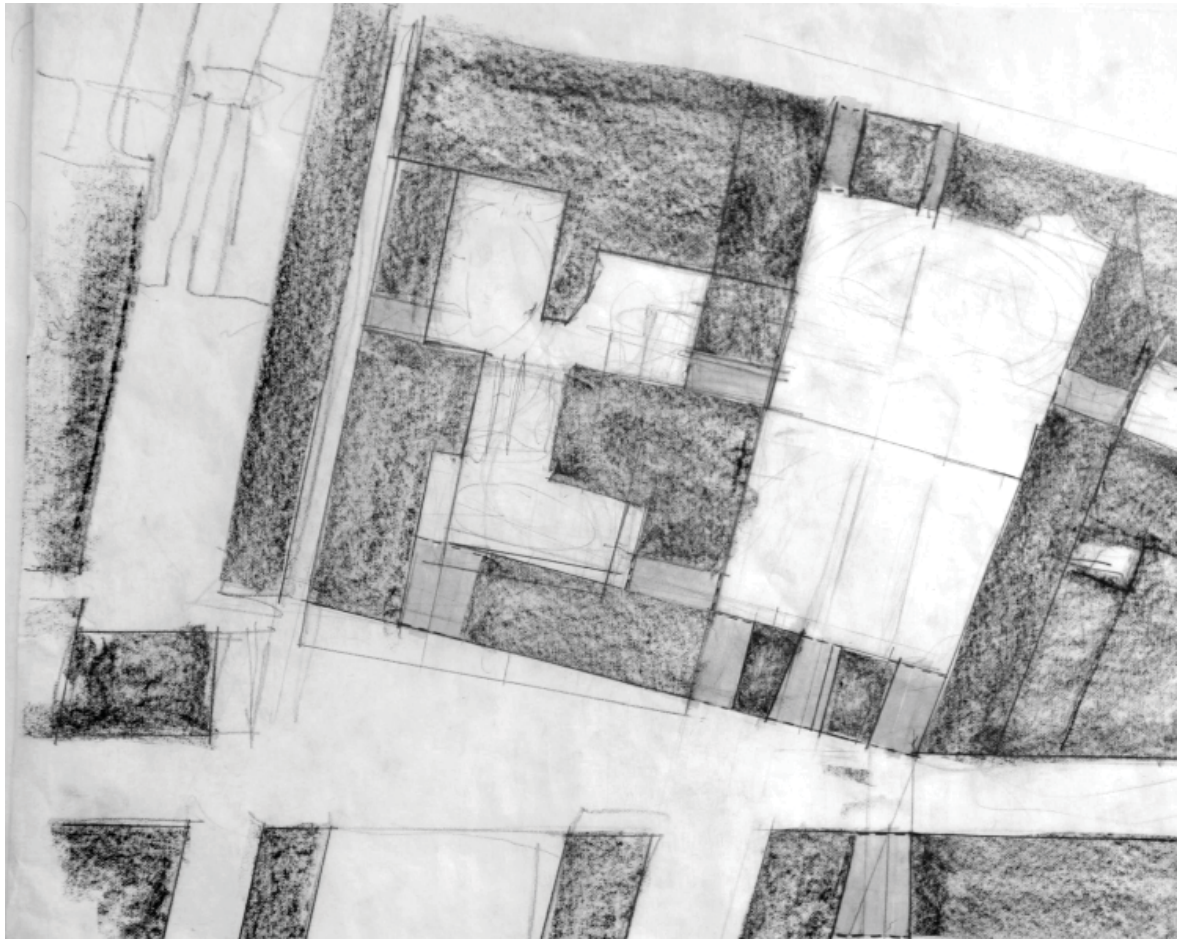


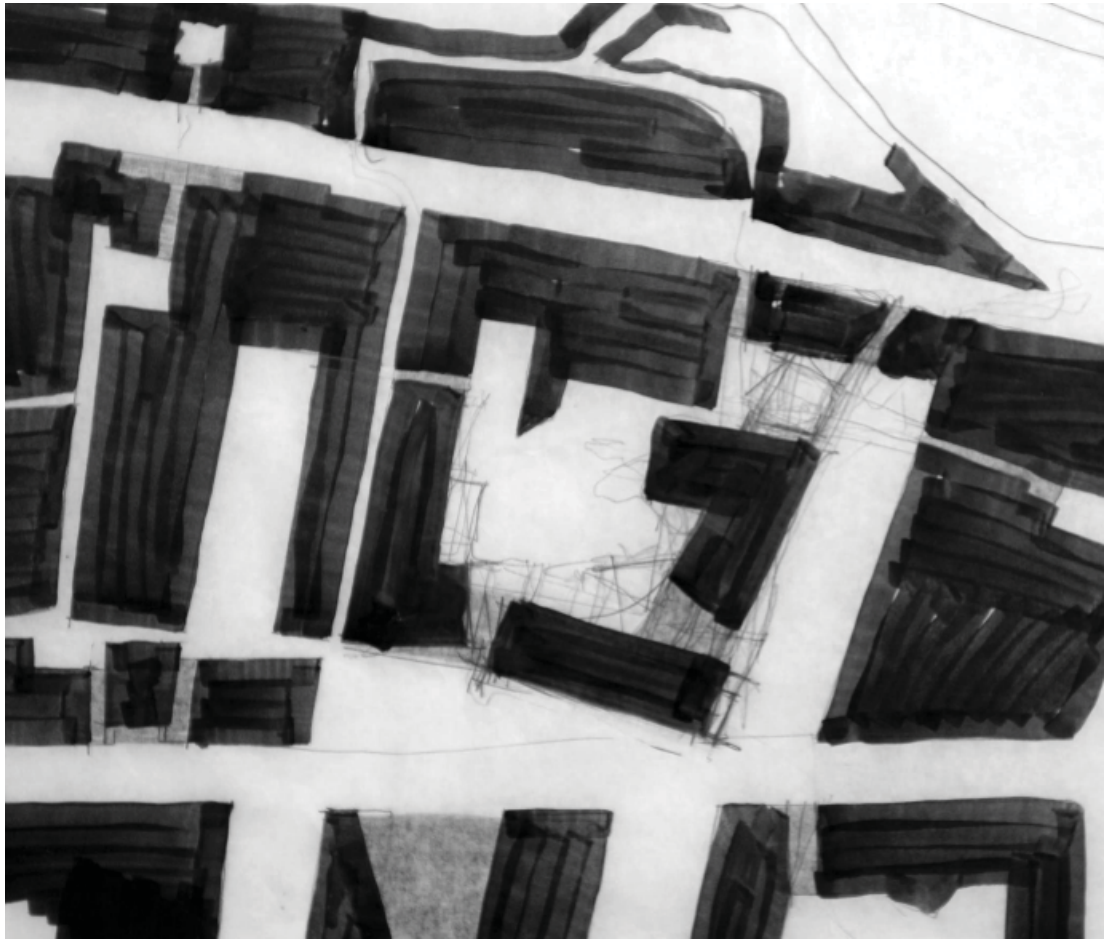




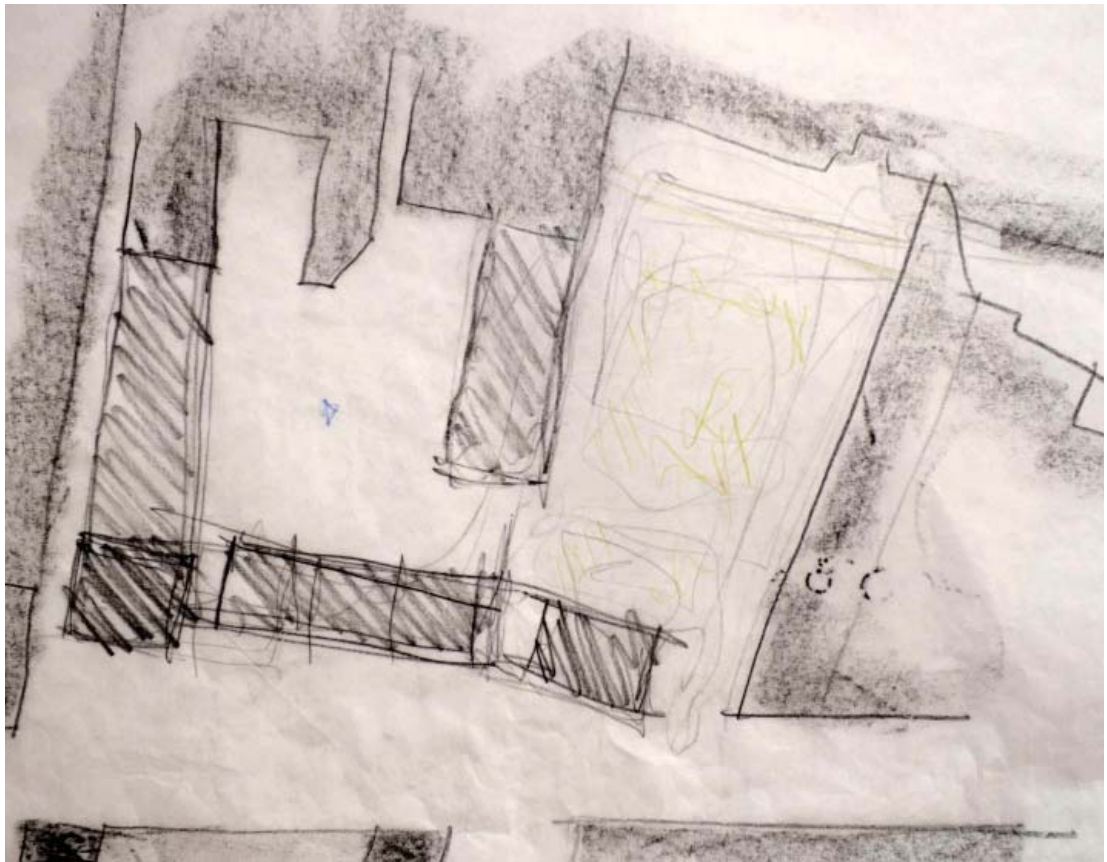


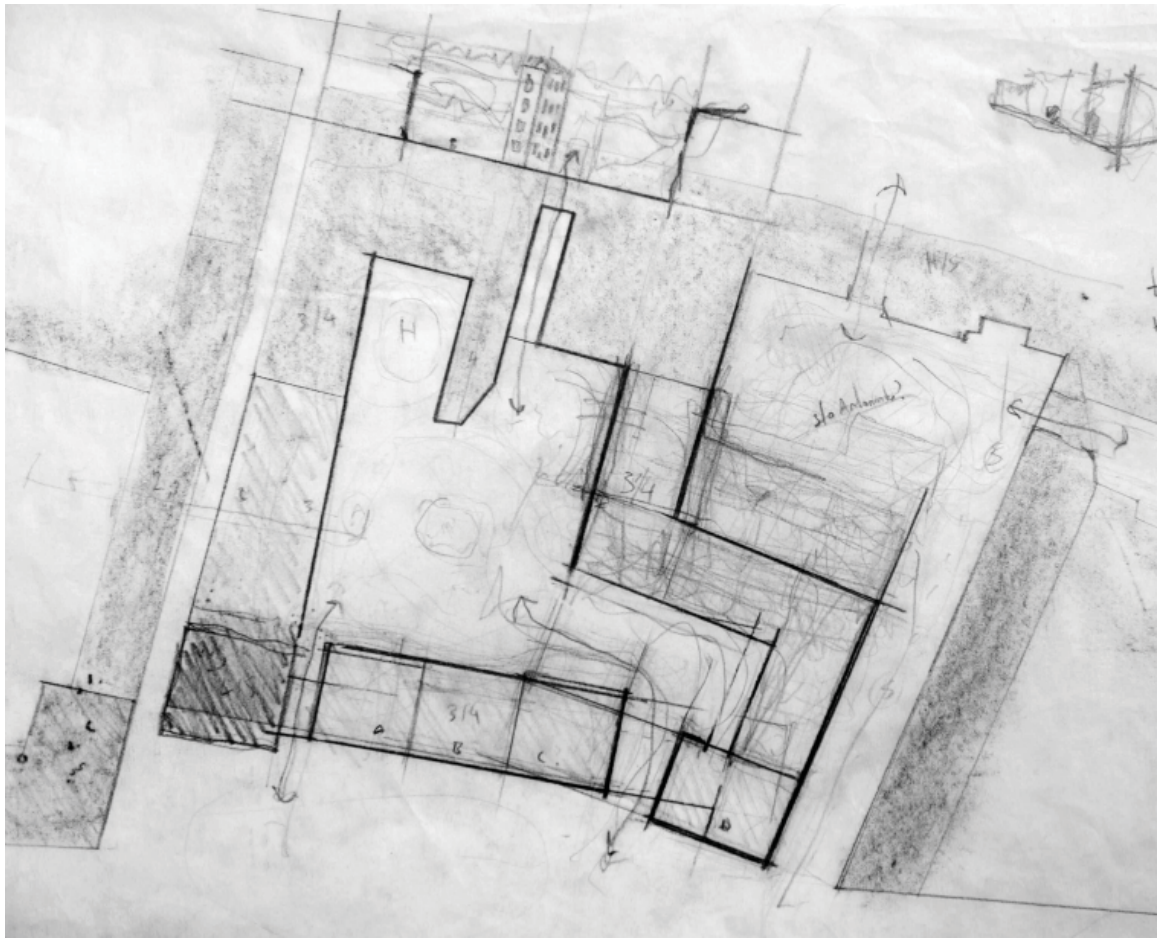


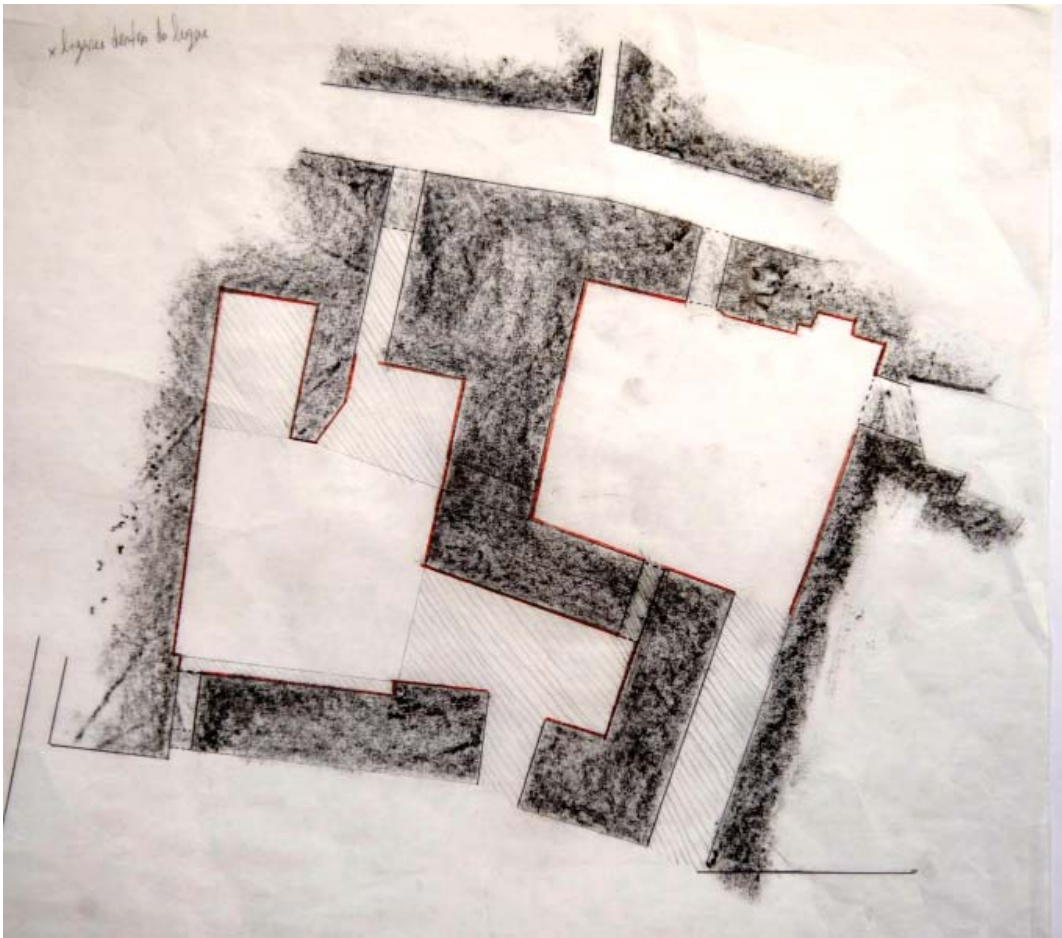




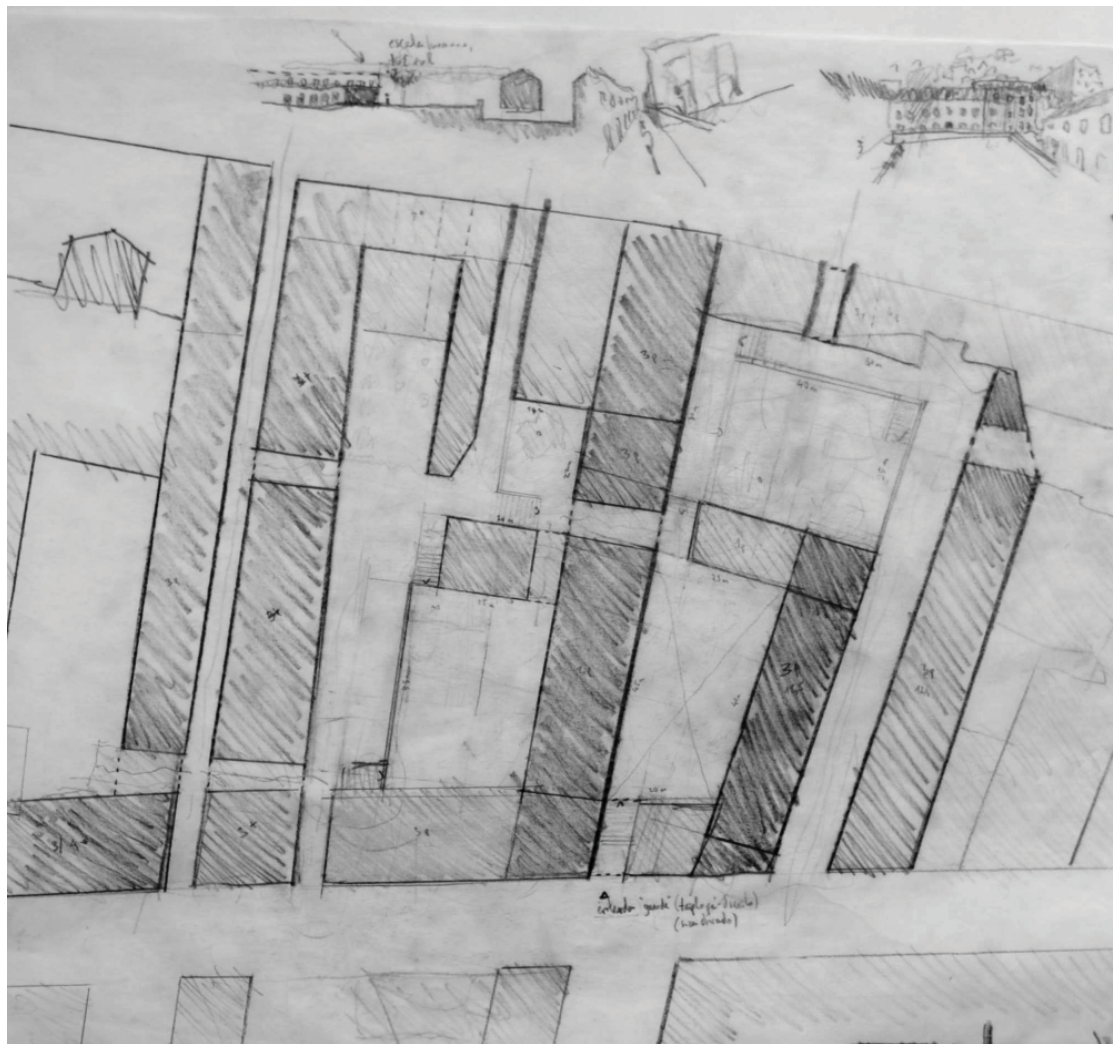




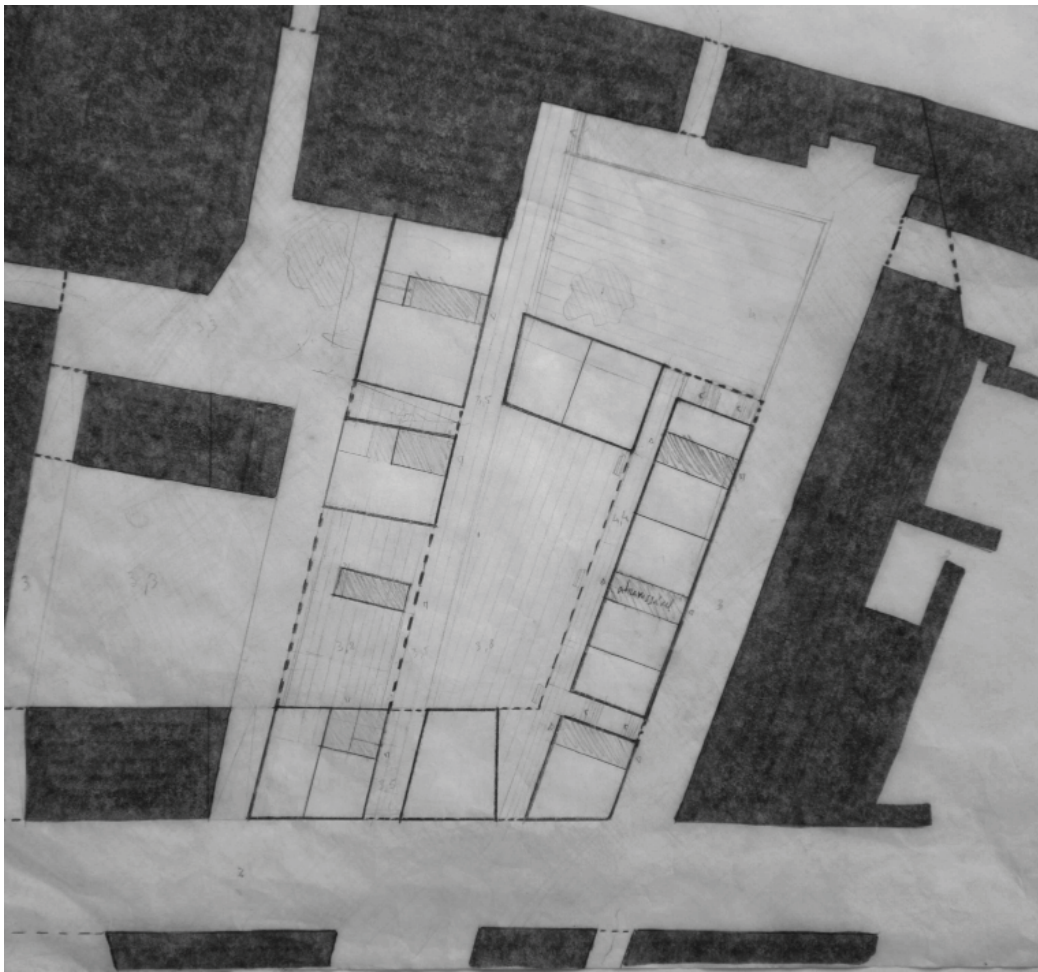


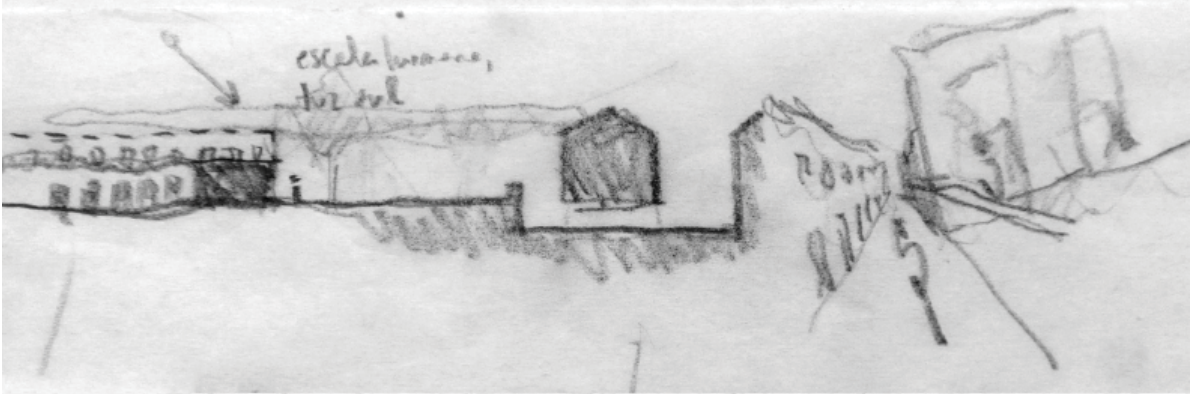
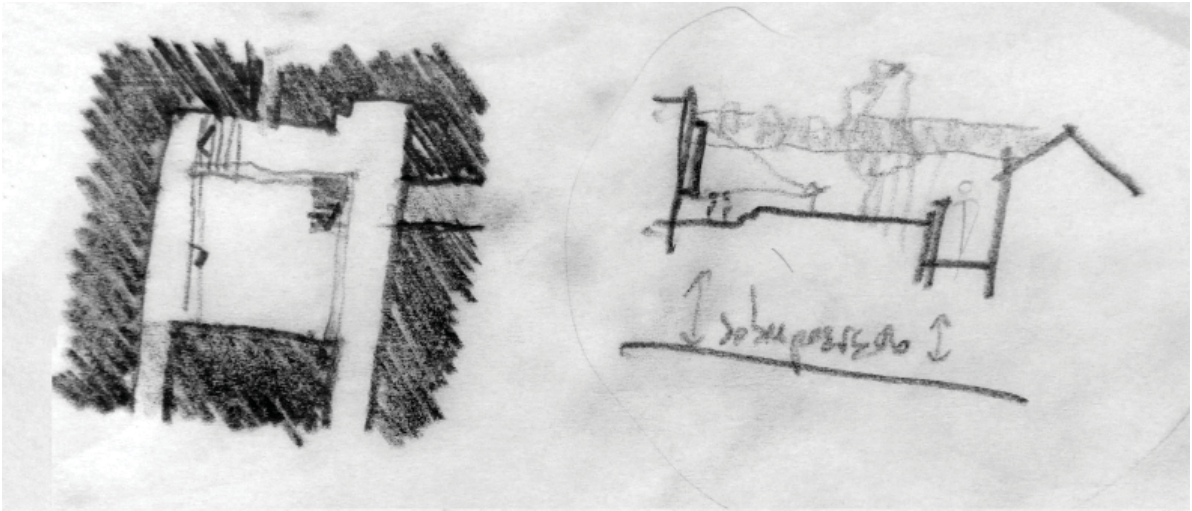


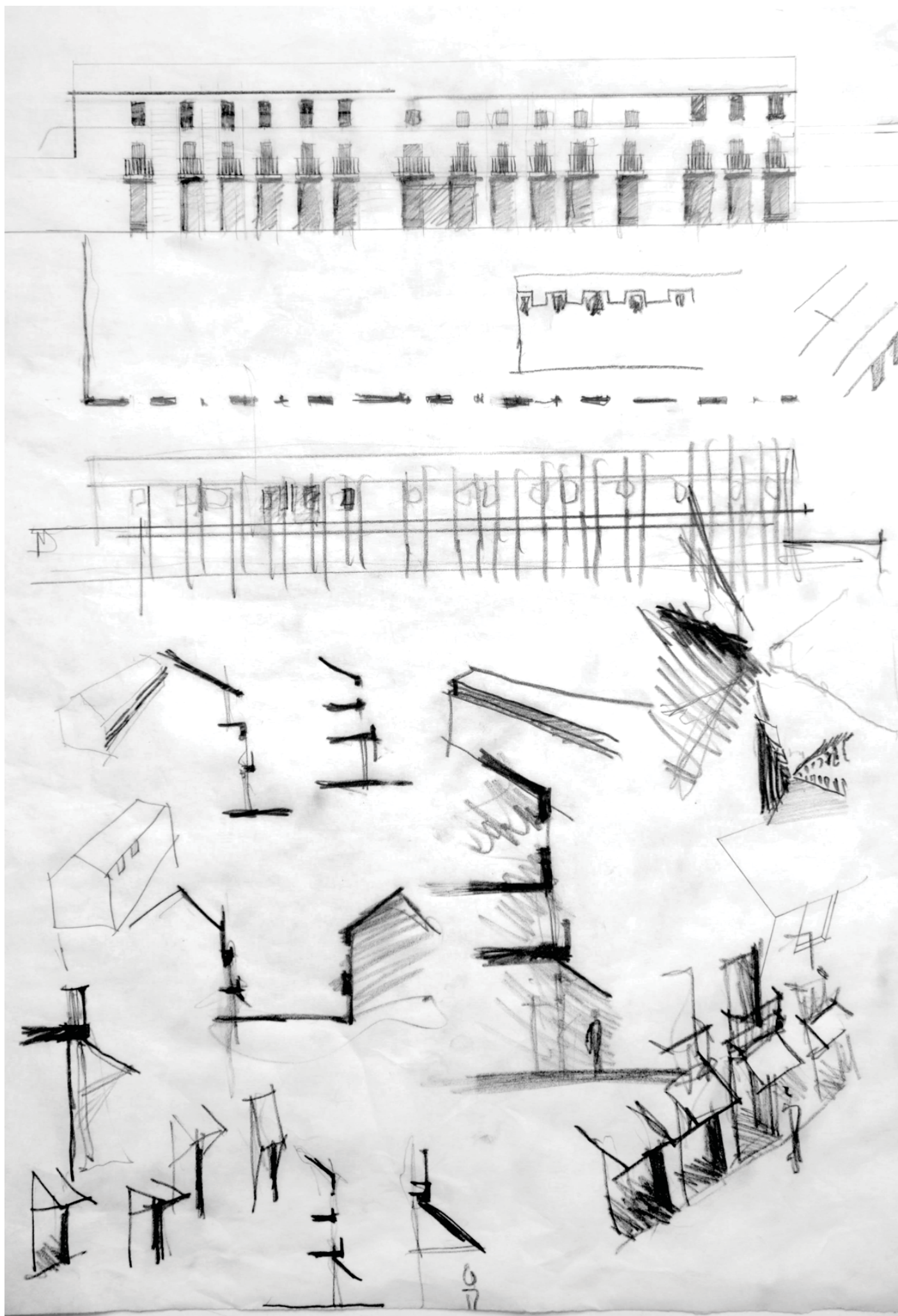


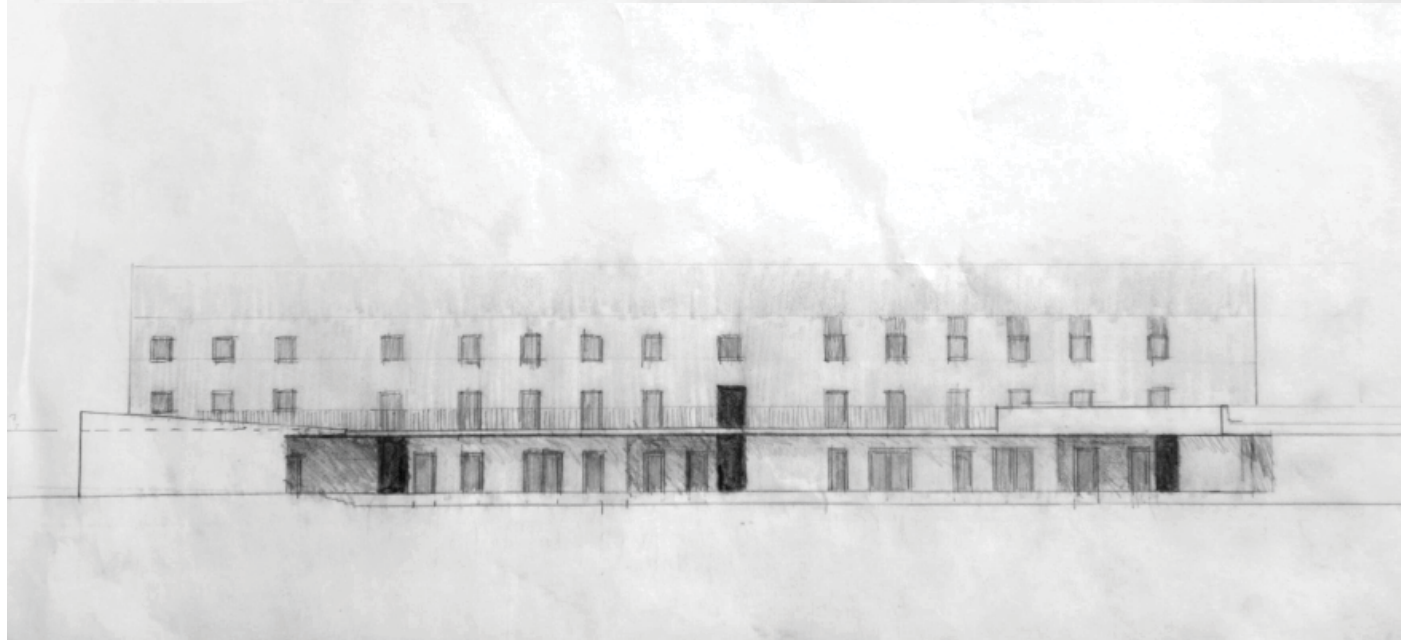
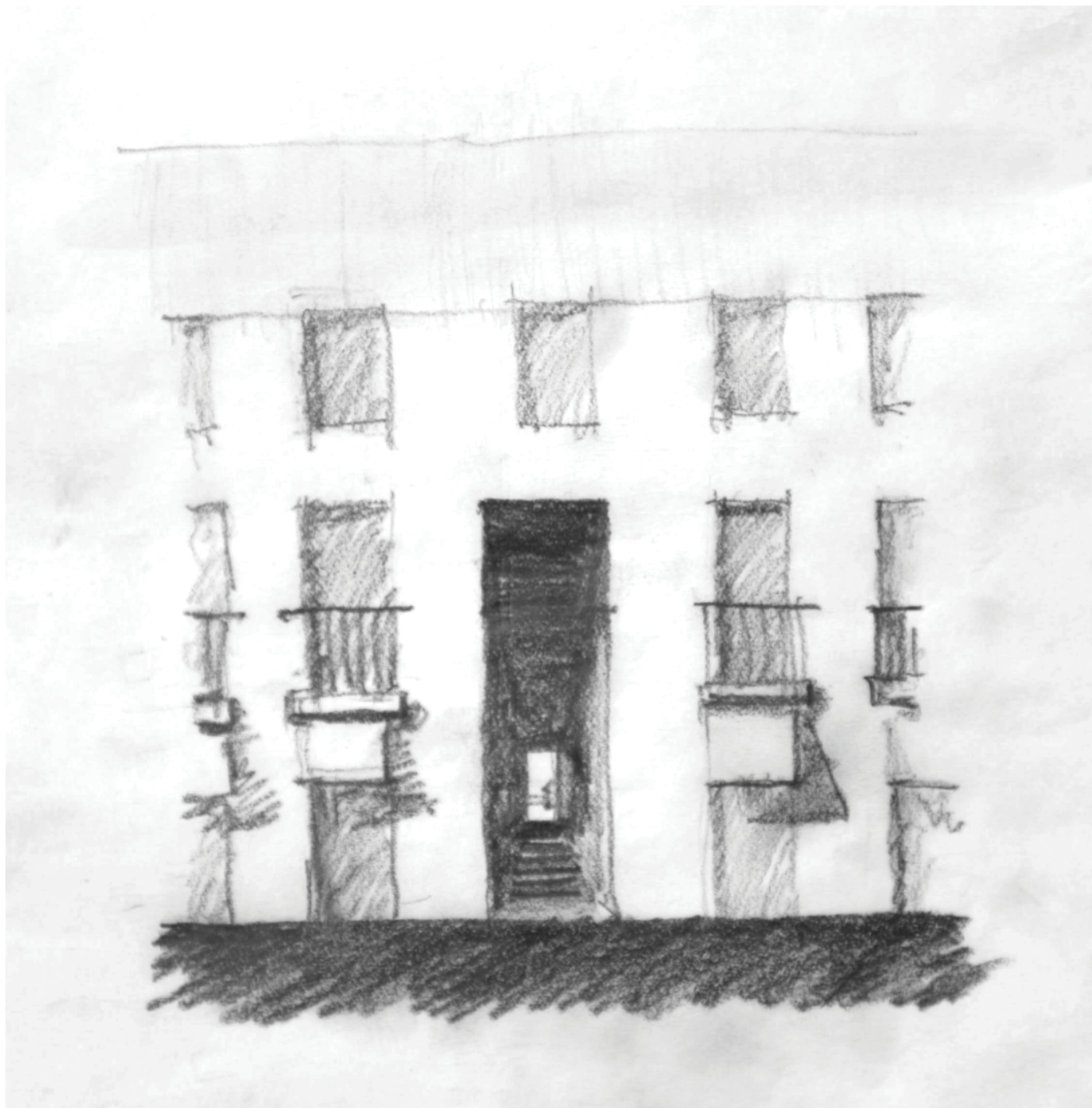


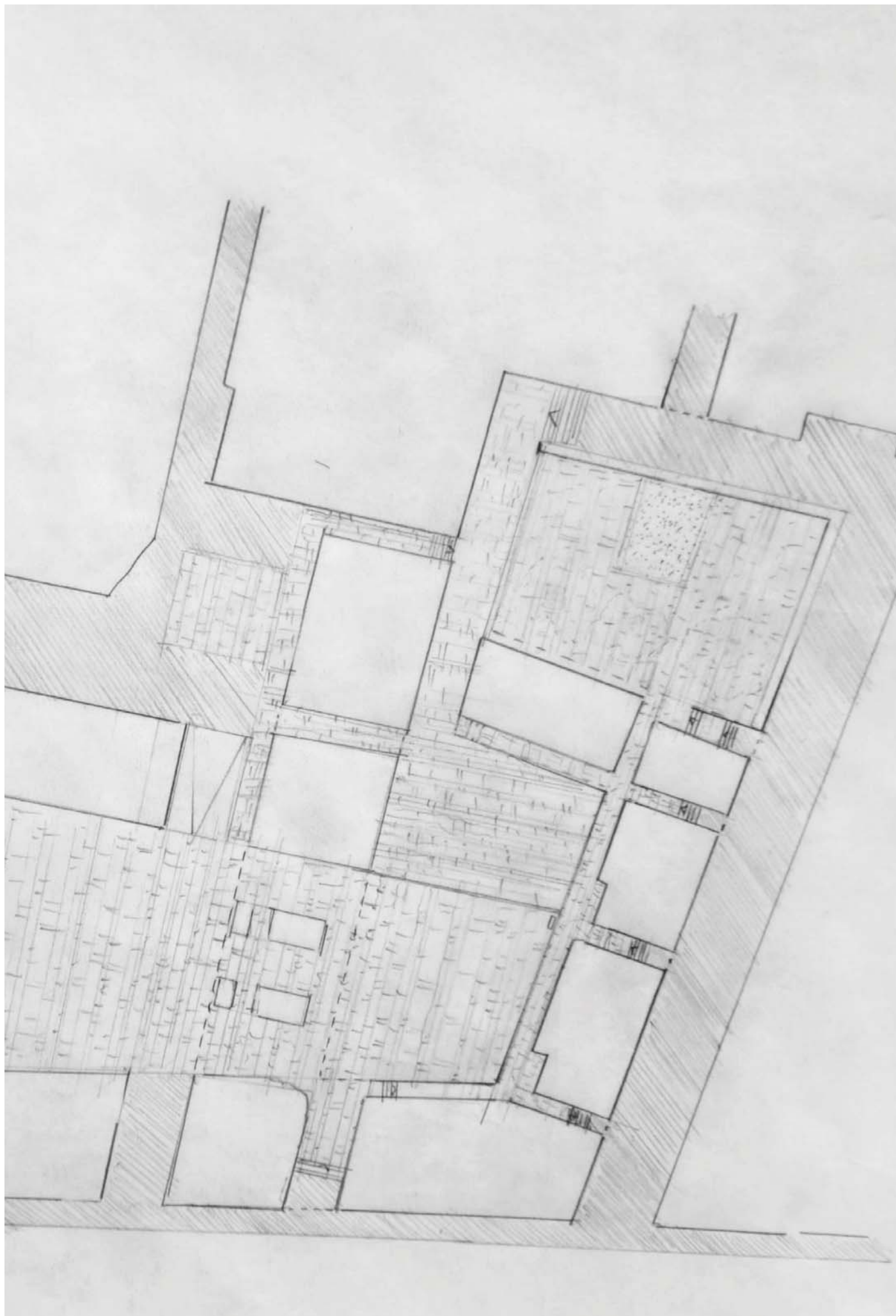


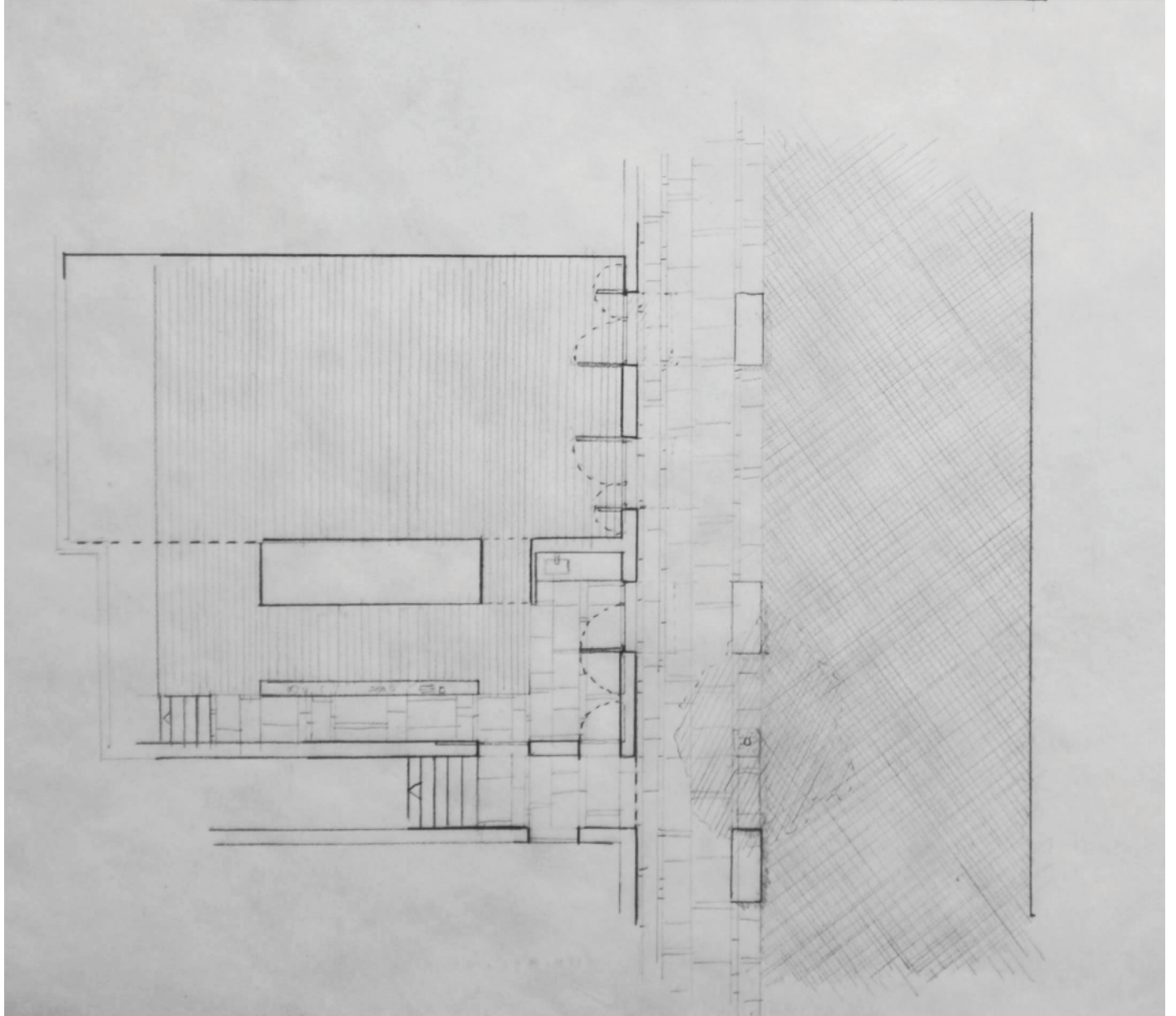
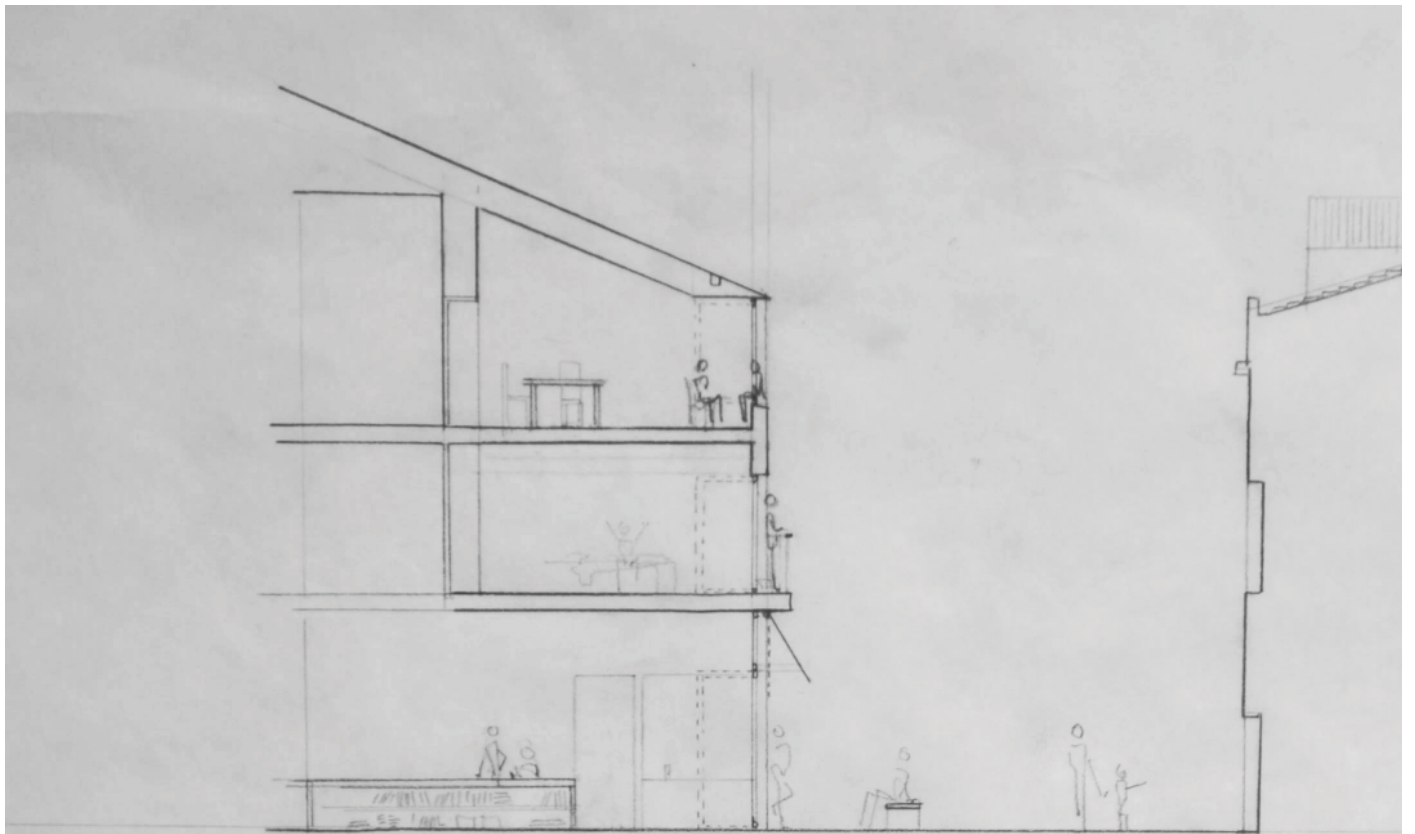


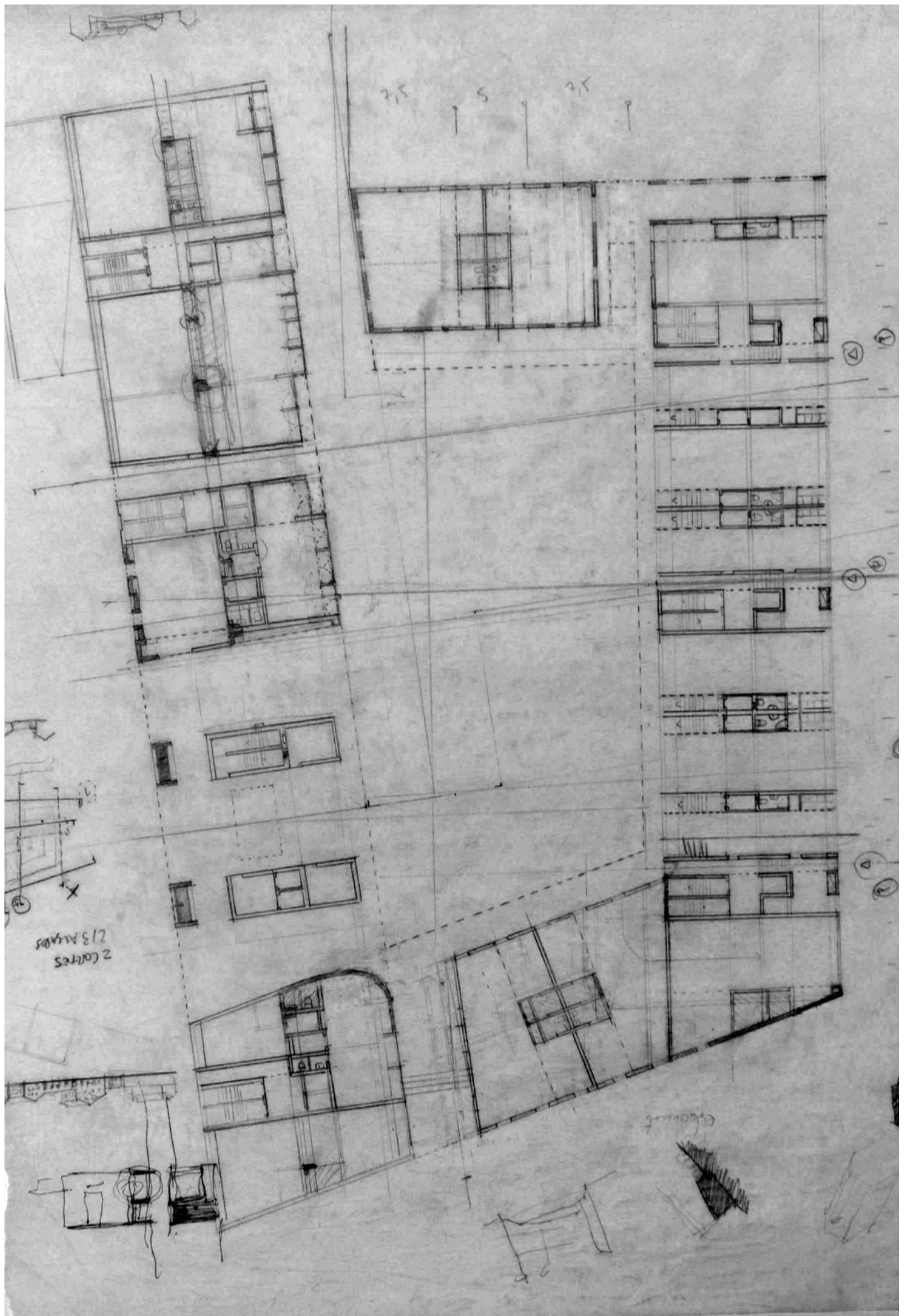


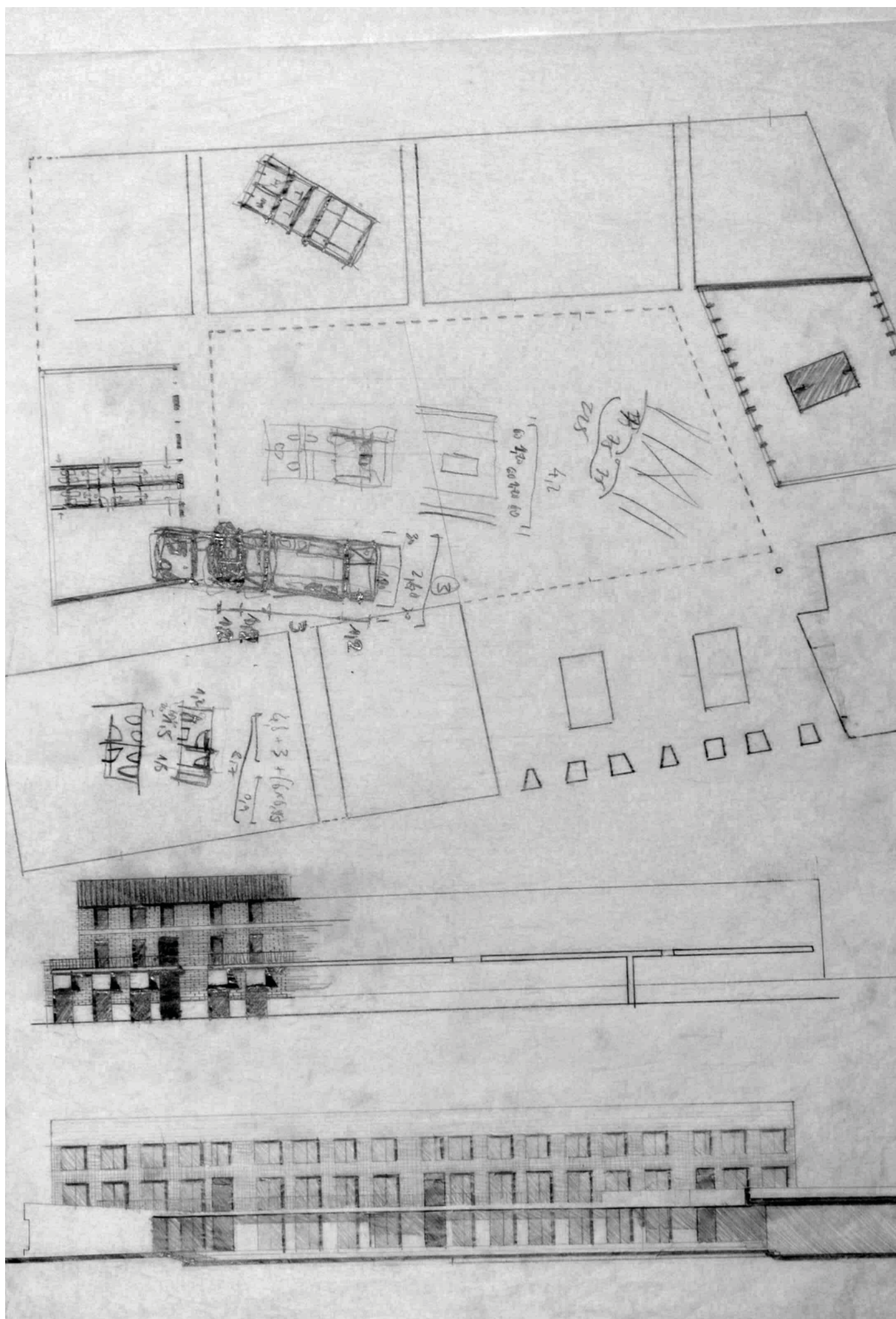


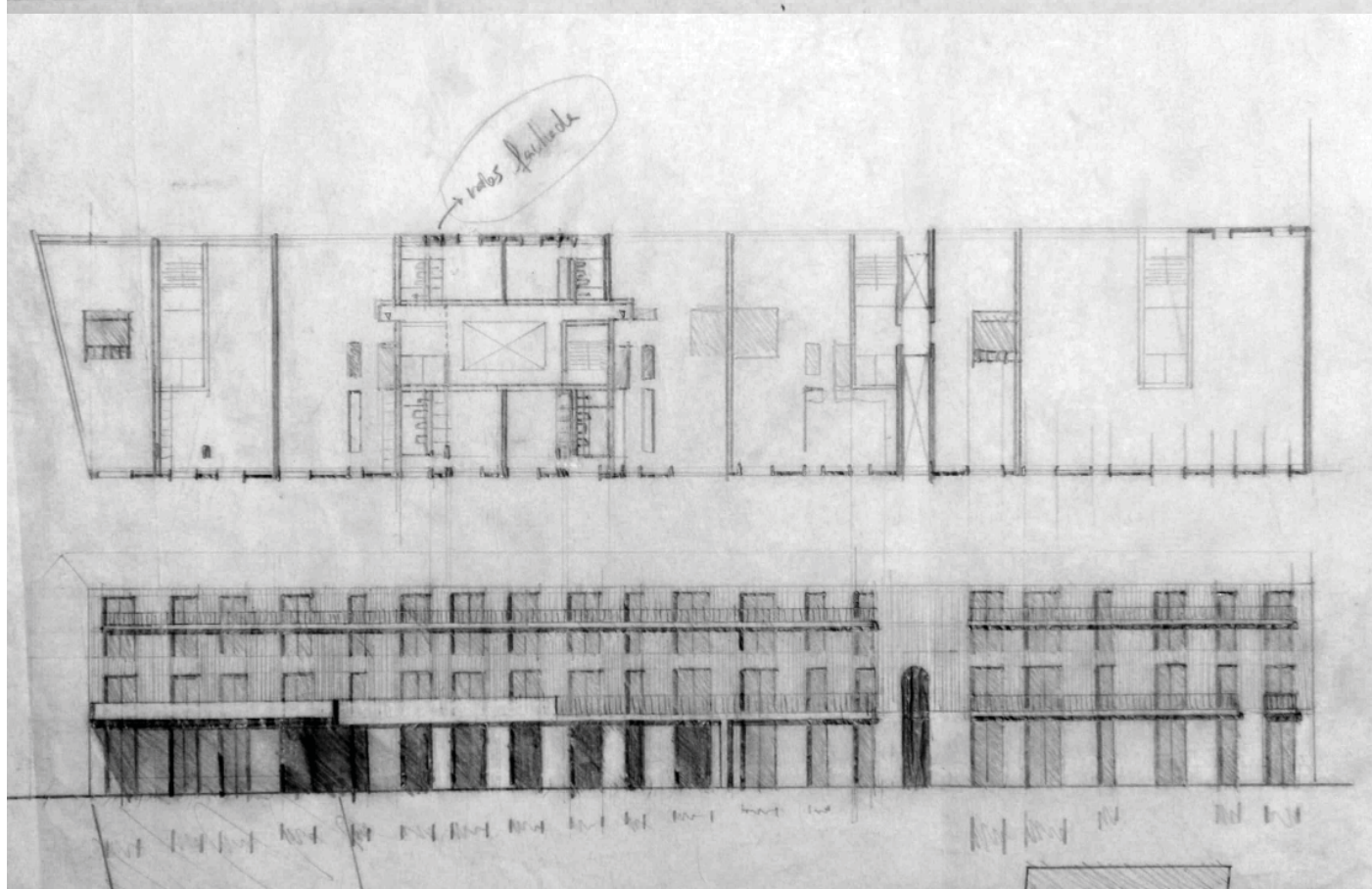
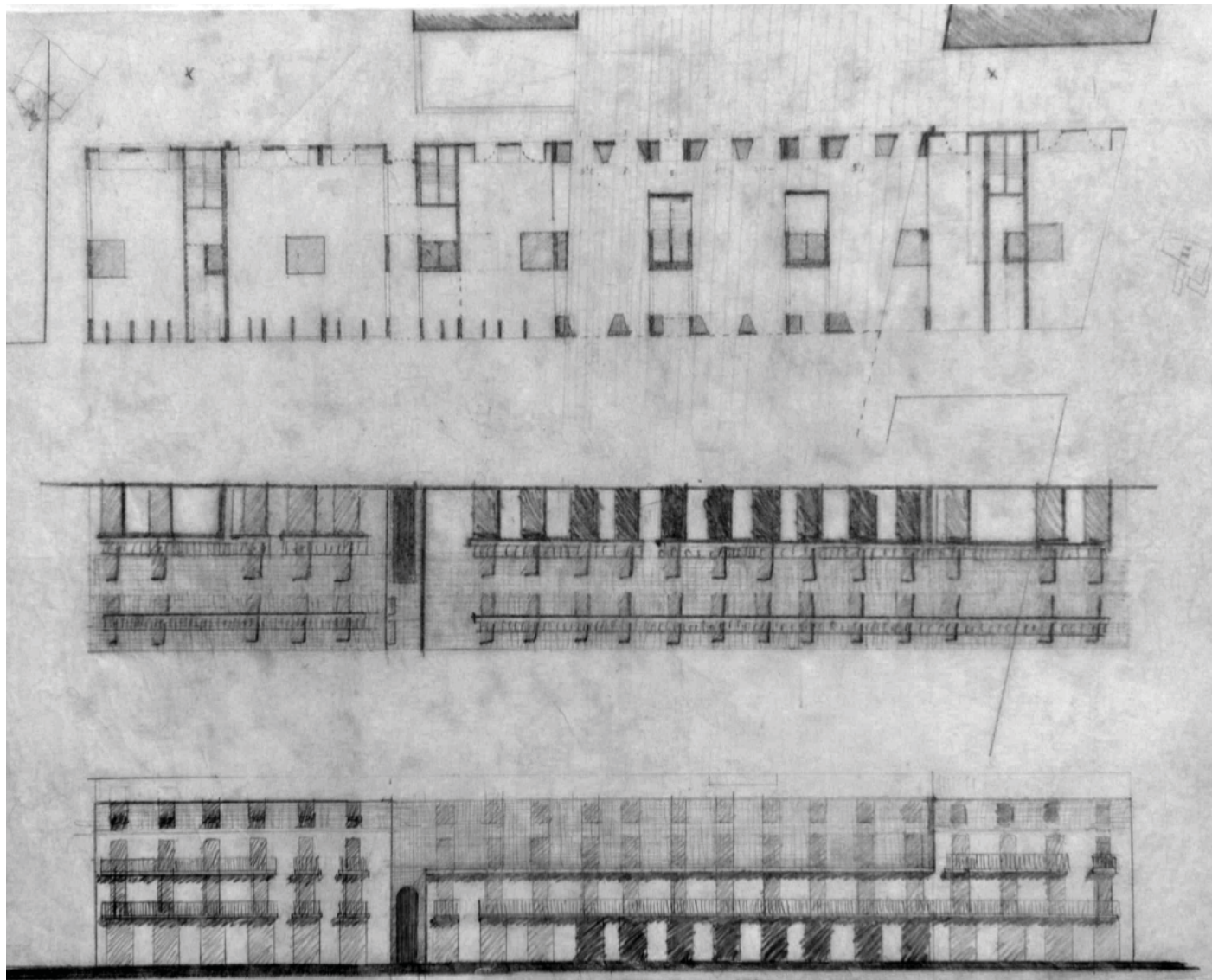


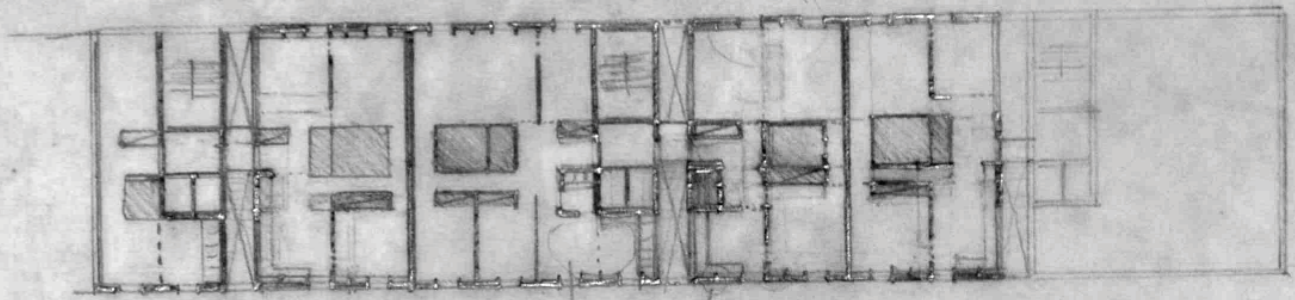
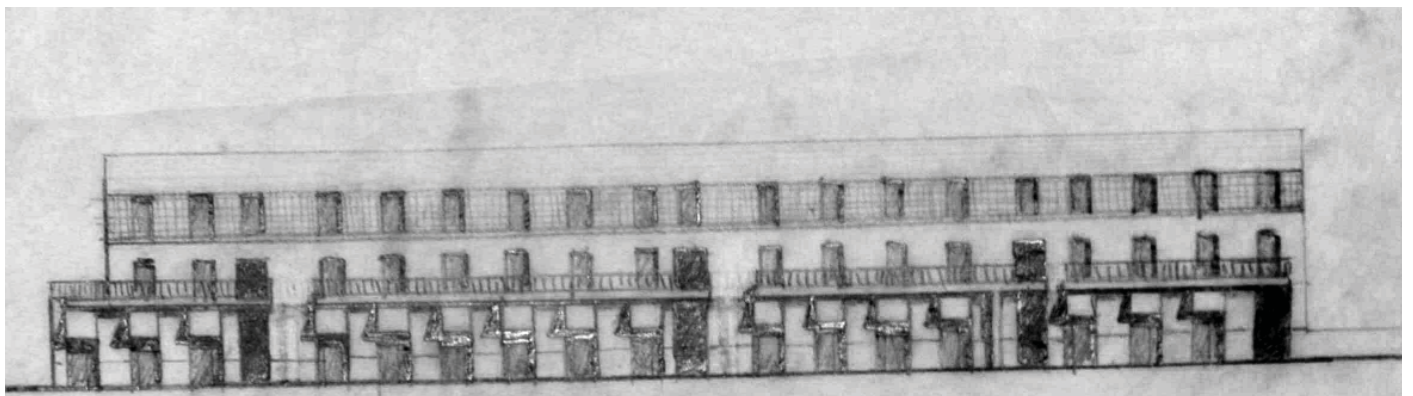










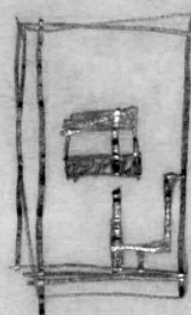
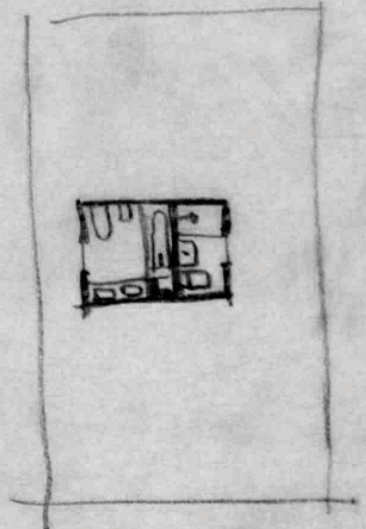


! Jantes / passagens?

x 100% 1:50 (neg?)
x 100% 1:50

1 cm 1
(abstragido)

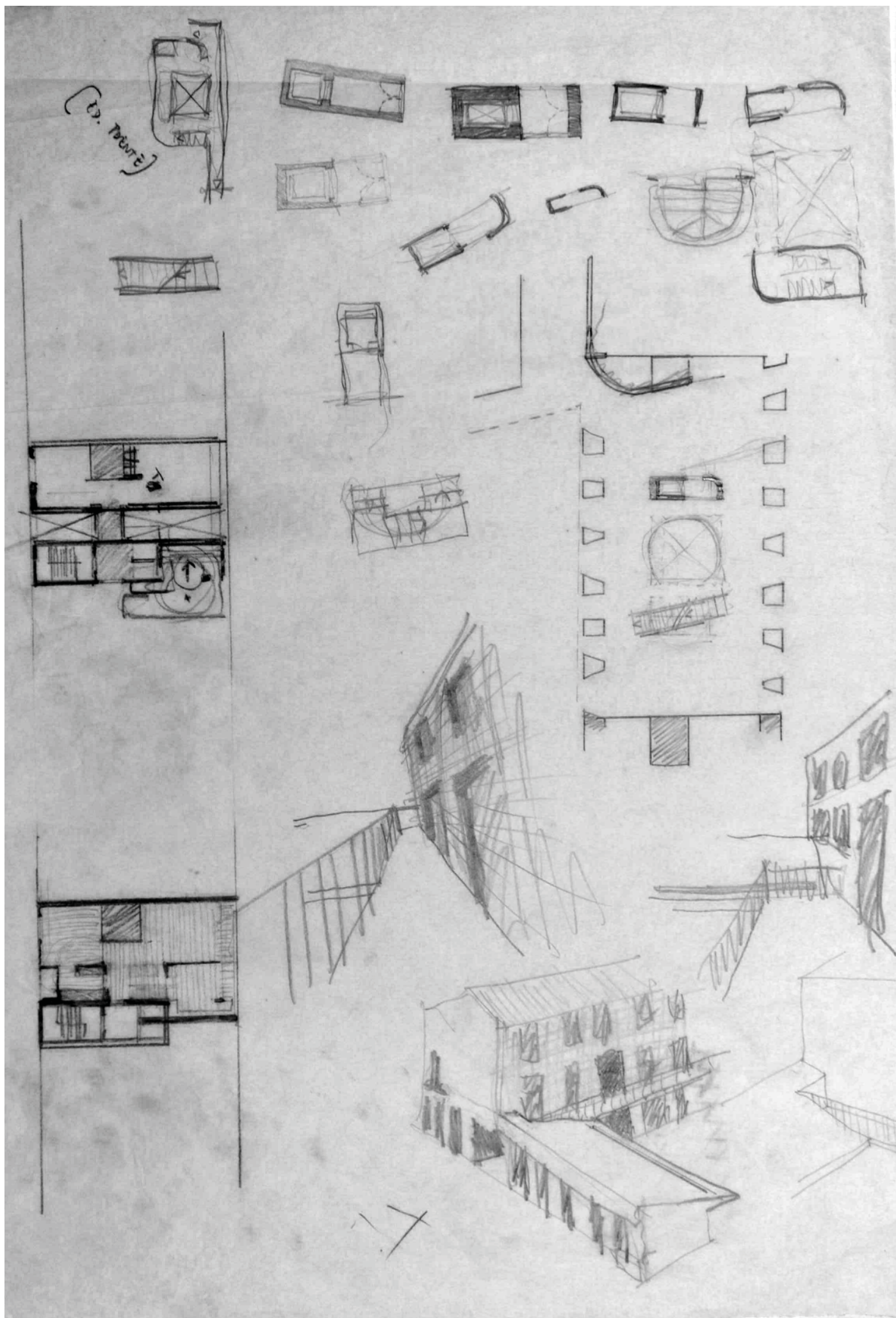
ruído p/ cozinha?

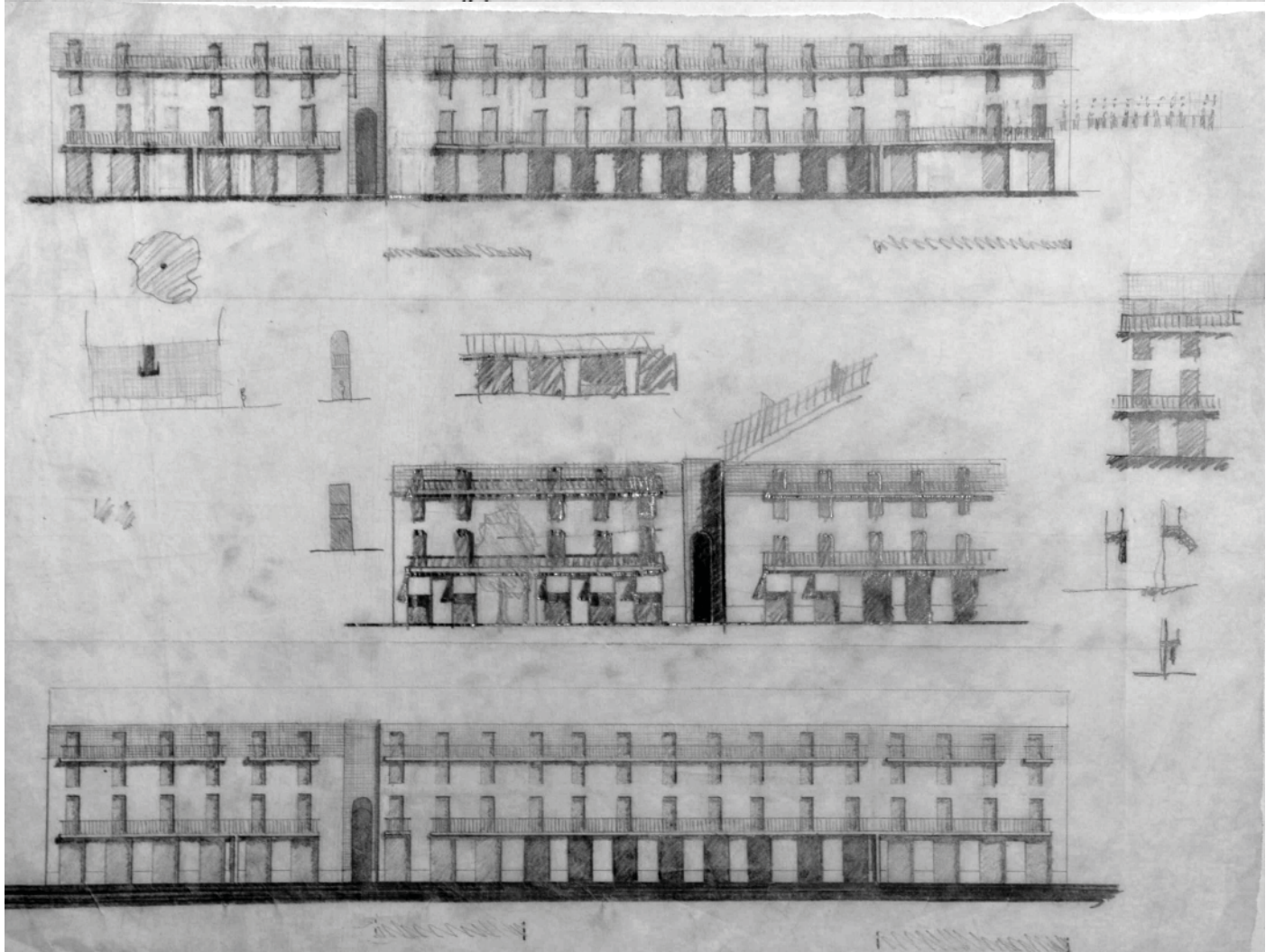
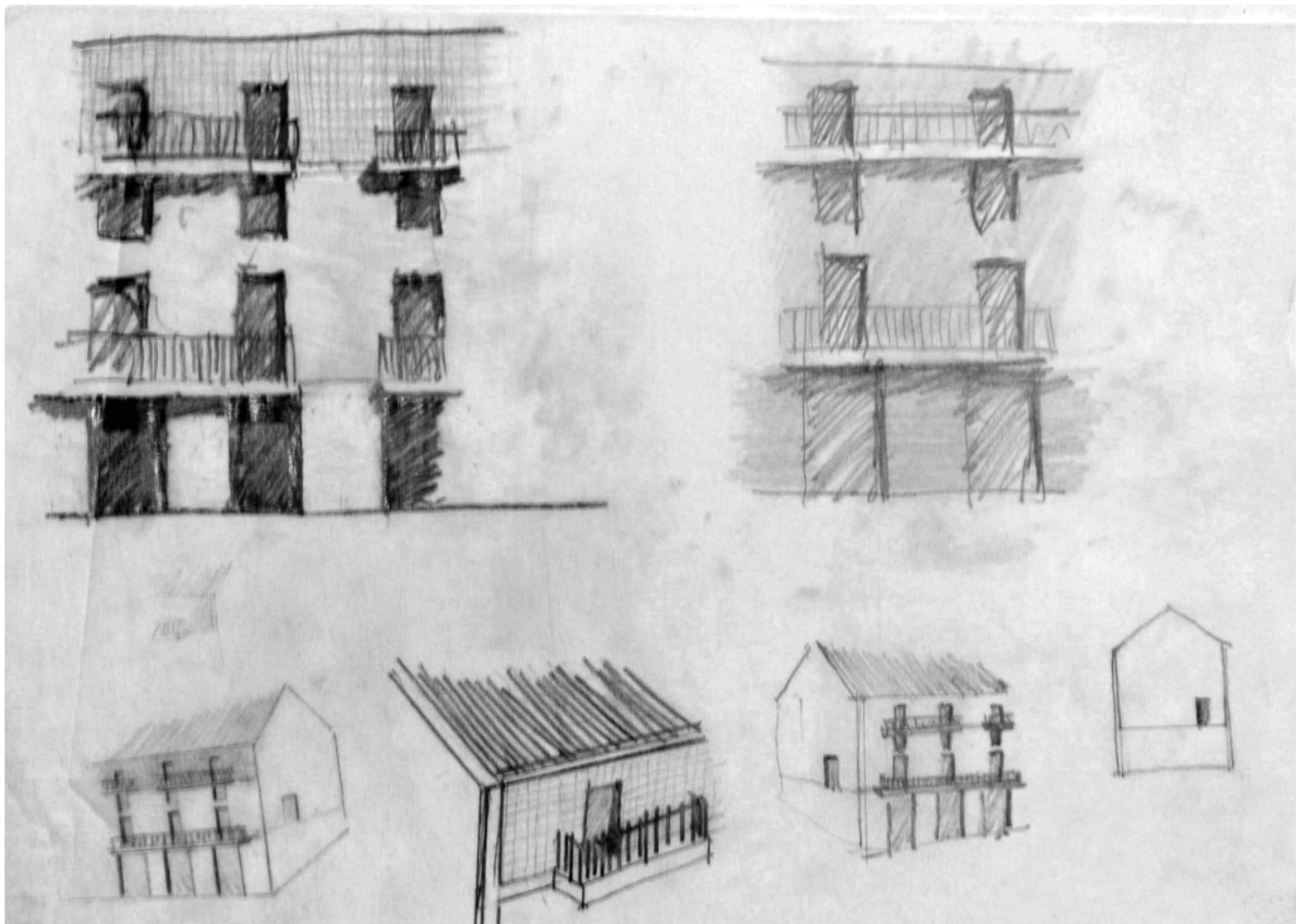


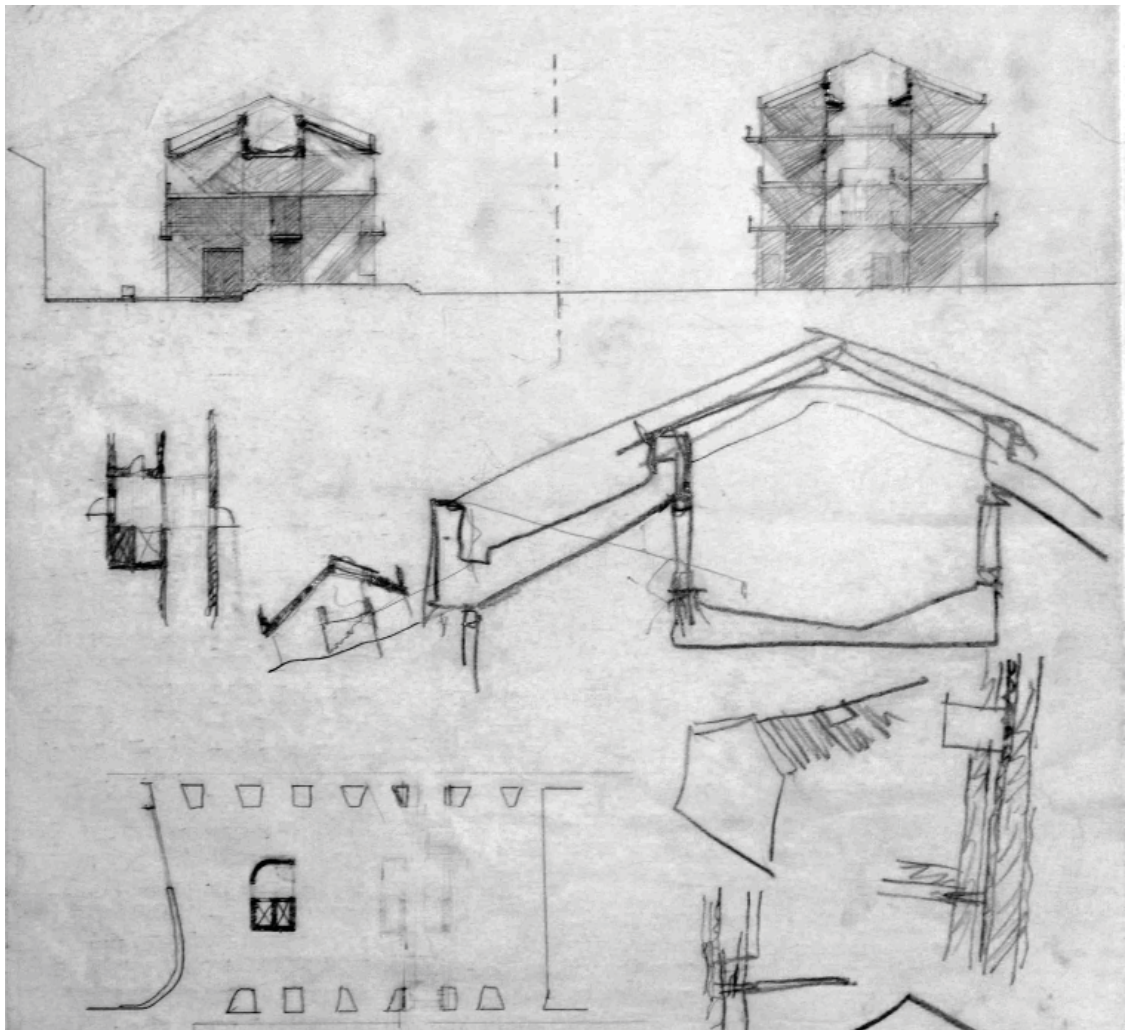
pedra maciça

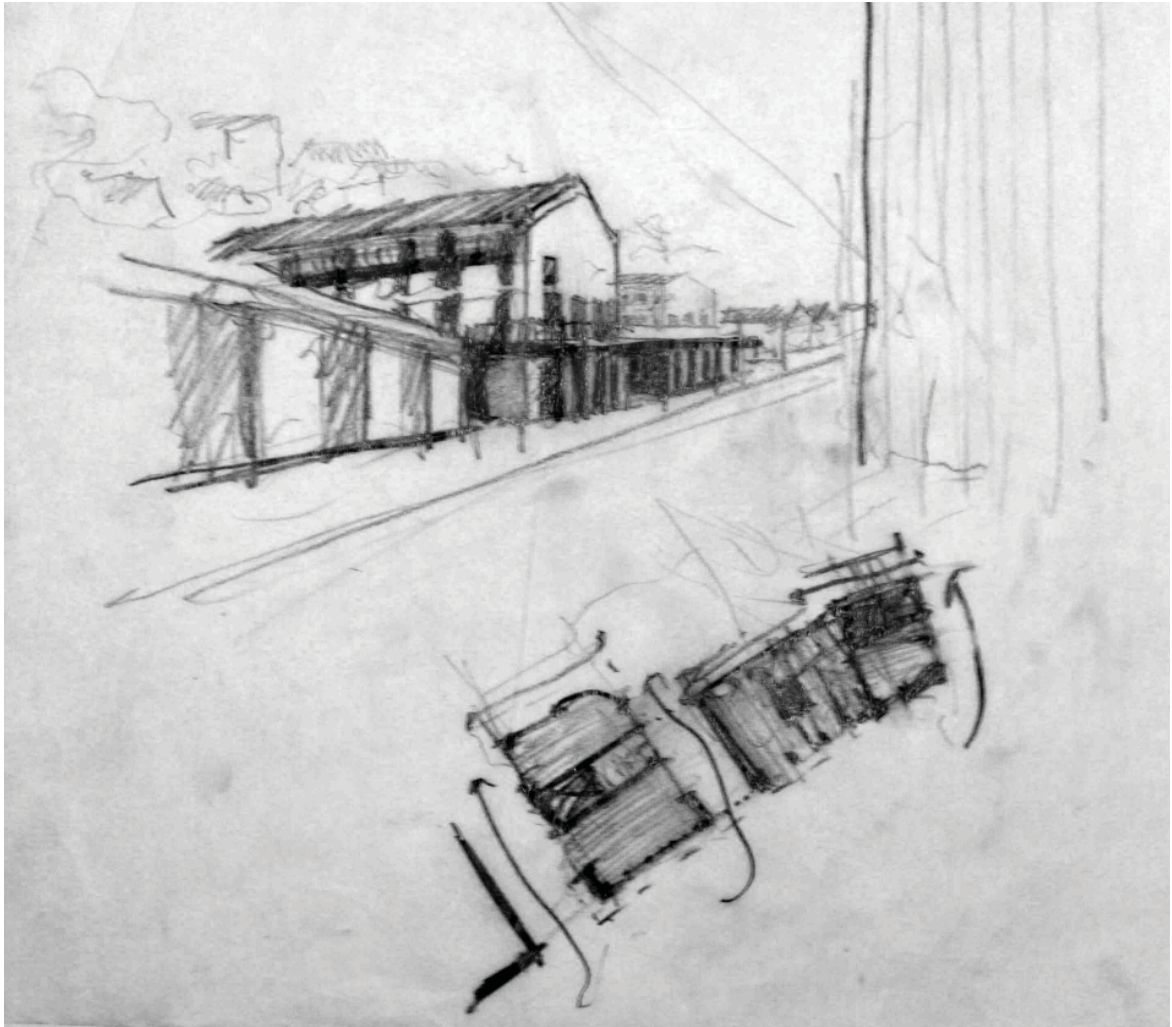
pedra + argamassa / aspersa

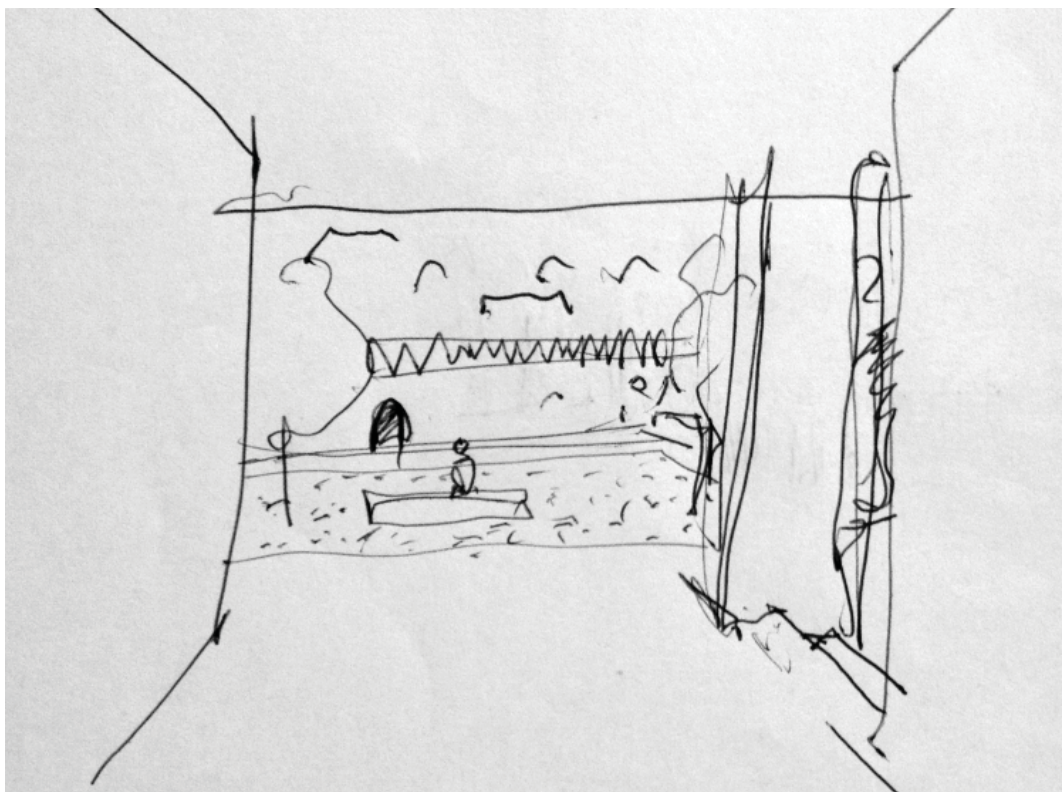
+ pavimento
PEDRA
PEDRA pintado...

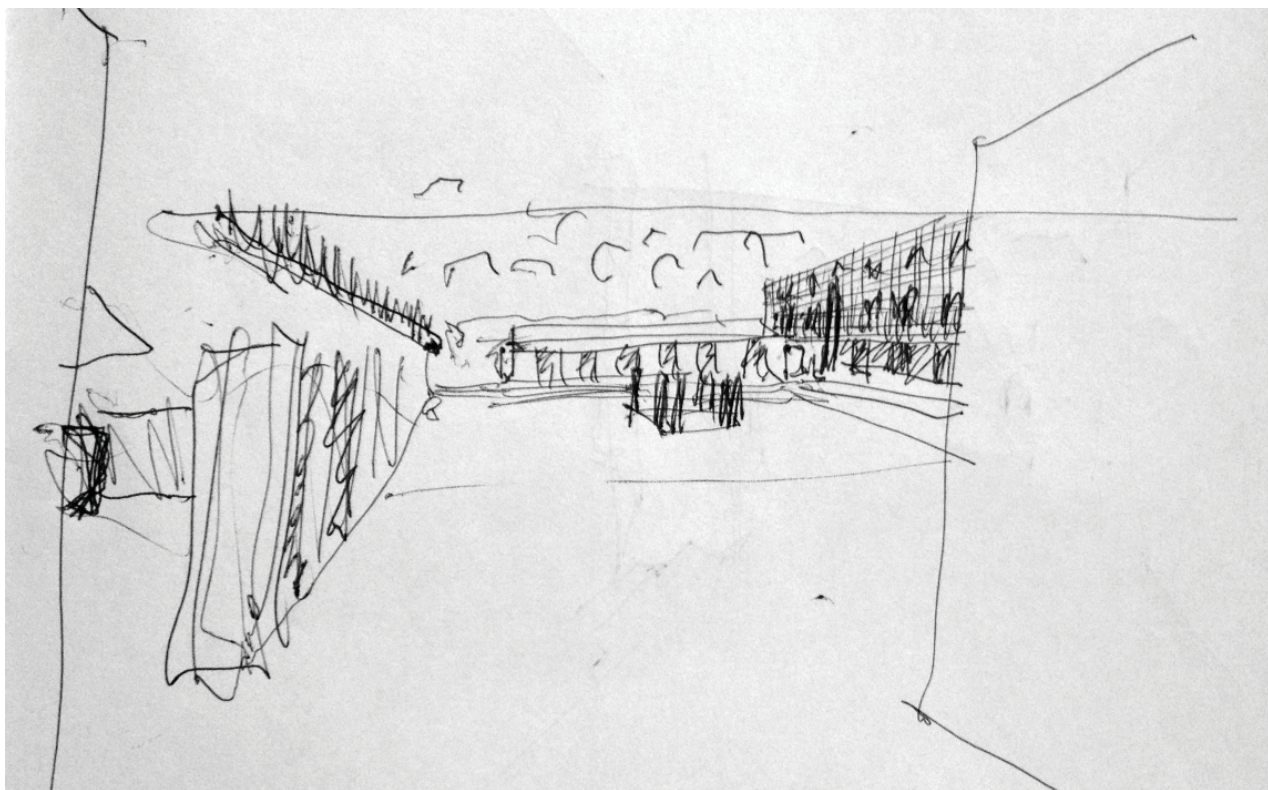


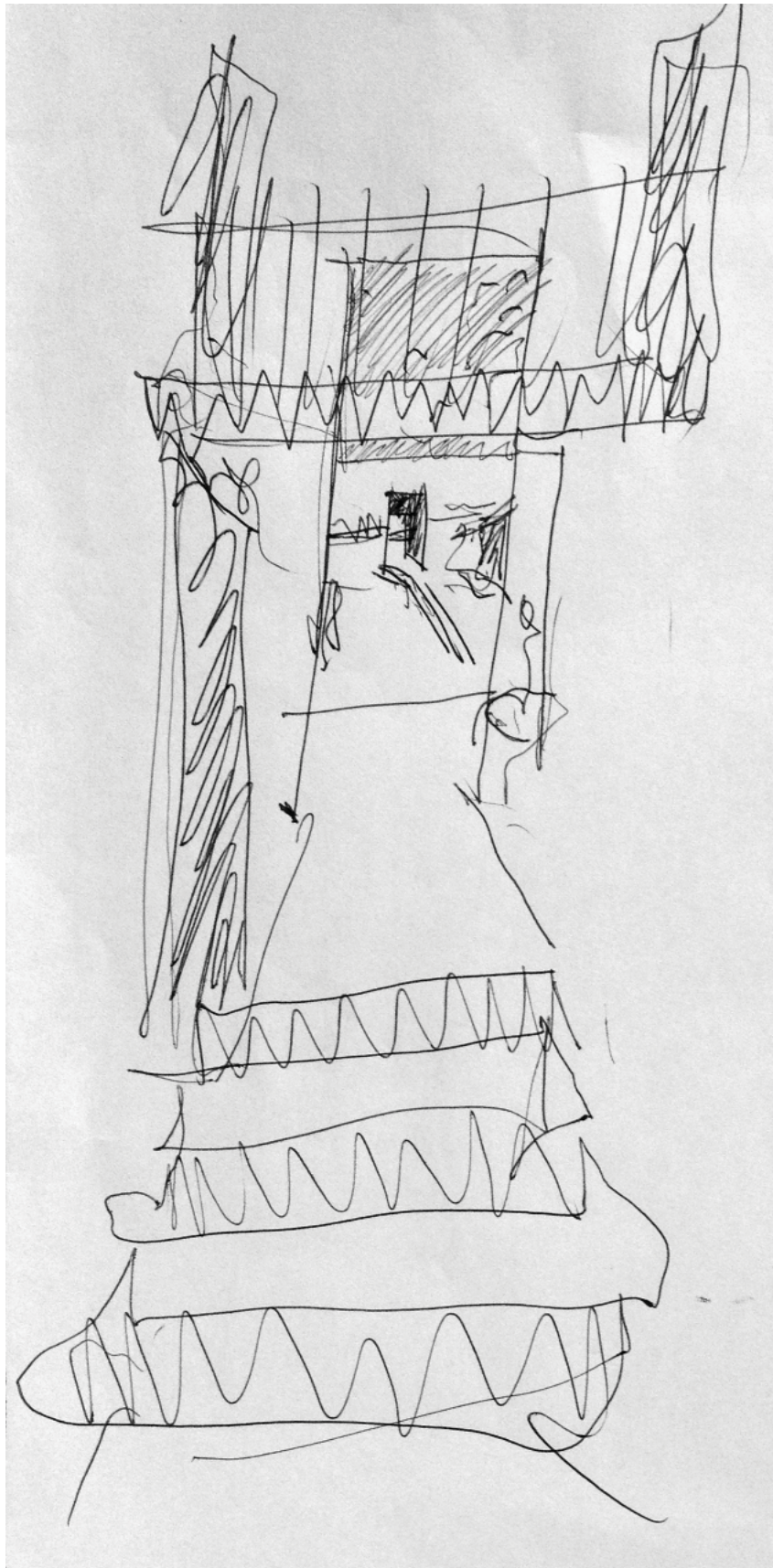












PROCESSO DE TRABALHO

